



Alicia Ferreira Gonçalves,
Maristela Oliveira de Andrade
Maria Elena Martínez-Torres
Orlando de Cavalcanti Villar Filho
(Organizadores)

RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES E COMUNIDADES

O CIRCUITO DA DÁDIVA E A
SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS



Reitor
Vice-Reitora

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Valdiney Veloso Gouveia
Liana Filgueira Albuquerque



Direção
Gestão de Editoração
Gestão de Sistemas

EDITORA UFPB

Natanael Antonio dos Santos
Sâmella Arruda
Ana Gabriella Carvalho

Conselho Editorial

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Eliaana Vasconcelos da Silva Esvael (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Editora filiada à:



ALICIA FERREIRA GONÇALVES,
MARISTELA OLIVEIRA DE ANDRADE
MÁRIA ELENA MARTÍNEZ-TORRES
ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR FILHO
(ORGANIZADORES)

RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES E COMUNIDADES O CIRCUITO DA DÁDIVA E A SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

EDITORA UFPB
JOÃO PESSOA
2021

Direitos autorais 2021 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico
Editoração
Eletrônica e
Design da Capa

Kooruja

André Sousa

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

R382 Relações entre universidades e comunidades : o circuito da
 dáviva e a sustentabilidade dos territórios / Organizadores:
 Alicia Ferreira Gonçalves ...[et al.]. - João Pessoa : Editora
 UFPB, 2021.

E-book.

ISBN 978-65-5942-135-0

1. Universidades. 2. Extensão universitária. 3. Compromisso
social. I. Gonçalves, Alicia Ferreira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378.4

Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I,
Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO	9
PARTE I.....	16
<i>A EXTENSÃO EM COMUNIDADES E A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL</i>	
CAPITULO 1	17
Experiências extensionistas entre a Praia e a Maré: construção de subsídios para o PGTA Potiguara na Aldeia Coqueirinho/Marcação-PB.....	17
CAPITULO 2	41
A fotoetnografia em reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano.....	41
CAPITULO 3	59
Gestão de resíduos sólidos urbanos: a experiência do município de Bonito de Santa Fé – PB.....	59
CAPITULO 4	84
Uma transposição de olhares sobre a cultura caririzeira: Entre as ilusões e os impactos do Programa de Integração da Bacia do Rio São Francisco	84

PARTE II.....	111
<i>A PESQUISA COM POPULAÇÕES TRADICIONAIS, SEUS TERRITÓRIOS E LUTAS</i>	
CAPITULO 5	112
Movimentos campestinos de mulheres e resistência aos cultivos transgênicos: breves análises críticas à realidade do Brasil e Argentina	112
CAPITULO 6	131
Práticas econômicas e culturais de populações tradicionais: interações entre cultura e ambiente.....	131
CAPITULO 7	150
O processo de empoderamento das mulheres cocadeiras: a trajetória de vida de uma artesã	150
CAPITULO 8	169
Comunidades afrodescendientes en el Pacífico Colombiano: relaciones con el territorio y la biodiversidad	169
SOBRE OS AUTORES.....	190

PREFÁCIO

Em tempos complexos e de “(re)definições” globais, a universidade pública enquanto uma instituição a serviço do bem comum, fundamentada na proposta de geração de conhecimento decente para uma vida prudente, como sugere Boaventura de Souza Santos, tem a oportunidade de se reinventar e, mais uma vez contribuir para a construção de uma sociedade socioambientalmente responsável.

Essa contribuição, para além do ensino e da pesquisa, acontece na extensão universitária (um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e, tecnológico), lócus onde se promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e a sociedade.

Nesse sentido, a UFPB priorizando a formação acadêmica e cidadã do seu corpo discente, promove através da Pró Reitoria de Extensão (PROEX), o Programa UFPB NO SEU MUNICÍPIO, instituído pelo então Pró Reitor Orlando Villar, que em seu quarto ano de execução, já contribuiu para a realização de 354 projetos de extensão, envolvendo mais de 400 professores e técnicos, 477 alunos bolsistas, 1.600 voluntários, que juntos com a sociedade colaboram para a efetivação de sua função social e, de sua missão.

Essa coletânea reflete o compromisso do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA) em contribuir para a construção desse intercâmbio, por meio de pesquisas e projetos de extensão financiados pela PROEX.

Entendemos nosso trabalho na extensão, como forma de retribuir às comunidades pesquisadas, serviços diversos como prática de reciprocidade. Como um processo coadjuvante na construção de alternativas, especialmente as que estimulam a autonomia das pessoas e grupos e, que provocam o despertar das potencialidades vocacionais da região. Com a responsabilidade do fazer das ações extensionistas, instâncias a partir das quais também possa se repensar os cursos de graduação, bem como, contribuir para a melhoria contínua dos cursos de pós-graduação.

Portanto, convidamos a todos os leitores a apreciar as experiências aqui relatadas. Um desafio coletivo da cocriação alicerçada pela troca de saberes, que nos permitam atravessar esses tempos complexos na direção de um desenvolvimento humano, sustentável e duradouro.

Alberto dos Santos Cabral¹

1 Alberto dos Santos Cabral é vinculado a PROEX, membro da Rede de Museus e integrante do GIPCSA, em estágio pós doutoral junto ao PPGA-UFPB (2020-2021), Sociólogo (UFPB), com doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB) e, sanduiche doutoral em Mercadologia na Universidade de Maastricht.

APRESENTAÇÃO

“...O *Hau* não é o vento que sopra. Nada disso. Suponha que o senhor possua um artigo determinado (*taonga*) e que me dê esse artigo; o senhor dá sem um preço fixo. Não fazemos negócio com isso. Ora, eu dou esse artigo a uma terceira pessoa que, depois de algum tempo, decide dar alguma coisa em pagamento (*utu*)... (Ora. Esse *taonga* que ele me dá é o espírito (*hau*) de *taonga* que recebi do senhor e que dei a ele. (..) Tal é o *hau*, o *hau* dos *taonga*, o *hau* da floresta” (MAUSS, 1974, p.53-54).

“Qual a regra de direito e de interesse que, nas sociedades do tipo arcaico, faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído”? (MAUSS, 1974, p. 42). A tese central do autor é que a Dádiva produz alianças: alianças matrimoniais, religiosas, políticas, jurídicas, aliança com os Deuses. A aliança produzida com os Deuses por meio da dádiva, nos permite também, meditar sobre as alianças que historicamente nós estabelecemos com a natureza desde o advento da economia mercantil baseada na acumulação e concentração e nas relações de exploração do Homem sobre o Homem e nas relações de exploração da natureza tratada e concebida como “objeto” tanto pelo capitalismo como pela ciência positiva. Os debates acerca do antropoceno (Haraway, 2016, Tsing, 2015) e capitaloceno (MOORE, 2016) sinalizam os efeitos da ação humana sobre a natureza e refletem relações assimétricas e de depredação dos biomas. Crimes ambientais em escala mundial cujos impactos recaem sobre comunidades ditas vulneráveis que sobrevivem de recursos ecossistêmicos. Nesta perspectiva, existem conexões entre a crise ambiental e as diversas formas de desigualdade: de poder, de distribuição da riqueza, desigualdades também com relação à divisão internacional do trabalho entre países do Sul e Norte. Da mesma forma, questões de raça, classe, gênero, sexualidade estão interrelacionadas com o modo como a natureza está sendo remodelada pelo capitalismo. Trata-se de pensar e articular alianças políticas entre diversos atores sociais, dentre eles, universidades, grupos de pesquisas, e comunidades para repensar as relações entre

sociedade e natureza, homem e natureza - lembrando que a ciência cartesiana e positiva dissociou. Tal dissociação é a matriz de todas as patologias no capitalismo.

As possibilidades de reconciliação entre humanos e natureza podem ser vislumbradas na relação entre populações tradicionais e territórios sociais ou coletivos. Little (2002) propõe a cosmografia como modelo para o reconhecimento de processos de apropriação dos territórios sociais por distintos grupos, mediado pelos saberes ambientais, ideologias e identidades, construídos para manter seu território. Porém, ele adverte que os territórios sociais têm sido ameaçados e disputados em face dos “confrontos contemporâneos com o desenvolvimentismo, preservacionismo, socioambientalismo e o Estado tecnocrático (LITTLE p.254, 2002)”.

Com o socioambientalismo, os direitos culturais de povos indígenas e demais povos tradicionais começam a ser alvo de políticas públicas, considerando a função socioambiental da propriedade (Santilli 2005). Políticas voltadas para a sustentabilidade dos territórios coletivos surgem com base na premissa dos limites dos recursos naturais e da solidariedade com as gerações futuras. Sustentabilidade que deve ser relativizada, segundo a perspectiva antropológica da diversidade de percepções sobre o limite dos recursos ou sobre a sujeira ou contaminação do ambiente, conforme os padrões e valores de cada cultura (Foladori 2004).

Esta coletânea reflete o espírito do “*Hau*”, espírito “da coisa dada” que deve ser retribuída também na sua dimensão cósmica. Neste sentido, reflete sobre as relações entre universidades públicas e comunidades, notadamente, as ações da extensão universitária. Nesta sintonia, compõe esta coletânea pesquisas e projetos de extensão financiados pela Pró Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal da Paraíba, realizados no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GICPSA) e grupos parceiros. O GIPCSA em seu esforço de construir uma ponte entre a pesquisa e a extensão, revela o compromisso de retribuir às comunidades pesquisadas em serviços diversos como prática de reciprocidade, integrando um circuito da dádiva que abrange o período de 2015 a 2020.

Seguindo esta ótica, a presente coletânea está composta em duas partes. A Parte I apresenta os resultados dos projetos de extensão financiados pela PROEX desenvolvidos no estado da Paraíba com participação dos pesquisadores do GIPCSA e outros grupos associados, reunindo quatro experiências na zona litorânea, agreste e sertão.

O capítulo que abre a presente coletânea de autoria de Humberto Bismark Dantas [Tapuya-Tarairiú], Jaqueline Félix [Potiguara], Alicia Gonçalves María Elena Martínez-Torres e Ivys Medeiros da Costa é resultado de vários diálogos estabelecidos entre pesquisadores e lideranças indígenas Potiguara desde 2018 a partir da tese de doutoramento de Ivys da Costa Medeiros que nos revelou os “imponderáveis” da pesquisa etnográfica: uma demanda do Ministério Público Federal do Estado da Paraíba (MPFPB), para construção do Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) Potiguara previsto no Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. A primeira edição do projeto “Construindo mapas sociais: subsídios para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara” através do Edital Proex 03/2019 “UFPB em seu município”. Importante realçar que o referido projeto é fruto da articulação com o Conselho de caciques Potiguara sob a coordenação de Alicia Gonçalves e María Elena Martínez-Torres (profa. Visitante Ciesas-México/PPGA) no âmbito do Programa Capes Print.

O capítulo seguinte resultou do primeiro projeto de extensão do GIPCSA (Edital/2016), que abriu o circuito da dádiva, coordenado por Maristela Andrade e Givanilton Barbosa (bolsista) junto a um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano. O projeto vem sendo reeditado nos anos seguintes na mesma comunidade, mantendo o vínculo com o GIPCSA, se integrou ao Laboratório Arandu de antropologia visual/Campus IV sob a coordenação de João Mendonça. Neste capítulo Givanilton de A. Barbosa; João M. B. de Mendonça; Silvano Abade; Glauco Machado e Melba Godoy, apresentaram os resultados relativos ao projeto de extensão (Edital/2019) com foco no uso da fotoetnografia como narrativa expressiva dos modos de vida de uma comunidade de atingidos por barragem.

O capítulo intitulado: “Gestão de resíduos sólidos urbanos: a experiência do município de Bonito de Santa Fé – PB” de autoria de Ana Virginia Moreira Gomes, Tarcísio Valério da Costa e Palloma Damascena Morais, financiado com recursos da Pró Reitoria de Extensão (Proex) analisa o caso do município de Bonito de Santa Fé, situado no alto sertão do Estado da Paraíba, e relata a experiência modelar de reciclagem de resíduos sólidos urbanos seguindo a Lei n.12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em 2013, a cidade recebeu o Prêmio Cidade Pró Catador, em sua primeira edição, com o projeto de inclusão social dos catadores. O estudo do caso da política de coleta seletiva solidária no município, permite a análise da efetividade do modelo de política de inclusão proposto pela PNRS ademais das questões sanitárias e ambientais.

O último capítulo da Parte I de autoria de Emerson Lopes Barbosa, intitulado: “Uma Transposição de Olhares sobre a cultura Caririzeira: Ilusões e impactos do Programa de Integração da Bacia do Rio São Francisco” foi desenvolvido através do Edital 03/2018 “UFPB no seu município”, e, nos apresenta fragmentos de uma constituição social, com vistas a abertura de discussões e análises de conflitos hídricos e sociais através da contemplação da paisagem. enquanto “cultura como uma ideação da imaginação humana sobre a própria natureza” (Schama, 1996:70), exposta em fotografias de um contexto/terri-tório/universo que denominou cultura caririzeira. com suas ressignificações acionadas no âmbito do Programa de Integração da Bacia do Rio São Francisco – PISF.

A Parte II reúne os capítulos de resultados de pesquisas vinculadas ao GIPCSA e da convidada externa Márcia Maria Tait Lima que abre esta seção com o capítulo intitulado “Movimentos campesinos de mulheres e resistência aos cultivos transgênicos: breves análises críticas à realidade do Brasil e Argentina”. A autora traça um panorama das ações coletivas de resistência aos principais cultivos transgênicos nos dois países, centralizando nas ações posteriores a 2000, para apontar o protagonismo das mulheres camponesas e rurais. Em contraposição aos alimentos transgênicos, elas elaboram propostas político-epistêmicas de alternativas ao modelo de agricultura industrial na América Latina, em que relacionam questões agrárias, ambientais, econômicas tecnológicas e de gênero, trazendo novos elementos.

Já no segundo capítulo dessa parte, Maristela Oliveira de Andrade apresenta resultados da pesquisa “Práticas sociais e culturais de populações tradicionais: interações entre cultura e ambiente”, vinculada ao GIP-CSA, com o objetivo de investigar as interações entre cultura e ambiente em múltiplos contextos. Foi feito um estudo das práticas econômicas e culturais de populações tradicionais, investigadas por mestrandos e doutorandos que permitiram detectar processos de fortalecimento identitário e de aumento de capital social em diferentes grupos com repercussões sobre a sustentabilidade de seus territórios.

No capítulo seguinte Patrícia de Azevedo apresenta os resultados da pesquisa sobre mulheres artesãs de um empreendimento social do município de Lucena-PB, com depoimentos da artesã mais comprometida com o empoderamento das mulheres desse grupo. Quanto ao enfoque analítico, a autora articulou as relações de gênero, com desenvolvimento e empoderamento. Há dois anos a autora vem através da extensão com seus alunos, dando assessoria para aprimorar a autogestão desta associação de mulheres para torna-la mais sustentável e duradoura.

Por último, Laura Lozada, Denise Dias da Cruz e Maristela Oliveira de Andrade produzem reflexões sobre as políticas de etnodesenvolvimento e de proteção da biodiversidade frente a uma comunidade afro-colombiana do Pacífico Colombiano, considerando os dilemas que envolvem as políticas sociais e ambientais para compatibilizar a manutenção da dinâmica dos ecossistemas em sintonia com sistemas sociais, étnicos e políticos.

Esperamos que o circuito da dívida protagonizado pela universidade e as comunidades, represente um ciclo de alianças que perdure e possibilite ganhos recíprocos, com o adensamento dos laços de reciprocidade entre universidades públicas e comunidades.

Agradecemos à comissão editorial interna de pesquisadores desta e de outras universidades que realizaram a avaliação e revisão dos capítulos, Alberto dos Santos Cabral (UFPB); Alcides Fernando Gussi (UFC); Francisca Miller (UFRN); Gustavo F. da Costa Lima (UFPB); José Glebson Vieira (UFRN); Lara Santos Amorim (UFPB); Leda Gitahy (UNICAMP); Monica Cox (UFPE); Salvador Trevizan (UESC); Thiago Pereira Falcão

(UFPB) e Eddla K. Gomes Pereira (UFPB). Agradecemos a Humberto Bismark Dantas [Tapuya-Tarairiú] pelo trabalho de verificação das similaridades e de editoração dos textos originais, bem como de sistematização e editoração da coletânea como um todo.

Agradecemos também a Pró Reitoria de Extensão pelo apoio financeiro para impressão deste livro, e parabenizamos por todo valioso trabalho de extensão realizado nos diversos territórios do estado da Paraíba nos últimos anos.

Finalmente, queremos externar nossos agradecimentos em memória do nosso colaborador Tarcísio Valério da Costa, economista e servidor da UFPB, ativista ambiental e integrante do GIPCSA que teve um papel fundamental na elaboração da presente coletânea. Lamentamos profundamente o seu falecimento em 18 de abril de 2021, dia em que Tarcísio veio fazer parte das mais de 373 mil vítimas fatais da Covid-19 no Brasil.

Alicia Ferreira Gonçalves,
Maristela Oliveira de Andrade
María Elena Martínez-Torres
Orlando de Cavalcanti Villar Filho

NOTAS

Andreia Bavaresco; Marcela Meneses. **Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena**. Brasília: Giz/Projeto GATI/Funai, 2014

Anna L. Tsing. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropóceno / Anna Lowenhaupt Tsing**; edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. — Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. (2015?)

Clifford Geertz. **“Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.”** A interpretação das culturas 1 (1989): 3-21.

Donna Haraway. 2016. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes.** ClimaCom, ano 3, n. 5, “Vulnerabilidade”

Guillermo Foladori; Javier Taks. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental** MANA 10(2):323-348, 2004.

Jason W Moore. 2016. **Anthropocene or capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism.** Kairos book.

Juliana Santilli. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Peirópolis. 2005

Marcel Mauss. **“Ensaio sobre a dívida. Forma e razão da troca nas sociedades.”** Sociologia e antropologia 2 (1974).

Paul E. Little. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil.** Anuário Antropológico, v. 28, n. 1, 2003.

J. Santilli. (2005). **Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** Editora Peirópolis LTDA.

Simon Schama. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PARTE I

**A EXTENSÃO EM COMUNIDADES
E A SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL**

CAPITULO 1

EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS ENTRE A PRAIA E A MARÉ: CONSTRUÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA O PGTA POTIGUARA NA ALDEIA COQUEIRINHO/ MARCAÇÃO-PB.

Humberto Bismark Dantas [Tapuya-Tarairiú]

Jaqueline Felix dos Santos [Potiguara]

Alicia Ferreira Gonçalves

María Elena Martínez-Torres

Ivys Medeiros da Costa

INTRODUÇÃO

O povo Potiguara da Paraíba historicamente tem sido alvo de uma série de apropriações de seus territórios para a produção industrial de tecidos, de cana-de-açúcar e veraneio. Diante do Etnomapeamento dos Povos Potiguara (CARDOSO e GUIMARÃES, 2012), construído entre 2011 e 2012, percebemos que conflitos sobre a terra se mantiveram presentes em todo o território, mesmo após os processos vigentes de demarcação das três Terras Indígenas (TIs). Sendo as TIs Potiguara e Jacaré de São Domingos demarcadas oficialmente, e a TI Monte-Mor em processo de homologação, com uma população em 2017 de 14.000 indígenas habitantes das 32 aldeias Potiguara (PALITOT, 2017). Os Potiguara estão presentes também

nas zonas urbanas das cidades de Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação, com uma ampla diáspora nas principais cidades da região e do país.

De forma ampla percebemos a existência de conflitos entre coletividades indígenas e iniciativas privadas e governamentais, e recentemente uma tensão entre conservação ambiental e extração predatória² nos processos de territorialização Potiguara. Abordando esta problemática o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA), integrado por professoras e estudantes da UFPB, tem trabalhado nos últimos anos junto aos povos Potiguara do litoral norte paraibano.

Resultado das lutas do movimento indígena criou-se no ano de 2012 uma legislação voltada ao planejamento e manejo do território, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). O Projeto de Extensão ‘Construindo Mapas Sociais: subsídios para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara’, coordenado pela Dra. Alicia Ferreira Gonçalves e de forma adjunta pela pesquisadora visitante María Elena Martínez-Torres (CIESAS-México), busca, desde 2018, contribuir para efetivação da PNGATI nas TIs Potiguara, em conjunto com as lideranças indígenas e suas comunidades. Em meio as experiências desenvolvidas nesse projeto, esse artigo foi construído de forma coletiva por parte dos pesquisadores integrantes do GIPCSA, visando a apresentação do projeto Construindo Mapas Sociais com enfoque especial aos resultados da aldeia Coqueirinho, na cidade de Marcação-PB.

GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

Pensando as relações entre preservação ambiental e resguardo dos direitos territoriais indígenas, Eloy Terena (2013) traz uma discussão sobre as concepções de desenvolvimento, pensando especificamente como esses conceitos se interpassam nos Territórios Indígenas e como acabam sendo pontos de partida para ações construídas pelo poder público, e

² A exemplo dessas tensões temos conflitos entre o comitê de gestão da APA do Rio Manguape com a implantação do projeto Trilhas Potiguara, incentivado pela Secretaria de Turismo do Estado.

de forma recorrente, promovem danos para povos indígenas e o meio ambiente em que vivem. O autor entoa que “o desenvolvimento local (endógeno) é um processo de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local, valendo-se de suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população” (TERENA, 2013, p. 58). Essa possibilidade do caráter local/endógeno ao traçar melhorias de qualidade de vida nas comunidades tradicionais traz uma forte virada quanto as estratégias costumeiras de promoção de políticas públicas, até então caracterizadas pela lógica de tutela e diminuição da autonomia indígena. O autor aborda a necessidade de estratégias da atuação em territórios indígenas contarem com a participação efetiva de organizações indígenas, de forma a garantir o protagonismo deliberativo por parte dessas comunidades. É nessa ótica que se dá a atuação do projeto Construindo Mapas Sociais no território Potiguara, na medida em que buscamos a criação de redes de diálogos entre pesquisadores do grupo, indígenas e não-indígenas, junto a lideranças e moradores dos territórios para construção das ações vinculadas ao PGTA Potiguara.

Em consonância, Vilmar Guarany (2006) enfatiza a emergência de conflitos entre a gestão territorial realizada por povos indígenas frente as entidades gestoras das unidades de conservação a nível nacional. O autor reitera que já no ano de 2006 eram tecidas críticas por parte do movimento indígena contra a consolidação das unidades de conservação de forma sobreposta aos territórios indígenas, tendo esse ponto inclusive sendo deliberado como não recomendado no documento final construído durante a Conferência Nacional dos Povos Indígenas³.

O geógrafo brasileiro Mançano Fernandes (2017) afirma que os processos de territorialidade se caracterizam por uma constante conflitividade entre as diferentes formas de apropriação de um mesmo espaço por moradores, governo, municípios, grupos sociais, etc. Postulando esse debate no território paraibano, Costa (2019) traz à tona as ineficácias das estratégias de comunicação coletiva direcionadas aos Potiguara residentes nas 9 aldeias localizadas na zona de sobreposição entre as Terras Indígenas Potiguara e a Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Mamanguape. O mesmo Vilmar Guarany (2009) enfatiza ocorrer frente aos

3 Conferência Nacional dos Povos Indígenas, 2006 apud GUARANY, 2009, p. 92.

processos de demarcação do território Guarani Mbyá no estado de São Paulo. Na perspectiva evidenciada por Costa (2019) há uma oposição evidente entre gestores ambientais, guiados pela soberania da preservação territorial frente as deliberações Potiguara, movidas pelos ideais comunitários do direito originário ao usufruto do seu território.

No aspecto dessa contradição, as formas de execução da gestão territorial da APA acabam corroborando com deliberações impositivas dentro do território indígenas. A não presença dos indígenas nas reuniões do conselho gestor não é uma exceção à regra, cabendo ao comitê gestor da APA construir estratégias junto as comunidades Potiguara da zona de sobreposição (COSTA, 2019; DANTAS, GONÇALVES et al, 2019). Resumidamente, o comitê gestor da APA acaba tomando medidas restritivas incidindo diretamente nos usos dos territórios de 9 das aldeias Potiguara, sem a consulta efetiva aos moradores das aldeias, principais interessados nesse processo.

Resultado das mobilizações do movimento indígena, no ano de 2012 emerge a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI), fazendo a intersecção entre direitos socioambientais e ações específicas de fomento a gestão territorial indígena em todo o território brasileiro. Em consonância com as perspectivas que trazemos nos parágrafos anteriores, o manual Entendendo a PNGATI enfatiza essa política como “uma conquista porque se trata de uma demanda dos povos indígenas por uma política pública do Estado brasileiro para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas” (BAVERESCO et al, 2014, p.8) e que se diferencia da leva de políticas de tutela pois promove o “abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, a ser gradativamente incorporada pela sociedade nacional, e com isso, fadada ao desaparecimento” (BAVERESCO et al, 2014, p. 13). A PNGATI se propõe a promoção de ações de gestão territorial vinculadas primordialmente ao direito originário dos povos indígenas, de forma a incorporar as formas de convivências indígenas em seus territórios. Como enfatizamos, é latente a necessidade de que as próprias perspectivas indígenas sobre o seu território sejam tomadas como disparadores para as ações que se constroem sob a luz da PNGATI.

Um de seus resultados diretos dessa política são os Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTA), que se propõem a traçar um panorama das condições vigentes de cada território indígena, pensando os usos e as práticas territoriais de seus povos, bem como elaborando um conjunto de metas e possibilidades de ação frente contextos específicos de cada comunidade. De acordo com a PNGATI, o PGTA é um recurso a ser utilizado de subsidio para formulação de políticas públicas ou mesmo, pretende-se como um documento útil para pressionar setores da sociedade diante do não cumprimento de acordos pré-estabelecidos junto as comunidades indígenas. Desse modo, o PGTA se postula como um “instrumento feito pelos e para os indígenas, segundo suas aspirações e visões de futuro, com a colaboração e o apoio do Estado e de parceiros da sociedade civil” (FUNAI, 2013, p.8).

CONSTRUINDO MAPAS SOCIAIS

No contexto específico desse trabalho, o PGTA se coloca como um instrumento crucial para o fortalecimento das estratégias de manutenção dos direitos indígenas dentro das 3 TIs Potiguara do litoral norte da Paraíba. Durante o trabalho de doutorado da pesquisadora Ivys Medeiros da Costa (2019), inicia-se a mobilização de esforços voltados a construção do PGTA Potiguara. Essa demanda surge especialmente por parte da Associação de Caciques Potiguara, na pessoa do Cacique e pesquisador do GIPCSA Nathan Galdino Potiguara, que abraça os projetos iniciais para subsidiar o PGTA. Levamos em consideração ainda o Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) nº36/2017, que em meio a uma série de exigências diversas sobre as práticas territoriais do povo Potiguara, demanda a construção urgente do PGTA.

O marco fundacional e institucional voltada a construção do PGTA foi a Assembleia Inicial, em dezembro de 2018. A assembleia contou com a presença de várias lideranças Potiguara, incluindo caciques e anciões, além de várias lideranças jovens indígenas, em parte universitários do Campus IV e I da UFPB, bem como integrantes do GIPCSA guiados pe-

las pesquisadores-docentes Alicia Ferreira Gonçalves e Ivys Medeiros da Costa. A partir desse primeiro contato, conseguimos marcar uma série de oficinas nas aldeias, contando com a presença de seus respectivos caciques e a moradores locais. Desses esforços iniciais de articulação foram elaboradas propostas e atividades englobadas no projeto de extensão ‘Construindo Mapas Sociais: subsídios para o Plano de Gestão territorial e ambiental Potiguara’, submetido e aprovado no ano de 2019, com apoio financeiro da PROEX. A partir da aprovação no edital UFPB no seu município, trouxemos enfoque a aldeias da cidade de Marcação, e assim o fizemos, realizando oficinas nas Aldeias Tramataia, Camurupim e Coqueirinho na segunda metade do ano de 2019.

Para viabilidade do projeto, levamos em consideração o Edital UFPB no seu Município que visa “contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios de sua área de abrangência, com vistas ao empoderamento das comunidades para a melhoria da qualidade de vida” (EDITAL PROEX Nº 03/2019), deste modo, as ações do projeto Construindo Mapas Sociais vinculam-se diretamente a construção de estratégias e práticas voltadas a promoção de direitos e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas das aldeias localizadas na cidade de Marcação/PB. Sendo assim, é no braço da extensão que se desenvolvem as atividades enfatizadas nesse trabalho, contando com apoio financeiro para bolsistas, por onde passaram ambos os graduandos que escrevem esse trabalho, tal como viabilizando transportes da UFPB para realizar a locomoção do grupo até as aldeias e para fazer trajetos curtos no território com os guias das caminhadas. Por fim, esse projeto está em consonância direta com as Políticas Ambientais da UFPB, inseridas num contexto de fomento a práticas sustentáveis e manejo responsável com o meio ambiente:

1.4. Considerando o que preconiza a Resolução do CONSUNI Nº 17/2018, que trata da Política Ambiental da UFPB, que visa implantar ou adaptar ações institucionais que possibilitem promover o desenvolvimento sustentável da UFPB e da sociedade, compativelmente com um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, por meio do incentivo às ações de extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. (EDITAL PROEX Nº 03/2019).

Em sua totalidade, esse projeto abarca uma metodologia interdisciplinar, contanto com a participação variada de pesquisadores indígenas e não indígenas, de áreas transversais partindo essencialmente de diálogos entre a antropologia, o direito e a ecologia. Nesse movimento, já realizamos oficinas em 9 aldeias nas 3 TIs Potiguara (2018-2020), onde a partir do trabalho coletivo dos integrantes do GIPCSA e da colaboração de lideranças indígenas e demais moradores das TIs, viabilizamos um leque de atividades realizadas em cada um desses encontros.

Nessas oficinas construímos ações por meio da observação participante em rodas de diálogos de saberes; aplicação de entrevistas e questionários; montagem do acervo visual das atividades; e na realização de caminhadas em meio as narrativas dos moradores pelo território. A junção da realização das oficinas alinhada a participação dos indígenas junto ao grupo de pesquisa e aos debates teóricos que servem de arcabouço para no nosso projeto viabilizam a construção de panoramas sobre os contextos vigentes das aldeias Potiguara e, de forma um pouco mais abrangente, do território como um todo.

Os dados produzidos até agora estão em processo de análise coletiva pelos pesquisadores do grupo e já tem sido publicado em algumas interfaces, onde podemos perceber várias questões que devem ser levadas em consideração para a construção efetiva de um PGTA. Em artigo recente, enfatizamos como demandas de bases, as de saneamento básico, construção de escolas, políticas de saúde, ações de preservação ambiental entre outras (GONÇALVES, 2020). Questões acerca da inserção de cana-de-açúcar e as relações de extrativismo dentro do território, em especial na aldeia Jacaré de São Domingos podem ser encontradas em texto publicado em 2019 (DANTAS, COSTA, 2019), bem como as relações de turismo algumas observações preliminares junto a aldeia Lagoa do Mato no texto publicado no Congresso Internacional de Povos Indígenas da América Latina (DANTAS et al, 2019).

COQUEIRINHO

Nesta sessão nos voltamos ao compartilhamento de algumas reflexões geradas a partir das visitas prévias e da oficina ocorrida na Aldeia Coqueirinho no dia 25 de outubro/2019, junto aos 38 moradores participantes da oficina.

Como em outros dias de oficina, as 7h30 estamos, os integrantes do GIPCSA, na UFPB prontos para começarmos a deslocamento para as Aldeias. O caminho da UFPB até a aldeia Coqueirinho é relativamente longo, para chegar lá precisamos nos locomover por 71km da zona metropolitana de João Pessoa até o território Potiguara, passando pelas zonas urbanas das cidades Mamanguape, Rio Tinto e Marcação para só então chegarmos ao rio que nos tira das estradas de asfalto e nos guia sinuosamente até a praia de Coqueirinho, passando antes pela aldeia vizinha, Acajutibiró.

Como é visível na figura abaixo, a aldeia Coqueirinho está situada junto a mata nativa que acompanha um dos afluentes do Rio Mamanguape, e de seu lado oposto temos a Praia de coqueirinho, repleta de restaurantes e bares. A região se estreita na medida em que se aproxima da barra, resultando numa parte do território da aldeia repleto de Mangue/Maré, formada pelas oscilações no encontro das águas do rio e do mar.

Figura 1: Imagem aérea da praia de Coqueirinho, com aldeia e viveiros de camarão em destaque.



Fonte: Ortofotos com VANT por Jessé Gomes Júnior, 2019.

Ao chegarmos na aldeia, seguimos rumo ao ponto de encontro marcado com o Cacique Sandro Macaxeira. Já são quase dez horas da manhã, saímos da van e caminhamos na estrada de areia até um dos vários bares e restaurantes na praia de Coqueirinho. Ouvimos os barulhos das panelas na parte interior do bar, em paralelo ao reluzente mar da praia de Coqueirinho. Somos recebidos pela Mãe do Cacique Sandro, uma das primeiras moradoras dessa Aldeia, e por Cris, recém chegado, advindo da aldeia Três Rios. Como havíamos combinado previamente, nossos esforços pela manhã e pela tarde seriam investidos nas caminhadas com narrativas pela aldeia, conhecendo os principais pontos para comunidade. Buscamos embasar nosso trabalho num viés etnográfico (GONÇALVES, 2018) partindo de conversas com os moradores, do conhecimento dos territórios e do registro fotográfico desses espaços. Dessa forma, as informações apresentadas nessa sessão são baseadas nas narrativas dos moradores de Coqueirinho com os quais estivemos em diálogo.

A aldeia de Coqueirinho se constrói margeada pelo turismo. Os relatos enfatizam a existência de poucas famílias nessa aldeia, tendo em

vista que o único acesso para a cidade era de canoa, pela aldeia Camurupim, ou quando a maré estava baixa e viabilizava a caminhada a pé pela praia, vindo da Baía da Traição. Também não havia saneamento básico ou energia elétrica na aldeia. No entanto, após esse movimento inicial de ocupação do território que hoje é a aldeia Coqueirinho, inicia-se um movimento de entrada maciça de não indígenas no território durante os anos 80s, construindo casas de veraneio para membros das classes altas da região, em especial advindos da capital do estado, João Pessoa. A partir dessa invasão de não indígenas ocupando e construindo casas dentro do território Potiguara, os moradores das aldeias próximas iniciaram um movimento de reivindicação de reocupação do espaço, para usufruto exclusivo dos indígenas conforme determinado por lei nos territórios indígenas demarcados.

Dessa forma os moradores das aldeias próximas, em especial da aldeia Camurupim, dão início a um movimento de luta para reintegração de posse dos territórios, incluindo as casas e demais equipamentos urbanos construídos por não indígenas na aldeia em questão. O movimento foi resguardado pelo estado, viabilizando acordos e indenizando os não indígenas que haviam se instalado em Coqueirinho.

ENTRE A PRAIA E A MARÉ

No início da caminhada pela manhã do 25 outubro 2019, conhecemos toda a extensão da praia de Coqueirinho e encontramos com alguns coletores de marisco e pescadores trabalhando no mar. O mar e a maré são uma das importantes fontes de renda do povo Potiguara nessa aldeia, de tal modo que habitantes das aldeias vizinhas chegam a se locomover até Coqueirinho para trabalhar com os mariscos, peixes e camarão. Após alguns minutos de caminhada adentramos na barra, encontro entre o rio e o mar, que dá início à grande maré que se estende até a aldeia vizinha, Camurupim, onde nos deparamos com um Peixe-Boi, descansando próximo à beira do rio. Nas figuras 2 e 3 encontramos registros desse momento. Atualmente, o mar Potiguara é habitado por vários desses animais, ma-

peados e supervisionados pelos integrantes da APA do rio Mamanguape e pelos Indígenas Potiguara das aldeias adjacentes.

Figura 2 e 3: Caminhada do projeto e registro do encontro com o peixe-boi.



Fonte: Gabriel Roque, acervo do GIPCSA, 2019.

Para além do território da APA, os peixe-boi ultrapassam os limites fronteiriços, deixando seus rastros fluviais pelo mar e entre os diversos rios que se localizam no território Potiguara, desde o Camaratuba até o Mamanguape. Essa espécie postula-se como um atrativo para muitos dos visitantes das aldeias Potiguara, o que também acontece em Coqueirinho.

Caminhando de volta para o centro da aldeia, em meio aos viveiros de camarão dispostos entre uma borda do rio e o mar, percebemos que Coqueirinho possui uma rua principal, que parte da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes⁴ com várias residências com aparência de casas de veraneio. Almoçamos no restaurante onde havíamos chegado, descansamos e no período da tarde fizemos o trajeto oposto da caminhada, indo até bem próximo ao antigo cemitério da aldeia e caminhando um pouco para dentro da mata, indo ao encontro do Rio que havíamos visto no caminho.

No turno da noite, das 19h às 21h, consolidamos a oficina em horário proposto pelos moradores da aldeia, quando novamente nos unimos ao cacique Sandro Macaxeira, dessa vez também contando com a participação dos 38 moradores de Coqueirinho para discutirmos as formas como o PGTA pode vir a subsidiar as demandas específicas dessa Aldeia. Em paralelo a esses diálogos, os participantes da oficina elaboram as metas e problemáticas da aldeia, construíram os mapas sociais e responderam aos questionários base. Nesse momento houve também a coleta dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes da oficina.

SOL E PRAIA

Como podemos observar na figura 1, na sessão anterior, coqueirinho traz consigo um forte apelo as atividades de turismo de 'sol e praia', como já afirmavam Barbosa e Crispim (2015) frente as atividades turísticas no litoral norte paraibano. Diante da caminhada em campo e através da imagem aérea percebemos a praia e o rio como dois eixos referenciais para a

⁴ Em dezembro, Coqueirinho recebe uma grande quantidade de visitantes para a celebração de Nossa Senhora dos Navegantes.

disposição das casas em Coqueirinho, que se iniciam com os bares/restaurantes e pousadas na beira da praia e se seguem com as casas. Esses estabelecimentos, na maior parte das vezes são comércios familiares onde o mesmo prédio é tanto restaurante/bar como domicílio, oferecendo serviços para visitantes tanto das terras indígenas como de fora delas. Também encontramos várias casas em diversos estágios de construção, algumas delas com aparência de interrompidas já há algum tempo. Em paralelo a isso, também encontramos algumas casas vazias, com aparência de que não tinham moradores há um tempo considerável. Esse fluxo de construção e interrupção de obras de casas, bem como a quantidade de casas que aparentavam estar permanentemente fechadas são aspectos que podem estar atrelados ao turismo de sol e praia, que se mostra bastante atrativo para construção ou ocupação para a finalidade de veraneio. Nas figuras abaixo, visualizamos a vista para o mar em um dos bares da aldeia, bem como uma palhoça localizada também na região da praia.

Figura 4 e 5: Vista para o mar e palhoça na praia.



Fonte: Gabriel Roque, acervo do GIPCSA, 2019.

Quanto ao trabalho atual com turismo, os participantes da roda de diálogo na parte noturna da oficina relataram que o fluxo de renda e espaços de trabalho no período de férias e finais de semana aumenta de forma bastante intensa. Esse aumento do turismo resulta na movimentação de indígenas de outras aldeias para Coqueirinho de forma a ocupar os espaços de trabalho necessários nos bares, restaurantes e pousadas da região, bem como também para visitar a aldeia e aproveitar seus espaços de lazer. Nesse sentido, também foi apontado pelos Potiguara, donos desses estabelecimentos a necessidade de formação voltada a administração dos seus comércios, englobando perspectivas de manutenção da renda durante todo decorrer do ano, de forma a trazer melhorias de condições financeiras para os moradores das aldeias.

Segundo Araújo et al (2017), processos de turismo por vezes estão imbricados por lógicas de “apropriação dos espaços por poucos indivíduos que passam a explorá-los como atrativos” consolidando “uma tendência à geração de impactos ambientais, econômicos e sociais negativos e que podem fazer com que a atividade turística assim desenvolvida se torne insustentável a médio e longo prazo” (ARAÚJO et al, 2017, p.9). Isso também é parcialmente percebido em Coqueirinho, visto que o fluxo mais intenso de turistas traz consigo maiores impactos ambientais na aldeia. Nesse aspecto nos diálogos realizados em campo, os moradores da referida aldeia destacam, por exemplo o aumento significativo da produção de lixo agravando o descaso que já existe frente a ineficiência do município com a coleta de lixo, e um aumento da necessidade de saneamento básico, que no geral é feito por meio do sistema de fossas sépticas residenciais. Outro ponto também abordado pelos moradores quanto ao desgaste ambiental é a invasão de carros na areia da praia, com a possibilidade de causar acidentes nos moradores e turistas, aumento do processo de assoreamento da praia, assim como trazendo uma poluição sonora intensa.

Em meio a esse panorama geral, mesmo com algumas dificuldades o turismo é enfatizado pelos moradores da aldeia como uma fonte potente de renda e com impactos gerais bastante positivos. No entanto, é importante salientar que também são destacados uma série de problemas infra estruturais, como o abandono da construção de casas, a falta

de saneamento adequado e a necessidade de melhorias nas condições de distribuição de água. Cabe então a consolidação de iniciativas de formação para o etno-ecoturismo alinhada a viabilização de estratégias em rede para estabelecimento do protagonismo indígena na realização das atividades turísticas, com uma capacitação voltada para melhor administração financeira de seus estabelecimentos comerciais, como na formação de guias de turismo, bem como na promoção de educação ambiental e fiscalização para evitar o aumento da degradação ambiental por parte dos visitantes não-indígenas. Paralelamente, cabe a prefeitura prestar apoio através do fomento de obras e estratégias de melhorias desses problemas infraestruturais.

Em consonância com isso, tanto Araújo et al (2017) como Barbosa e Crispim (2015) defendem a possibilidade de consolidar atividades de turismo que sejam sustentáveis. A exemplo das estratégias de alinhamento de lazer junto a educação ambiental e étnica, trazendo consigo primordialmente a autonomia comunitária. Desta forma a comunidade seria beneficiada com o aumento da renda básica, manutenção das práticas de preservação ambiental e respeito ao contexto étnico, como demandaram durante a oficina.

ARAUJO et al (2017, p. 16) caracterizam o turismo nos contextos comunitários, cabendo

dotá-lo de um caráter mais humano, permitindo que os indivíduos, partícipes das comunidades, tornem-se protagonistas importantes no processo de desenvolvimento, elevando a qualidade de vida da comunidade, superando-se como problema básico o acesso à educação, saúde e a segurança alimentar. [...] Dessa forma, o local, quando encontra e assume a sua identidade, potencializa-se como alternativa ao Turismo Sustentável, em especial, ao Turismo Cultural e ao Etnoturismo, contribuindo tanto para a preservação ambiental do território quanto a sua respectiva valorização cultural.

Nesse contexto, entendemos a necessidade de atuação horizontal entre as organizações comunitárias indígenas junto a colaboradores ex-

ternos. Feito isso, as estratégias de atuação voltadas ao turismo podem fomentar a tríade Renda, Ambiente e Cultura, promovendo a autonomia social no âmbito das deliberações sobre o território de sobreposição, bem como a possibilidade de emergirem respostas efetivas as demandas evidenciadas pelos Potiguara, a exemplo de formas de ampliar as estratégias de educação ambiental e preservação envolvendo indígenas e não-indígenas alinhados as TIs Potiguara.

MARÉ

Outro ponto forte na economia da aldeia é a pesca e coleta de frutos do mar, em especial a coleta de mariscos na zona da praia. Durante as caminhadas da nossa oficina encontramos alguns desses trabalhadores em meio ao mar realizando a coleta durante a baixa da maré, como em uma das fotos abaixo.

Figura 6 e 7: Pescadores na praia de Coqueirinho





Fonte: Gabriel Roque, acervo do GIPCSA, 2019

Além dos pescados do mar e do mangue, a Aldeia de Coqueirinho possui também 11 viveiros de camarão, alguns pertencendo a associações comunitárias indígenas e outros deles moradores que não são da aldeia Coqueirinho, incluindo indígenas de outras aldeias e não indígenas. Durante a nossa caminhada, o primeiro viveiro que avistamos estava desativado por ter sido construído ainda na parte da praia, de modo que o avanço do mar exigiu a colocação de lonas de plástico nas laterais do viveiro na tentativa de prolongar a vida útil do viveiro. Ao longo da caminhada outros viveiros foram avistados, alguns deles estão visíveis na parte direita da imagem aérea posta figura 1. Segundo os moradores e o cacique da aldeia a carcinicultura gera uma produção de camarões bastante rentável, chegando a alcançar a produção de camarões ‘graúdos’ de mais de 17 centímetros.

Sampaio e Andrade (2018), trazem algumas questões que dão tom as relações entre indígenas e órgãos ambientais referentes a prática da carcinicultura a partir de pesquisa construída em meio as práticas da car-

cinicultura no território Potiguara, especialmente na aldeia Tramataia. As autoras registraram a existência de estruturas para pesquisa com a iniciativa de núcleos de pesquisa da UFPB na década de 90, que abriu caminho em seguida para um projeto de fomento as atividades de carcinicultura com apoio financeiro do Banco Mundial (SAMPAIO et al, 2018, p.198). Nessas experiências houve primeiro a tentativa de implantação do camarão nativo nos viveiros, o que segundo as autoras foi descartado diante da não-rentabilidade, dando lugar ao camarão exógeno que trazia maiores ganhos econômicos, mesmo frente aos riscos ambientais. As autoras concluem a pesquisa enfatizando a existência de impactos negativos nas atividades de carcinicultura em Tramataia, mas esses impactos, segundo indígenas moradores da aldeia, ocorrem especialmente nos períodos de ‘despesca’ do camarão dos viveiros⁵.

Outro ponto apontado é a falta de suporte técnico adequado que resulta, na mortandade dos camarões devido ao surgimento de doenças pela falta de monitoramento adequado da água dos viveiros (Sampaio 2018). A morte de camarões apontada no texto de Sampaio (2018) foi vista durante a caminhada na aldeia, que sem o apoio técnico necessário os animais acabam adoecendo, morrendo e boiando, as garças aparecem para se alimentar dos camarões. Da checagem visual se percebe a falta de saúde dos viveiros. É importante perceber que isso é reflexo da inserção da carcinicultura nas terras Potiguara e, como já afirmamos, muitos dos viveiros foram construídos com subsídios de instalação por parte de programas de apoio governamental e depois foram alvo de descaso. Após a instalação desses projetos, de forma bastante recorrente, não se instaura um acompanhamento dos impactos possíveis, não sendo traçadas estratégias de manutenção técnica pós-instalação. O que acaba gerando problemas que não podem ser premeditados pelos indígenas. Esse processo é bastante complexo pois traz dificuldades na manutenção dos viveiros, o que resulta no arrendamento dos tanques para não indígenas que possuem interesse, recursos financeiros e aporte técnico suficiente para garantir a produção e comercialização de camarão em larga escala. Segundo Andrade et al.

5 Na aldeia Tramataia, segundo moradores entrevistados por Crispim (2015), parte dos danos ambientais devem-se a inserção das usinas de cana-de-açúcar.

No contexto da carcinicultura familiar indígena, a ausência de uma assessoria técnica explicaria os atuais problemas de ineficiência e de impactos ambientais. A introdução de atividade, que não fazia parte do universo das práticas e dos conhecimentos tradicionais dessa comunidade, deveria ter como requisito um acompanhamento com a inserção de inovações no sistema para torná-lo ambientalmente mais sustentável. (ANDRADE et al, 2015, p.159)

A inserção dos viveiros de camarão alinhada a falta de apoio técnico acaba acarretando processos de degradação do meio ambiente, como por exemplo a invasão do território da praia por viveiros ou mesmo o despejo dos resíduos diretamente nos rios, sem o tratamento necessário desses resíduos. Percebemos que diversos danos ambientais causados pela prática da carcinicultura nas terras Potiguara podem ser reduzidos de forma significativa com o aumento do apoio técnico necessário para manutenção saudável dos viveiros. Cabendo inclusive uma autocritica por parte da Universidade e Gestores ambientais por engajarem processos de fomento a inserção dos viveiros de camarão no território indígena, mas, ao longo do tempo, acabaram ignorando a necessidade de manutenção de apoio técnico de forma intermitente.

APONTAMENTOS FINAIS

Herdeira de projetos do passado, a comunidade de Coqueirinho se esforça para resolver suas necessidades básicas ao mesmo tempo em que demanda apoio governamental. No seu território convivem iniciativas que visam melhorias reivindicadas pelas próprias comunidades indígenas. A partir desse entendimento, diálogos sobre um suposto ‘desenvolvimento sustentável’ devem perceber as comunidades indígenas como coletivos imbuídos nos processos de manutenção e também de mudança das formas de convivência com a natureza, evitando corroborar com uma visão de natureza como recurso a ser utilizado, ou mesmo como espaço intocado. Categoricamente, iniciativas dentro dos territórios indígenas

acabam pendulando entre a promoção de 1 - degradação ambiental em detrimento do desenvolvimento ou 2 - preservação indiscriminada dos ditos recursos naturais ignorando as necessidades e experiências comunitárias presentes nesses territórios. Cabe complexificar a noção de natureza, entendendo que povos indígenas fazem parte de seus territórios e devem protagonizar deliberações sobre as formas de convivência em todos os seus contextos. Nesse aspecto, não nos cabe demonizar as atividades de turismo ou mesmo as atividades de carcinicultura. Em contrapartida deve-se perceber como essas atividades se instauraram no território Potiguara ocupando um espaço no contexto do capitalismo global, alocando a comunidade em processos de exotificação ligado fortemente ao turismo ecológico, visto como preservação do território indígena, combinado ao caráter do “índio do banco mundial”, como destaca Rivera Cusicanqui (2013). Estas iniciativas têm sido apontadas pela mesma autora como estratégias neocolonialistas que tiram a autonomia dos povos. O grande desafio que seguiram enfrentando em relação ao Turismo Global e autossuficiência.

Apesar das contradições, a comunidade da aldeia Coqueirinho tem uma força coletiva que vai resolvendo suas necessidades com autonomia, porém há muito desafios para resolver que listamos durante nossa oficina: água potável, tratamento sanitário, lixo e educação escolar. Durante o período de nossas visitas, eles construíram seu próprio posto de saúde com a coordenação do cacique Sandro, depois de anos esperando pela realização dessa demanda pelo estado. Isto nos mostra a força de um povo que caminha junto, como Krenak (2019) dizia, para adiar o fim do mundo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela; MACHADO, Adjane; COSTA, Ivys; ESPINOLA, Rafaella. Território e comunidades étnicas/locais: entre pressões de grandes empreendimentos e o acesso a políticas públicas. **Rev. Desenvol. Meio Ambiente**, v. 33, p. 149-162, abr. 2015.

APURINÃ [YWMUNYRY], Francisco. Um olhar sobre o cosmos a partir da perspectiva indígena e as consequências da fricção entre os humanos e os não humanos. **Rev. Emblemas**, v. 17, n. 1, 14-35, jan.-jun. 2020.

ARAUJO, Wilson; TEMOTEO, Joelma; ANDRADE, Maristela; TREVIZAN, Salvador. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Rev. Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 5-18, out./dez. 2017

BARBOSA, Izolda; CRISPIM, Maria. Potencialidades para o ecoturismo e etnoturismo na aldeia Potiguara de Tramataia, APA da Barra do Rio Mamanguape (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.1, fev-abr 2015, pp. 176-192

BRASIL. Decreto n. 7.747, de 5 de jun. de 2012. **Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI)**. Brasília, DF, 2012.

____. **Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) nº36/2017**, de 06 de dez. de 2017. Procuradoria da República na Paraíba. João Pessoa, p. 1-9, dez. 2017.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/DGETNO/DGAM, Série Experiências Indígenas, n. 2, 2012.

COSTA, Ivys Medeiros da. **A gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos Potiguara da Paraíba**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA/UFPB. João Pessoa, 2019.

DANTAS, Michelle; BARBOSA, Milena; SANTOS [POTIGUARA], Sanderline. Lendas e/ou mitos Potiguaras?! Tradição, sacralidade mulheres míticas e riqueza cultural. in: BATISTA, Cleide, et al. (Orgs.) **Uma década de expansão universitária: estudos sobre o Vale de Mamanguape**: volume II, JOÃO Pessoa: Editora do CCTA, 2017a.194 p.

DANTAS [Tapuya-Tarairiú], Humberto Bismark; COSTA, Ivys; GONCALVES, Alicia; ANDRADE, Maristela. Construindo o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Potiguara: visões e cosmovisões indígenas. In: **3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina**, 2019, Brasília. Anais do 3º CIPIAL, 2019.

DANTAS [Tapuya-Tarairiú], Humberto Bismark; COSTA, Ivys. Construindo o PGTA Potiguara na aldeia Júcaré de São Domingos: cosmovisões, usos e práticas territoriais indígenas frente às usinas sucroalcooleiras locais e ao intervencionismo estatal. In: V Encontro Nacional de Antropologia da Política, 2019, São Luiz/Maranhão. **Anais do V Encontro Nacional de Antropologia da Política**, 2019. v. V. p. 391-401

ELOY AMADO [TERENA], Luiz Henrique. **Poké'exa útio território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL. (Org.). **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**: Orientações para Elaboração. – Brasília: FUNAI, 2013. 20p. Ilust.

GUARANY [GUARANI M'BYÁ], Vilmar Martins Moura. **Direito territorial Guarani e as unidades de conservação**. Dissertação (mestrado em direito econômico e socioambiental), Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2009.

GONÇALVES, Alicia. Etnografia, etnologia & teoria antropológica. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, 1(44), 2016.

GONÇALVES, Alicia. Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano

de Gestão territorial e ambiental potiguara. **Revista Brasileira De História e Ciências Sociais**, 12(23), 2020.

IBERÊ [GUARANI M'BYÁ], Daniel. **IIRSA a serpente do capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina** (Santo Antônio e Jirau). Rio Branco: Edufac, 2015. 360p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019, 84p.

FERNÁNDEZ Mançano Bernardo, 2017. Territorios y soberanía alimentaria. Cátedra Unesco de educación del campo y desarrollo territorial. Universidad estatal de San Pablo (UNESP).

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998. 310 p.

PALITOT, Estevão.: Os Potiguara de Monte-mór e a cidade de Rio Tinto. in: BATISTA, Cleide, et al. (orgs.) **Uma década de expansão universitária: estudos sobre o Vale de Mamanguape: volume II**, João Pessoa: Editora do CCTA, 2017a.194 p.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Etnicidad estratégica, nación y (neo) colonialismo en América Latina**. Alternativa. Revista de Estudios Rurales 3, no. 5 (2013).

SAMPAIO, Jeandelynne; ANDRADE, Maristela. A introdução de viveiros de camarão na Terra Indígena dos Potiguara no Litoral Norte da Paraíba: impactos ambientais e globalização. In: SEGATA, Jean; et al [OGRs]. **Populações tradicionais, ambientes e transformações**. Natal, RN: EDUFRN, 2018.

CAPITULO 2

A FOTOETNOGRAFIA EM REASSENTAMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGEM NO AGRESTE PARAIBANO⁶

Givanilton de Araújo Barbosa
João Martinho Braga de Mendonça
Silvano Abade
Glauco Machado
Melba Godoy

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda uma experiência de extensão universitária marcada pela prática da fotoetnografia como parte de uma pesquisa antropológica. Trata-se de um reassentamento de famílias atingidas por barragem, o sítio Cajá, localizado na zona rural do Município de Itatuba, agreste do Estado da Paraíba. Por meio da prática fotoetnográfica, o projeto extensionista buscou evidenciar os modos de vida de atingidos por barragem, vindo a constituir potenciais subsídios socioculturais para políticas sociais públicas voltadas a estas populações. O exercício fotoetnográfico concretizou-se como um experimento inicial, o qual teve por base o fazer e o saber etnográficos, aprendidos nas disciplinas, desde os clássicos aos contemporâneos da antropologia.

6 O presente artigo apresenta resultados reunidos no relatório do Projeto de Extensão Universitária denominado “À luz da antropologia: fotoetnografia em um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano”, aprovado pelo edital PROBEX/ 2019 vinculado ao campus IV CCAE da UFPB. A equipe foi composta pelos professores coordenadores, pelo bolsista Silvano Abade e pelos voluntários Givanilton de Araújo Barbosa, Glauco Machado e Melba Godoy (bolsista inicial).

Ao reunir estudantes de graduação e pós-graduação, de diferentes grupos de pesquisa, integrando portanto os três pilares do funcionamento da universidade (ensino, pesquisa e extensão), o conjunto de atividades do período em pauta possibilitou estimular o exercício acadêmico antropológico, bem como diferentes percepções do reassentamento rural de atingidos por barragem. A prática da fotoetnografia foi empregada no sentido de exercitar um olhar antropológico, possibilitando caracterizar o grupo social e permitindo constituir dados socioculturais para novos desdobramentos, tanto de extensão quanto de pesquisa, gerando aproximações entre comunidade rural e universidade.

O uso de imagens nas ciências sociais tem sido cada vez mais desenvolvido nas últimas décadas, sabemos que o uso de imagens fotográficas na antropologia, todavia, ocorre desde seus primórdios enquanto ciência. Ao longo do tempo, conjuntamente com a prática da etnografia foram criadas diversas formas de fazer usos de câmeras de fotografar e filmar, o que podemos constatar em etnografias clássicas como também nas mais atuais. Deste modo, cada pesquisador pode propor e desenvolver um trato específico sobre a fotografia em suas pesquisas antropológicas. As imagens do projeto, em geral, servem como elementos para a formação de uma coleção etnográfica, a partir de onde são possíveis análises, descrições e interações, tanto quanto formulações de questões, como, por exemplo, em que medida a situação dos atingidos por barragem pode ser pensada em termos de novas demandas sociais e culturais de contextos resultantes do “antropoceno” (TSING, 2019, p. 23).

A antropologia, de modo geral, a partir de autores como Bronislaw Malinowski, Marshall Sahlins, Fredrik Barth, George Marcus, Max Gluckman, Margaret Mead e Gregory Bateson, fornece uma base para o desenvolvimento de um olhar fotográfico. Ao buscarmos a perspectiva elaborada por Achutti (1997), sobre abordagem fotoetnográfica, passamos a investir numa experiência de contato efetivo com o grupo social. Nesse sentido, tratou-se de articular conceitos antropológicos com a elaboração de visões da situação sociocultural vivida pelos moradores do sítio Cajá, seus modos de vida, sua organização política e cultural, enquanto população atingida por barragem. Esse exercício se realizou por meio da produção de imagens junto a esta comunidade.

Para tratar da definição de “Fotoetnografia”, buscamos especificamente as formulações em torno dessa noção tal como foram propostas pelo antropólogo brasileiro Luiz Eduardo Achutti (1997). Segundo Biazus (2006, p. 302) o termo fotoetnografia foi aplicado por Achutti em sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua pesquisa o levou a uma narrativa fotográfica autônoma do texto escrito para contar sobre o cotidiano de Mulheres trabalhadoras em um galpão de reciclagem em Porto Alegre (ACHUTTI, 1997).

Para Achutti (1997, p. 37) a técnica fotográfica possui potencial de registro sociocultural, concomitante a isso, entendemos esta prática no âmbito mais amplo de uma antropologia visual ou antropologia da imagem (BARBOSA; CUNHA, 2006, pp. 5-6). Ao desenvolver a fotoetnografia, Achutti propôs duas entradas de leitura, uma pelo texto e outra diretamente pelas imagens, afirmando, assim, a possibilidade de uma “escrita fotográfica”, enfatizando as capacidades narrativas e expressivas da fotografia. Dessa maneira, explicitou que os métodos da fotoetnografia possuem duas linguagens e que devem ter uma autonomia entre si para que se aproveite ao máximo seus potenciais narrativos. Em sua perspectiva, para compor a narrativa fotográfica, não devemos incluir nenhum texto juntamente com as imagens.

Conforme discutido por Biazus (2006, p. 303) Luiz Eduardo Achutti estabeleceu um diálogo com o campo de conhecimento da antropologia visual por meio de uma conversa com os autores que refletiram sobre o tema, estabeleceu semelhanças e diferenças na utilização das imagens para a construção do saber fazer antropológico. Ele procurou ressaltar o potencial narrativo das imagens fotográficas utilizadas sob a forma de “narrações visuais” que levam em conta a “construção do sentido graças à imagem, isso para tornar-se um meio de restituição, uma outra forma de narrar nosso olhar sobre o Outro” (Ibid.).

Com base nisso, a fotografia, segundo o autor, deve ser encarada como a “materialização de um olhar”, o “discurso de um olhar”. A prática fotoetnográfica tal como formulada por Achutti pressupõe alguns elementos específicos para a sua constituição, com destaque para a utilização de fotografias sem textos explicativos entre as imagens, nem tampouco o

uso de legendas. “A narrativa deve ocorrer unicamente pelas imagens que apresentem, em si e entre si, uma construção de sentido” (BIAZUS, 2006, p. 304). Ao especificar as orientações metodológicas para a construção de uma fotoetnografia, Luiz Eduardo Achutti explicita, todavia, que não existe impedimento em fornecer informações escritas variadas antes de mergulharmos nas imagens.

Conforme apontam Boni e Moreschi (2007, pp. 138-139), com base em Achutti (1997), a fotografia etnográfica ou fotoetnografia pode estar inserida em trabalhos científicos, exposições ou diversos tipos de publicação. Pode ser caracterizada como objeto de estudo, pesquisa ou mesmo como mera ilustração. Além disso, compila dados de conhecimento com diferentes níveis de abstração, que podem servir como fonte de comparação, posto que a cultura e os costumes estão sujeitos a transformações. Nesse ponto, entendemos melhor porque a fotoetnografia se torna importante no contexto do sítio Cajá, ao se tratar de reassentamentos de famílias ribeirinhas inteiras. Estes autores enfatizam que, dessa forma, “todos devem ter como ponto de partida o estudo da comunidade a ser retratada” (BONI; MORESCHI, 2007, p. 140).

Segundo Achutti

“(…) deve-se levar em conta o domínio técnico contido na fotografia aliado ao olhar treinado do antropólogo, podendo resultar assim em um trabalho fotoetnográfico que venha a ser relevante, não só como mais uma das técnicas de pesquisa de campo, mas também como outra narrativa, que somada ao texto etnográfico, venha enriquecer e dar mais profundidade à difusão dos resultados obtidos. (...) A interpretação antropológica que parte da coleta de dados no trabalho de campo, completa-se com a difusão dos resultados no meio acadêmico, ou para um público mais amplo” (1997, p. 64).

A UFPB NO SÍTIO CAJÁ

A extensão vem sendo desenvolvida nesta comunidade de atingidos por barragem desde 2016, através de Edital PRAC-Probex/2016, num projeto sob a coordenação da profa. Maristela Oliveira de Andrade. Naquele ano foram executadas ações de extensão sobre questões socioambientais e educativas, considerando sua especificidade de atingidos por barragem; tais ações se integraram também ao Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do então estudante Givanilton Barbosa (BARBOSA, 2017).

Em 2018 foi desenvolvido outro projeto de extensão, por meio do Edital “UFPB no seu Município”, voltado para pensar e refletir sobre patrimônio cultural e educação patrimonial, sob coordenação do Prof. João de Mendonça (MENDONÇA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2018). O levantamento de fotografias antigas, que mostrassem o lugar anteriormente habitado, junto aos estudantes da escola local, serviu como forma de trabalhar em sala de aula as questões do projeto; o histórico de deslocamento e a memória visual fotográfica daquilo que um dia constituiu o patrimônio cultural da vila ribeirinha, submersa pela barragem de Acauã.

Com base nas experiências anteriores, em 2019, retornamos à comunidade com outro projeto de extensão, desta vez incluindo também estudantes do Campus IV, do grupo de pesquisa AVAEDOC. Sob coordenação dos professores já mencionados, esta nova ação extensionista procurou investir na produção de imagens no sítio Cajá, a partir da noção de “fotoetnografia” (ACHUTTI, 1997). Ao mesmo tempo o tema “Atingidos por barragem” se tornou também projeto de pesquisa, submetido pelo extensionista Givanilton Barbosa ao curso de Mestrado em Antropologia. Extensão e pesquisa integraram-se, portanto, mais uma vez.

Desse modo, as ações do projeto de extensão junto ao sítio Cajá ganharam maior densidade, com o aprofundamento das perspectivas teóricas e metodológicas da Antropologia. Com estudantes oriundos de ambos Campi – Campus I/CCHLA/João Pessoa e Campus IV/CCAER/Rio Tinto – novos esforços foram feitos no sentido de entender e documentar os impactos da barragem sobre a antiga comunidade ribeirinha, com ênfase

em seu cotidiano atual e nas lembranças do antigo local habitado, além dos conflitos sociais e suas transformações (SANTOS 2003, p. 88). Dentro das normas do Edital PROBEX 2019, incluímos o projeto sob a temática “Cultura” e o mesmo foi também alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS - AGENDA 2030), dentre outros “projetos que viabilizem estratégias que contribuam com a Erradicação da pobreza em todos os sentidos” (Ítem 5.1.1 do Edital supra-referido).

A proposta de 2019 consistiu, portanto, em identificar e esclarecer as condições socioculturais de um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano através da fotoetnografia. Os objetivos específicos foram direcionados para contextualizar de forma visual e descritiva o reassentamento, apontar para o que foi reconstituído no processo de reassentamento e suas potencialidades; reconhecer os pontos de vulnerabilidade socioeconômica; discutir os resultados com a comunidade estudada bem como com grupos de pesquisa na UFPB, além de produzir materiais (relatórios, artigo, fotoetnografia) que também pudesse servir à comunidade atendida.

A principal metodologia utilizada foi a fotoetnografia, considerando a fotografia como potencial de registro sociocultural (ACHUTTI, 1997, p. 37). A partir do material produzido, procura-se refletir sobre a construção de imagens e suas possibilidades (CAIUBY NOVAES, 2012). O projeto de extensão se somou, por fim, ao projeto desenvolvido no mestrado, na medida em que “(...) as pesquisas de campo e os critérios de análise e interpretação permitem que o pesquisador consiga traçar um perfil do grupo estudado” (BONI; MORESCHI, p. 139). O trabalho foi concebido e realizado a partir quatro etapas: a primeira foi constituída por encontros e diálogos entre os docentes e discentes, com planejamento das atividades na comunidade.

A segunda fase do trabalho foi a realização de viagens de campo, dificultadas pelas chuvas tanto quanto pelas condições precárias e limitadas dos veículos disponibilizados pela UFPB para ações extensionistas, o que reflete a necessidade de maiores investimentos nas universidades públicas. Uma viagem em equipe foi finalmente realizada no dia 28 de setembro de 2019 e consistiu na realização de registros fotoetnográficos

junto à comunidade do sítio Cajá. A terceira etapa passou pela apreciação e discussão das fotografias produzidas. Na quarta fase foram feitas algumas reuniões para pensar e planejar a criação de um sítio eletrônico, de maneira a reforçar os vínculos entre a universidade e as pessoas visitadas na comunidade.

A questão geral trabalhada na ação extensionista foi, portanto, no sentido de saber como a fotoetnografia poderia contribuir para a identificação de riscos de vulnerabilidade econômica, além de construir subsídios para elaboração de políticas sociais públicas (com materiais e reflexões que também seriam aproveitados para o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado já apontada).

REASSENTAMENTO

A equipe realizou um estudo prévio do Trabalho de Conclusão de Curso de Givanilton Barbosa (2017) sobre a comunidade, de modo a familiarizar o tema aos novos integrantes do projeto, estudantes de graduação em Antropologia de Rio Tinto e técnico do Laboratório de Antropologia Visual Arandu/Campus IV, membros do grupo de pesquisa AVAEDOC no mesmo Campus. Nesse momento, consideramos alguns pontos importantes que diziam respeito à geração de trabalho e renda e à manutenção da vida social no reassentamento.

Na oportunidade, foram discutidos dados socio-históricos da comunidade, tendo em vista as mudanças e o deslocamento da comunidade. De acordo com as narrativas dos idosos, residentes na comunidade reassentada, por volta da década de 1930 já existiam os primeiros moradores no lugar ribeirinho, nas margens do rio Paraibinha, afluente da bacia hidrográfica do rio Paraíba, no município de Itatuba-PB. Havia em média 300 famílias, com suas propriedades rurais, produção agrária e de pecuária, numa localidade com presença de agricultura familiar e algumas fazendas (BARBOSA, 2017).

Conforme aponta Barbosa (2017, pp. 37-47) a maioria das famílias possuíam pequenas propriedades rurais ou trabalhavam em terras cedidas por outros proprietários, a fim de desempenhar a agricultura familiar. Conta-se que nas margens do rio as terras eram férteis e de fácil produtividade para agricultura. A partir da década de 1980, a comunidade avançou em sua organização produtiva, quando já podiam também contar com escola, posto de saúde, praça comunitária, igrejas, energia elétrica, posto telefônico e pequenos comércios.

Em 1989, a comunidade assistiu à instalação de uma sede da associação de pequenos produtores rurais, contendo um moinho de milho. Sua produção principal eram os derivados do milho para os próprios associados. De acordo com narrativas dos idosos residentes no reassentamento, as famílias, quando se localizavam nas margens do rio, tinham uma diversidade produtiva de trabalho e renda, com práticas de agricultura familiar e economia diversificadas.

Em 1998 começaram os estudos ambientais para a implantação da barragem, que posteriormente denominou-se de Argemiro de Figueiredo. Conhecida como barragem de Acauã, foi implantada na bacia hidrográfica do rio Paraíba, sua capacidade total atinge 252 milhões de metros³, seu barramento foi iniciado em 2000 e inaugurado em 2002. Concomitantemente, foram negociados indenizações e reassentamentos, esses empreendimentos foram financiados pelo governo do Estado da Paraíba em parceria com o Governo Federal.

Também em 2002 começou o deslocamento das famílias do lugar ribeirinho para os reassentamentos. Contando com a comunidade de onde se originaram os atuais moradores do sítio Cajá, nesse mesmo contexto de impacto pela barragem, havia em média 6 comunidades ribeirinhas, totalizando mais de 5 mil habitantes, conforme aponta o Relatório da Comissão Especial de Direitos da Pessoa Humana no caso da barragem de Acauã (CEDPH, 2007, pp, 16-56). No caso específico da comunidade sítio Cajá de Itatuba, sua realocação foi concentrada em três vilas, em terras mais áridas, distantes da localidade anterior em média 3 ou 4 quilômetros. As vilas são compostas de casas de placas pré-moldadas, consideradas pelos moradores como de baixa qualidade, o que torna necessária a realização de reparos periodicamente.

Atualmente residem na comunidade em média 160 famílias. Em geral os habitantes das vilas consideram o novo território árido, sem terras férteis para produzir e nem sequer boas para criar animais, além de não contar com equipamentos públicos adequados. Estes últimos, ao longo dos anos de reassentamento, vêm sendo replantados de forma muito lenta. Boa parte das moradias foram adaptadas e vem sendo construídas novas moradias pelos próprios moradores no entorno da agrovila. Vale destacar que o reassentamento é cercado por arames farpados com porteiros, assim, limitando ou impedindo a passagem de animais e a circulação de pessoas para outros locais.

Segundo moradores, há constantes conflitos na vizinhança, devido à criação de animais soltos e à circulação dos mesmos nas vias públicas. A comunidade possui ainda a sede da associação dos pequenos produtores rurais, que encontra-se fechada atualmente, sem exercer portanto sua função social. Por volta de 2012 iniciaram a construção de dois prédios destinados à escola e ao posto de saúde, vindo a serem finalizados e entregues à comunidade somente em meados de 2019.

TRABALHO E RENDA

A maioria das famílias afirmam que as condições de trabalho e renda não são favoráveis, “não há mais terras para plantar, para criar animais, as terras boas foram inundadas”. Não há arborização adequada para melhorar a qualidade do ar. Muitos dizem que não existe a prática regular adequada da agricultura por falta de terras férteis, como também afirmam que não há incentivos para o desenvolvimento da agricultura familiar, embora muitas famílias criem animais soltos ou nos quintais das próprias moradias, gerando conflitos com os vizinhos.

Atualmente a renda principal das famílias advém de programas do governo federal, tais como como bolsa família ou aposentadorias. A renda do seguro defeso (tempo em que fica proibida a pesca na barragem, para viabilizar a reprodução dos peixes) implica, todavia, na irregularidade da

atividade de pesca, também em virtude da estiagem prolongada e do baixo nível de água da represa. Esses e outros fatores parecem indicar situações de vulnerabilidade socioeconômica no âmbito desta comunidade, ao tempo em que a associação de pequenos produtores, aparentemente, desmobilizada, poderia se constituir como um foco de atenção e de enfrentamento dos problemas locais.

O movimento dos “atingidos por barragem”, no Brasil, iniciou suas primeiras mobilizações por volta de 1970 (REIS, 2007, p. 473), com as primeiras implantações de hidrelétricas e com o deslocamento de populações ribeirinhas. Assim, temos diversos casos, o mais conhecido é a implantação da usina de Itaipu e o mais recente o da Usina de Belo Monte, no Estado do Pará, onde há grande militância dos ribeirinhos e indígenas. Sem entrar nos casos de barragens onde, em função de atividades de mineração, sob similar lógica de “desenvolvimento”, ocorrem tragédias como as provocadas pelas atividades das empresas Samarco e Vale (ZHOURI; OLIVEIRA, p.120).

Pensando nisso, no trabalho de campo durante o encontro com a comunidade dia 28 de setembro de 2019, a visão da equipe de extensão procurou considerar, em meio à prática da fotoetnografia, “as narrativas e experiências” dos sujeitos locais. Foi constatado o discurso unânime entre as pessoas abordadas sobre o seguinte: não cumprimento das metas estabelecidas pelas administrações públicas na substituição das placas de concreto nas casas dos moradores por uma estrutura definitiva de tijolos, a não implementação de quadras poliesportivas, de cursos profissionalizantes, de curso na área da agricultura familiar e nem, tampouco, foram cedidas mais terras adequadas para plantio.

Além dessas dificuldades apontadas que afetam sobremaneira as alternativas de trabalho e renda das pessoas reassentadas, observamos a falta de espaços lúdicos para crianças e adultos. Não foi encontrada nem uma praça com equipamentos para atividade física ou parque recreativo, por exemplo. O calçamento nas principais vias do reassentamento, por sua vez, constitui um sinal tênue, no sentido da urbanização local. Dessa maneira, além do longo processo de mudança compulsória vivenciado em passado recente, existem poucas melhorias nas condições dadas para

o reassentamento, elevando o nível de vulnerabilidade sócio-econômica das pessoas atingidas por barragem neste caso.

FOTOETNOGRAFIA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da visita ao sítio Cajá, a equipe do projeto exercitou a produção de imagens fotográficas nas principais ruas, bem como nos espaços privados das famílias, conforme autorização delas para tanto. Por fim, chegamos a uma média de 1000 imagens fotográficas, produzidas em duas câmeras de tipo DSLR, com cliques de variados membros da equipe. Estas imagens, portanto, se juntaram ao acervo já formado a partir das experiências extensionistas dos anos anteriores, mas desta vez, com ênfase na perspectiva de desenvolvimento da fotoetnografia.

Desse modo, tornar-se-ia possível dar continuidade aos laços estabelecidos entre esta comunidade e o trabalho universitário extensionista, com base numa comunicação que toma por base o acervo imagético constituído, com imagens do passado e, principalmente, imagens recentes, mais detalhadas, as quais poderão ser acessadas e comentadas por pessoas do sítio Cajá, através da internet. Além disso, o material produzido também alimenta a pesquisa de mestrado em andamento, na medida em que um estudo destas imagens pode ser elaborado de várias formas, por exemplo, na própria perspectiva da fotoetnografia proposta por Achutti:

as fotografias devem ser objeto de construções sob forma de sequências e de associações de imagens, tendo por objetivo treinar o leitor a praticar outras associações para nelas encontrar uma significação. A fotografia apresenta-se como uma forma de descrição e interpretação dos dados obtidos em campo, não apenas como um instrumento de coleta de informações a fim de realizar um simples inventário da cultura estudada, constituindo verdadeiros “textos visuais” que o antropólogo constrói para restituir determinada realidade (ACHUTTI, 1997 Apud BIAZUS, 2006, 303).

Por fim, em termos das interpretações possíveis da situação desta comunidade, entendemos que a implantação de barragem pode ser vista como efeito de uma “cultura do desenvolvimento” ou como “um descaso planejado”, conforme foi discutido por Scott (2009, p. 13). A construção da barragem de Acauã representou, assim, o rompimento dos modos de vida dos ribeirinhos, pelo alagamento de suas terras. As famílias foram deslocadas compulsoriamente para reassentamentos, os quais ainda necessitam de diversas melhorias, como a construção de equipamentos coletivos e individuais, que em sua maioria são benfeitorias até previstas nos planejamentos oficiais, porém, quando atendidas, surgem com grande atraso ou com um nível de qualidade questionável.

Conforme parecem apontar os agricultores da comunidade, o novo território impossibilita a recuperação dos mesmos níveis de rendimento dos modos de vida anteriores, junto ao rio Paraibinha. Eles também notam a ausência de incentivos governamentais, o que seria um fator decisivo para desenvolver de forma sustentável a reprodução sociocultural do grupo no reassentamento. De forma sucinta, os interlocutores pesquisados da comunidade enfatizam que necessitam de uma atenção especial e almejam ainda aquilo que lhes foi prometido e, além disso, o que consideram que seria mais justo, por parte dos governos responsáveis pela mudança imposta em suas vidas.

Cabe destacar, finalmente, que o trabalho em grupo e a participação de estudantes do curso de Antropologia (Graduação, Mestrado e Doutorado) ofereceu a todos a oportunidade de formação e qualificação para a pesquisa social, através de estudos preparatórios e do contato efetivo com o contexto e os modos de vida de um reassentamento no interior do estado da Paraíba. O material produzido e reunido, neste e nos períodos anteriores, vai formando um acervo relevante, seja para a pesquisa acadêmica como também para as políticas públicas sociais voltadas às populações atingidas por barragens, frequentemente em condições de vulnerabilidade sócio-econômica. São subsídios, portanto, para pensar os objetivos do desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2030 já mencionada. Ao longo do estreitamento dos laços entre a comunidade atendida e a extensão universitária, abre-se também a possibilidade de agregar novos sentidos de pertencimento no caso dos moradores do sítio

Cajá. Isso se dá pela valorização de sua história e memória coletiva, bem como das atuais necessidades e reivindicações locais, no sentido de que sejam fomentadas formas renovadas de convivência social e alternativas econômicas, condizentes com seu modo de vida tradicional, de populações ribeirinhas.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson, **Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho**. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

_____. Fotos e Palavras, do Campo aos Livros. In **Portal da Fotoetnografia do Grupo de Pesquisa Fotografia e Fotoetnografia: Arte e Antropologia**. 2004, Disponível em: http://www6.ufrgs.br/fotoetnografia/textos/texto_achutti.pdf. Acesso em: 19 Março 2007.

_____. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004. 319 p.

BARBOSA, G. A. Educação ambiental crítica: experiência em escola de um reassentamento de atingidos por barragem na Paraíba. - João Pessoa, 2017. **Monografia** (Graduação em Ciências Sociais [Licenciatura]) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

_____. Práticas educativas e socioambientais em uma comunidade atingida por barragem. In.: Dossiê: Ambiente e Sociedade. ISSN 2674-824X. **Revista abordagens**, v. 2, p. 58-71, 2020.

_____. Por uma Educação ambiental crítica na escola do campo. In: **Anais IV Encontro de Pesquisa e Práticas em Educação do Campo da Paraíba**, 2017, João Pessoa - Paraíba. III Seminário de Pesquisa e Práticas do Curso de Pedagogia: Educação do Campo. João Pessoa: Editora da UFPB. ISBN 978-85-237-1353-9, 2017. p. 384-392.

____; MENDONÇA, J. M. B.; ANDRADE, M. O. Educação patrimonial, imagem e memória: levantamento de registros fotográficos de comunidade ribeirinha atingida por barragem no município de Itatuba-PB. **Ressignificando a extensão no Vale do Mamanguape**. 1ed. Rio Tinto/Mamanguape - PB: Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV, UFPB. ISBN: 978-85-68199-14-5, 2018, v. 1º, p. 29-34.

BONI, Paulo César; MORESCHI, Bruna Maria. Fotoetnografia: a importância da fotografia... **Doc On-line**, n.03, Dezembro 2007, www.doc.ubi.pt, pp. 137-157.

BARBOSA, Andrea. Fotografia, narrativa e experiência. In. **A experiência da Imagem na etnografia**. Org. Andrea Barbosa...[et al]. – São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

BARBOSA, Andréa e CUNHA, Edgar Teodoro da. **Antropologia e imagem**. Orgs.: BARBOSA, A e CUNHA, T. Ed. Zahar, 2006.

BIAZUS, Paula de Oliveira. ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim** [Resenha]. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 301-306, jan./jun. 2006.

BERGER, John. **Modos de ver** (capítulo 1. A vista chega antes das palavras.). Arte e comunicação. Lisboa: Edições 70. 1972.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. A construção de imagens na pesquisa de campo em Antropologia. **Illuminuras** (Porto Alegre), v. p. 11-29, 2012.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. (Org.). **Entre arte e ciência: a fotografia na antropologia**. São Paulo: Edusp, 2015, 224p

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Comissão Especial "Atingidos por Barragens", 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Zahar editores, 1978.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Novos ensaios em Antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEAD, Margaret and BATESON, Gregory. **Balinese Character. A**

Photographic Analysis, Special Publications of New York Academy of Sciences, vol. 2 (1942).

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné-Melanésia**. Prefácio de Sir James George Frazer; Traduções Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; Revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ª edição; São paulo: Abril Cultural, 1978. (Introdução).

_____. 1986 [1954]. **“A coleta e a interpretação dos dados empíricos”**. [de: Baloma, os espíritos dos mortos nas Ilhas Trobriand]. In E. R. DUHRAN (comp.), Malinowski, Coleção grandes Ciêntistas Sociais, SP, Ed. Ática, pp. 143-158.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragem: atores, estratégias de luta e conquistas. **Anais do II seminário nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. ISSN 1982-4602.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de grandes projetos hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional-UFRJ, 1986b.

SCOTT, Parry Russel. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. **Etnográfica**, Vol. VII (1), 2003, pp. 87-103.

_____. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In. VERDUM, Ricardo. **Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais**. Org. Ricardo Verdum. Brasília: INESC, 2007. Pp. 42-54.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropóceno** / Anna Lowenhaupt Tsing; edição Thiago Mota Cardoso, Rafaeli Victorino Devos. — Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VAINER, C. Águas Para a Vida, Não Para a Morte. Notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Orgs). Justiça Ambiental e Cidadania, Rio de Janeiro, **Relume-Dumará**, 2004. p. 185-215. Versão 2011.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. X, n. 2. p. 119-135. jul.- dez. 2007.

AMOSTRAGEM DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO⁷



⁷ O uso de imagens fora do texto reflete a perspectiva metodológica da antropologia visual através da proposta da fotoetnografia (ACHUTTI, 1997).

*Relações entre universidades e comunidades:
o circuito da dádiva e a sustentabilidade dos territórios*



CAPITULO 3

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – PB

Ana Virginia Moreira Gomes,
Tarcisio Valerio da Costa (in memoriam)
Palloma Damascena Morais

A maior habilidade de um líder é desenvolver habilidades extraordinárias em pessoas comuns (Abraham Lincoln)

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos (PNRS), uma legislação que passou mais de 20 anos em discussão pelo Congresso Nacional, com o objetivo de acabar com um dos grandes problemas dos municípios brasileiros, sejam eles de pequeno, médio ou grande porte: a existência dos vazadouros a céu aberto (lixões).

A PNRS deu o prazo de até o dia 02 de agosto de 2014 para a extinção dos lixões nas cidades brasileiras. Infelizmente, ao se completar 10 anos da PNRS, a situação dos resíduos sólidos no Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), ainda é desafiadora. Dentre os municípios do país, 40,5% ainda contam com destinos inadequados (lixão ou aterro controlado), correspondendo a 2.256 municípios. Já os 59,5%, ou seja, 3.314

municípios, destinam os resíduos adequadamente (aterro sanitário) (ABRELPE, 2018).

Os resíduos sólidos urbanos (RSU), quando descartados de forma inadequada, geram problemas ambientais e ameaçam a saúde da população. No que concerne ao meio ambiente, podem contaminar o solo e os corpos hídricos que se encontram na superfície ou no subsolo, com a emissão do chorume, um líquido com coloração escura, cheiro forte e elevado potencial poluidor, devido à presença de metais pesados, que são produzidos em decorrência do processo de decomposição da matéria orgânica contidas nos resíduos sólidos. A contaminação da atmosfera, gerada pela emissão de gases causadores de odores indesejáveis, principalmente como emissão do gás metano (CH₄), contribui fortemente para o efeito estufa que provoca o aquecimento global. No âmbito da saúde, destaca-se o surgimento de vetores infecciosos, tais quais: as moscas, os mosquitos, as baratas, escorpiões e ratos, responsáveis pela produção de doenças, como a leptospirose, dengue, febre tifoide, cólera, disenteria, peste bubônica, leishmaniose, dentre outras.

Jacobi e Besen (2011) ressaltam que um dos fatores para este aumento indiscriminado dos resíduos sólidos são os hábitos da sociedade contemporânea que já se fazem presentes no Brasil e em países em desenvolvimento.

Com a preocupação de fomentar o consumo sustentável, a PNRS traz, dentre seus objetivos, a “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (art 7º, II).

Quando a lei dispõe acerca da disposição final dos rejeitos, deve-se entender a diferença entre rejeitos (comumente denominado de “lixo”) e resíduos sólidos. Rejeitos são “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (art. 3º, XV). Já resíduos sólidos têm “o reconhecimento como reutilizável e reciclável, um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (art. 6º, VIII).

Destaca-se também, dentre os objetivos da PNRS, a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (art 7º, XII). Os catadores, portanto, constituem parte essencial da política de gestão dos resíduos sólidos que deve ser adotada pelos municípios.

Assim, esse capítulo apresenta uma análise da política pública implementada na gestão dos resíduos sólidos urbanos, no município Parai-bano, Bonito de Santa Fé, tendo como paradigma a Lei n.12.305/2010 (PNRS), iniciada em 2011, através de um projeto de extensão da PRAC/UFPB em parceria com a Prefeitura Municipal local que possibilitou a implementação da mesma. Em 2013, a cidade recebeu o Prêmio Cidade Pró Catador, em sua primeira edição, com o projeto de inclusão social dos catadores desenvolvido e adotado. O projeto contribuiu para assegurar uma transição justa aos catadores da informalidade à formalidade, melhorando suas condições de vida e trabalho (GOMES et al, 2020), ou seja, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento (OIT, 2013).

CENÁRIO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS

O aumento do consumo e, por conseqüente, a disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos, têm como marco a Revolução Industrial (Século XVIII). O capitalismo industrial possibilitou a crescente produção de RSU, por exemplo, com a produção desenfreada de bens descartáveis, gerando assim mais e mais resíduos (MARCHI, 2011).

Essa descartabilidade fica mais evidente com a produção capitalista, a tendência da obsolescência programada, onde os produtos possuem características para consumo rápido e que tenham uma vida útil curta, gerando a produção generalizada do desperdício (MÉSZÁROS, 2002).

Dados da ABRELPE (2018), relatam que o Brasil produziu 79 milhões de resíduos sólidos urbanos - RSU/ano, dos quais 72,70 milhões de toneladas foram coletadas e, 6,3 milhões não foram coletados, ou seja, tiveram um destino inadequado. Do total dos resíduos coletados, 59,5%, ou seja, 43,2 milhões de toneladas tiveram uma disposição final adequada, encaminhados para aterros sanitários. Isso representa dizer que 3.314 municípios estão destinando corretamente seus resíduos sólidos. Uma variação positiva de 2,34% em relação a 2017. Já no tocante aos destinos inadequados, representam 40,5%, ou 29,4 milhões de toneladas, dos quais 23% (aterros controlados) e 17,5% (vazadouros a céu aberto - lixão) respectivamente. Isso significa que cerca de 2.256 municípios estão ainda gerando um grande impacto ambiental, bem como na saúde da população, tabela 1.

Tabela 1- Disposição Final de RSU coletados no Brasil por Tipo de Destinação, 2017/18

DISPOSIÇÃO	2017		2018	
	(milhões/ton/ano)	(%)	(milhões/ton/ano)	(%)
ATERRO SANITÁRIO	42,26	59,0	43,25	59,5
ATERRO CONTROLADO	16,38	23,0	16,72	23,0
LIXÃO	12,90	18,0	12,72	17,5
TOTAL	71,54	100,0	72,70	100,0

Fonte: Adaptado de ABRELPE, 2019.

Considerando-se às regiões do Brasil por municípios, o Norte, Nordeste e Centro Oeste, apresentam um elevado índice de disposição final inadequada de RSU (aterros controlados ou vazadouros a céu aberto – lixão). A região Norte apresenta 79,33% dos municípios descartando RSU de forma inadequada, sendo, 24,44% e 54,89% respectivamente; na região Nordeste, em 74,7% dos municípios, sendo 27,65% e 47,04%, respectivamente; e na região Centro Oeste, 65,31% dos municípios, sendo 32,55% e 32,76% respectivamente. Com disposição final ambientalmen-

te (aterros sanitários) adequada dos municípios, apenas 20,67% (região Norte), 25,30% (região Nordeste) e 34,69% (região Centro Oeste). É nítido que as regiões Sul e Sudeste são as que apresentam maior destinação adequada dos RSU, representado por 87,32% e 49,16%, respectivamente. Apenas um percentual pequeno dos municípios que destinaram os resíduos sólidos inadequadamente, na região Sul, tabela 2.

Tabela 2- Disposição Final de RSU, Brasil, por município e Regiões – 2018

DESTINO	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL
ATERRO SANITARIO	20,67	25,31	34,69	49,16	87,32
ATERRO CONTROLADO	24,44	27,65	32,55	38,43	9,15
LIXÃO	54,89	47,04	32,76	12,41	3,53

Fonte: Adaptado de ABRELPE, 2019

No Estado da Paraíba, mais de 86% dos municípios ainda permanece descartando RSU inadequadamente, segundo dados do TCE da Paraíba (2019), gerando danos ao meio ambiente e à saúde da população.

Além dos impactos ambientais e sanitários, os lixões geram sérios impactos sociais, tendo em vista a presença de catadores que utilizam esses espaços para trabalhar e gerar renda, de modo a assegurar a sobrevivência de sua família. Esse tipo de trabalho é exercido em condições desumanas, ou como define a OIT, como uma das piores formas de trabalho (GOMES et al, 2019).

Na cadeia produtiva do material reciclado, o segmento social do catador constitui um dos elos de grande importância no processo de implantação da PNRS. Apesar dessa importância, ainda hoje, são trabalhadores na sua grande maioria anônimos, individualizados, informais, destituídos de reconhecimento social, ambientais e de cidadania, constituindo um segmento marginalizado pela sociedade (GOMES et al., 2019).

As atividades dos catadores são classificadas como insalubre em grau máximo (NR nº 15/MTE), considerando o contato direto com agentes biológicos, contidos nos resíduos sólidos. Para que tenham segurança, se faz necessário o uso de EPIs que lhes proporcione proteção direta, prevenindo doenças e acidentes. Conforme comenta Baptista:

A atividade de catador de material reciclável no Brasil existe há mais de 50 anos, mas somente no final do século passado é que ganhou destaque (BAPTISTA, 2004, p.33).

O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis – MNCR fundado em 2011, estima a existência de cerca de 800 (oitocentos) mil catadores/catadoras em atividade no Brasil, sendo que a grande maioria (70%) é do gênero feminino, e no geral, os catadores são responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado hoje no país, segundo o MNCR (2019). Para WIRTH (2016), o surgimento do MNCR, foi responsável por conquistas na regulamentação da profissão e algumas em relação com o poder público. Entre esses alcances, destaca-se o reconhecimento da sua ocupação profissional, com a inclusão da atividade no Código Brasileiro de Ocupação (CBO), desde 2002. Pela Portaria nº 397, com abrangência em todo o território nacional, o Ministério do Trabalho criou o Código de Ocupação Brasileira (CBO) que é um instrumento de reconhecimento, nomeação e codificação dos títulos profissionais, descrevendo as caracterizações das ocupações inerentes ao mercado de trabalho no Brasil.

O CBO assim define a profissão do catador:

Código 5192 – 05 -Catador de material reciclável - Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa). (BRASIL, 2002, p. 10).

Outras conquistas que merecem registro, são elas: a) surgimento do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores (CIISC) em 2003; b) criação da Política Nacional de Saneamento em 2007, alteran-

do a lei de licitação nacional, onde colocaram a dispensa de licitações para oferecerem a prestação dos serviços públicos, a exemplo da limpeza urbana, através das cooperativas e/ou outras formas de associações de catadores que sejam constituídas basicamente por indivíduos de renda baixa; c) criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos a partir de 2010, estimular o segmento dos catadores, através das organizações de cooperativas e associações, onde determina que seja implantada a coleta seletiva obrigatoriamente nos municípios brasileiros, com a inclusão social dos segmentos dos catadores; d) a Coleta Seletiva Solidária que veio desde 2006, estabelecer, no âmbito da reciclagem, a separação, através da sua fonte geradora, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, obrigando a sua destinação às cooperativas e/ou associações formadas por catadores; e) desenvolvimento de programas governamentais no âmbito federal de apoio ao segmento dos catadores:

Quadro 1 – Programas Federais para os catadores

PROGRAMAS	OBJETIVO
Programa Pró-Catador	Desenvolver ações para promoção, fomento, organização, melhoria das condições de trabalho e valorização do segmento do catador
Prêmio Cidade Pró-Catador	Propiciar o reconhecimento aos municípios que promoveram práticas voltadas para inclusão social dos catadores com a implantação da coleta seletiva
Projeto Cataforte	Desenvolver estruturas de fortalecimento das redes das organizações de catadores, formadas por cooperativas e/ou associações na perspectiva da implantação dos segmentos dos negócios solidários, onde foram desenvolvidos o Cataforte I, II e III.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Capacitar através de cursos profissionalizantes, explorando o mundo da cadeia produtiva da reciclagem

Fonte: MMA, 2018.

Infelizmente todos esses programas foram sendo desativados a partir de 2016, com as mudanças políticas com o Impeachment da Presidenta Dilma pelo Senado Federal, afetando diretamente a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, órgão criado em 2003 para apoiar os programas dos catadores. No tocante às mudanças nas políticas públicas no Brasil que têm afetado diretamente as ações de apoio aos catadores, Santos e Guedes explicam:

Na primeira semana de seu governo, Temer começa a modificar estruturas governamentais, como Ministérios e Secretarias, alterando também o plano de governo e revendo as prioridades orçamentárias. Rapidamente os efeitos das mudanças nos planos político-econômicos do país começam a serem sentidos pelos atores da Economia Solidária. (SANTOS e GUEDES, 2017, p. 212).

Não se pode negar que a categoria dos catadores alcançou avanços na sua profissão, no entanto, ainda carece de muitos benefícios por parte dos governos Federal, Estaduais e Municipais. Pode-se citar, melhoria nos níveis educacionais, acesso a benefícios assistenciais e previdenciários, moradia, saúde, trabalho digno com jornada de trabalho adequada, seguro desemprego, férias, inclusão nos programas de reciclagem (bolsa ambiental).

A própria política apresenta em um dos seus incisos, o desenvolvimento de incentivos a categoria: “art 8º, IV, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010).

Para a sua efetividade, a PNRS torna a educação ambiental uma estratégia fundamental para adesão das comunidades no intuito de contribuírem como parceiras do poder público na separação dos resíduos recicláveis, envolvendo toda sociedade e sem se perder o caráter crítico do sistema econômico em que vivemos. Nesse processo, se atribui a todos os interessados a responsabilidade pelo destino adequado dos resíduos. No art. 30 da PNRS, é

Instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. (BRASIL, 2010).

Para Galvão (2000, p 27), o sucesso de programa de reciclagem passa necessariamente pelo envolvimento e responsabilidade de todos os segmentos sociais:

À expansão da reciclagem é o desenvolvimento de ações exemplares de articulação entre educação ambiental, coleta seletiva e responsabilidade social, envolvendo escolas, empresas e organizações não governamentais. Tal articulação viabiliza o ciclo completo da reciclagem, além de beneficiar entidades sociais.

Se faz necessário o envolvimento de escolas, empresas, instituições, ONGS e o poder público, beneficiando todos os envolvidos.

No que se refere ao processo de gestão de resíduos sólidos, a educação ambiental deve propiciar mudanças no comportamento humano, de forma contínua, proporcionando uma educação com um “olhar crítico, reflexivo e contextualizado” (TAVARES et al., 2005). No contexto da prática na educação ambiental, podemos ver a sua definição como define SATO (2006, p. 23-24):

Um processo de reconhecimento de valores e classificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática de tomada de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Para Sorrentino et al. (2005, p. 289), a educação ambiental é tratada como um processo que deve envolver vários profissionais, transdisciplinar:

Nesse contexto orientado por uma racionalidade ambiental, transdisciplinar, pensando o meio ambiente não como sinônimo de natureza, mas uma base de interações entre o meio físico-biológico com as sociedades e a cultura produzida pelos seus membros.

Portanto, para que o processo de coleta seletiva seja internalizado pela sociedade a educação ambiental se constitui como um instrumento essencial, para o qual se faz necessário aliar os meios de comunicação eficientes, através de campanhas de sensibilização, distribuição de material educativo em vias públicas, mobilização nas escolas e utilização das mídias sociais.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou o levantamento bibliográfico sobre a temática, a pesquisa documental, o levantamento dos dados primários de produção e renda gerados através da Associação de Catadores de Material Reciclado do município de Bonito de Santa Fé, diálogo informais com o público alvo, e a aplicação de questionários estruturados.

O modelo do projeto desenvolvido no município de Bonito de Santa Fé-PB, conforme a preocupação com o novo modelo de gestão adotada pela PNRS (Lei 12.305/2010). Inicialmente, foi realizada a construção de um aterro sanitário, destinando ambientalmente de forma correta os rejeitos, onde anteriormente eram encaminhados para um vazadouro a céu aberto (lixão). A construção do aterro foi financiada por recursos de um convênio com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa (PAC1), realizado em 2009, com vida útil 15 anos dentro de uma área de 06 Hectares. Sua operacionalização se deu em 13/abr/2013 para uma capacidade 7.850

kg/dia, atendendo a legislação. Com valor estimado de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Num segundo momento, iniciado em outubro de 2011, em parceria com a Prefeitura de Bonito de Santa Fé, através das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e Administração, a Pró reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB e o Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (ONG), com a coordenação do economista Tarcísio Valério da Costa desenvolveu o projeto de implantação da coleta seletiva, que consistia, primeiramente, na capacitação e formação da Associação de Catadores de Material Reciclado do município de Bonito de Santa Fé - ASCAMAR.

O projeto de implantação da coleta seletiva foi constituído de cinco etapas: 1-Formação e capacitação dos catadores; 2-Diagnóstico para definição da logística da coleta (infraestrutura); 3-Estudo de mercado; 4-Sensibilização da comunidade (educação ambiental); 5-Avaliação e acompanhamento. O processo de capacitação se deu através de uma gestão participativa (empoderamento) onde valoriza-se a as pessoas que são integrantes da organização/associação (capital humano).

A administração participativa são as condições organizacionais para o incentivo da participação de vários segmentos em todo o processo de gestão. Visando através das ações, o comprometimento com os resultados, gerando uma eficiência, eficácia e qualidade em seus objetivos e resultados (MARANALDO, 1989). Assim, facilitando a troca de conhecimentos populares e científicos, na perspectiva de consolidar novos paradigmas para a promoção da organização social, conservação e preservação do meio ambiente, voltada para o trabalho e para a prática social cidadã.

Na capacitação em Bonito, foram ministradas 120 horas/aula, envolvendo 65 pessoas sobre temas relacionados ao associativismo, cooperativismo, economia solidária, educação ambiental e cidadania, segurança no trabalho, estudo de mercado, além das palestras educativas juntos a comunidade e o corpo docentes do município.

Após a legalização da Associação, com registro em cartório do Estatuto Social, Ata de Fundação e registrou-se no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob número 14.844.006/0001-50. Em 2012, foi realizado convênio com o Projeto Cooperar/Governo do Estado-PB/Banco Mundial que teve o objetivo de apoiar as necessidades de infraestrutura do trabalho dos catadores com a construção de um galpão, aquisição de equipamentos, tais como, prensa, balança, elevador de carga, veículo automotor (caminhão), carrinhos de coleta manual, EPIs (fardamento, luva, bota), material de educação ambiental (folder), valor estimado em R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais). A política nacional prevê em um dos seus artigos, que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de “o Art 42, III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010).

Em 2011, a Prefeitura municipal fez a contratação da Ascamar, através da Lei municipal no 631/2011, para realizar os serviços de gerenciamento da limpeza pública da cidade (coleta, varrição, capinação), proporcionando a geração de ocupação e renda no município, com base na lei de Saneamento Básico (11.445/2007), art 57, no que tange a dispensa a licitação:

[...] na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (BRASIL, 2007).

Em 2015 o município aprovou a Lei nº 675/2015, que dispõe sobre a Limpeza Pública, seus Serviços e o Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, sendo a legislação adotada para assegurar legalmente a política pública da gestão da participação dos catadores, evitando descontinuidade política da coleta seletiva.

RESULTADOS

O caso ora relatado como experiência exitosa na gestão dos resíduos sólidos no município de Bonito de Santa Fé se torna um exemplar em razão do desenvolvimento sustentável na cidade pela aplicação da PNRS em atendimento à Lei nº12.305/2010, considerando a destinação adequada dos rejeitos com a construção de um aterro sanitário, a inclusão social dos catadores na coleta seletiva, a contratação da associação para fazer o gerenciamento dos resíduos sólidos, um arcabouço de leis municipais para viabilizar o novo modelo de gestão, e a aplicação da educação ambiental junto à comunidade.

Bonito de Santa Fé fica localizada alto sertão do Estado da Paraíba, a 512 km da capital, microrregião de cajazeiras, com área territorial de 226,798 km. Sua população estimada é de 12.022 (IBGE, 2020), com densidade demográfica de 47,32 hab/km² e um IDH: 0,574, considerado baixo. Seu clima é semiárido, com altura de 663 m a nível do mar e Limitrofes de Monte Horebe (norte), Serra grande e São José Caina (leste), Conceição (sul) e Estado do Ceará - Barro e Mauriti (oeste) (IBGE, 2020).

No âmbito de construção do aterro sanitário, que teve sua operação iniciada em abril de 2013, encerrando seu vazadouro a céu aberto (lixão), se constata as dificuldades do município para sua manutenção. O projeto inicial financiado pela Funasa teve sua aprovação apenas para a construção física das células, ficando para uma segunda etapa, que até hoje não aconteceu, a aquisição de equipamentos (trator de esteira, retroescavadeira, caçamba) que são importantes instrumentos no trabalho do dia a dia na manutenção do aterro. A sua ausência eleva o custo de manutenção do município no aluguel dessas máquinas particulares, onde muitas vezes os recursos são escassos para fazer sua contratação. Essa dificuldade resulta em que, de tempos em tempos, o aterro vire um lixão pela falta de cobertura e compactação. Com a “apropriação dos equipamentos os custos seriam diminuídos pela metade”, segundo informações do Secretário Luís Fernando da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente local.

Figura 1. Manutenção do Aterro Sanitário – Bonito de Santa Fé



Fonte: Prefeitura Municipal (BSF), 2019.

O projeto da coleta seletiva de resíduos sólidos no município de Bonito de Santa Fé, a partir da criação da Ascamar, obteve em 2013 o Prêmio Cidade Pró Catador. O município concorreu a primeira edição do prêmio com mais de 63 municípios brasileiros. Após a visita in loco pela comissão de técnicos do governo federal, foram escolhidos Arroio Grande (RS), Bonito de Santa Fé (PB), Crateús (CE) e Ourinhos (SP) (Secretaria de Governo, 2020). O Prêmio tinha o objetivo de premiar práticas municipais que contribuam à implementação de políticas de inclusão social e econômica de catadores (PNRS), coordenado pela Secretária-geral da Presidência da República (SG/PR), através do Edital de Seleção Pública Nº 001/2013.

No tocante à logística de divisão do trabalho, desde a criação da Ascamar, foi acordado com os associados um sistema de trabalho e distribuição de renda coletivo que compreende o processo de coleta, armazenamento, separação e comercialização, com horário estipulado das 7:30 as 11:00 horas sempre pelo turno da manhã. Esse sistema acontece a par-

tir do controle de ponto de presença do associado, onde, se acha um valor da diária por dia de trabalho e se multiplica pelo número de dias trabalhados, dando o valor a ser recebido pelo associado, ou seja, a renda individual ocorre pelos dias trabalhados proporcionalmente. Por exemplo:

Quadro 2 Modelo de divisão de recursos da Ascamar

ASSOCIADOS	NUMERO DE DIAS TRABALHADOS	DIARIA	REMUNERAÇÃO
A	20	20,00	400,00
B	10	20,00	200,00
C	0	20,00	0
D	25	20,00	500,00

Fonte: Autor(es)

Venda de reciclados = R\$ 10.000,00

Σ dias trabalhados = 500 dias

Valor da Diária = R\$ 20,00

Segue abaixo o controle administrativo, através do ponto da Ascamar:

Figura 2 – Controle de Ponto da Ascamar - 2019

Data	Nome
21/02	Francivalda M. Feitosa
23/02	Francivalda M. Feitosa
02/03	Francivalda M. Feitosa
07/03	Francivalda M. Feitosa
08/03	Francivalda M. Feitosa
10/03	Francivalda M. Feitosa
16/03	Francivalda M. Feitosa
28/03	Francivalda M. Feitosa
28/03	Francivalda M. Feitosa
02/04	Francivalda M. Feitosa
06/04	Francivalda M. Feitosa
11/04	Francivalda M. Feitosa
12/04	Francivalda M. Feitosa
20/04	Francivalda M. Feitosa
25/04	Francivalda M. Feitosa
25/04	Francivalda M. Feitosa
02/05	Francivalda M. Feitosa
04/05	Francivalda M. Feitosa
09/05	Francivalda M. Feitosa
11/05	Francivalda M. Feitosa
16/05	Francivalda M. Feitosa
13/05	Francivalda M. Feitosa

22

Fonte: Autor(es), 2019.

Hoje, a Ascamar tem um número de 21 associados que atuam diretamente na coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, sendo 6 (28,5%) do sexo masculino e 15 do sexo feminino (71,5%), que juntos desenvolvem o processo de trabalho no galpão de coleta, armazenamento, separação e comercialização. Os homens desenvolvem as atividades de manipulação da prensa, segurança do galpão durante a noite, dirigir o caminhão para fazer a coleta dos resíduos recicláveis na cidade. No galpão, as mulheres fazem o trabalho de separação dos materiais recicláveis para serem prensados e comercializados no mercado, além, de contribuírem com a varrição da cidade. A Diretora da associação é composta por mulheres que ficam com a função de fazer os pagamentos, realizar o estudo de mercado para saber onde vai comercializar por melhor preço os resíduos, além da manutenção do galpão e equipamentos.

As mulheres catadoras têm um papel muito importante como agentes ambientais e seu trabalho de coleta seletiva e de reciclagem contribui

para a limpeza do meio ambiente, colaborando para a sustentabilidade. Além de exercerem autonomia no tocante à organização do trabalho dentro das associações. Assim, não se reproduzindo naquele espaço práticas de subordinação em razão do gênero (NASCIMENTO, 2018).

Ao incentivar a participação das mulheres, podemos observar que o projeto contribui para amenizar o cenário de desigualdade de gênero: mulheres que, antes da capacitação proporcionada pela associação, não possuíam nenhuma instrução sobre trabalho, agora são empoderadas e responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos da cidade (GOMES et al, 2020).

Figura 3 - Galpão da reciclagem da Ascamar



Fonte: autor(es), 2019.

O projeto desenvolvido no município de Bonito de Santa Fé se agrega aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (3,5,10,11,12) através da promoção de ocupação e renda para trabalhadores anteriormente informais, em especial as mulheres; mitigação e proteção ao meio ambiente, com a destinação adequada dos resíduos sólidos; e a criação e o fortalecimento de uma cadeia econômica de reciclagem a partir do

envolvimento do trabalho dos catadores com o fomentação as indústrias locais que utilizam o material reciclado, fortalecendo a economia circular. No tocante a este último benefício, destacamos duas industrias de reciclagem que se localizam no município de Sousa-PB, a Sertão Plast (produzido: vassouras, rodos, conduites, lixa pé, tábuas de carne e utilidades para o lar) e a Tubos Dura Mais (produção: cano), ambas processam uma média de 70 a 100 toneladas de materiais reciclados por mês. Além destas grandes empresas da reciclagem, ainda comercializam seus produtos na Reciclagem Mãezinha (Cajazeiras), A.S Industria Têxtil Comercio Exterior LTDA (Cajazeiras), Grupo Vó Ita (Sousa).

Quando comparamos a questão da sustentabilidade econômica, levando em consideração o levantamento dos dados dos anos de 2012 a 2019, conforme Tabela 4 abaixo, pode-se contabilizar uma produção de material reciclado de 392,74 toneladas, gerando uma renda, de R\$ 189.540,00 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos e quarenta reais), devido a comercialização dos produtos no mercado, distribuídos entre os associados da ASCAMAR.

Tabela 3 - Controle de produção anual da ASCAMAR-BSF

Ano	Produção (ton)	Renda (em R\$ 1.000)
2012	44,5	13,65
2013	66,39	20
2014	79,19	33
2015	21,7	15
2016	32,8	19,4
2017	50	28,67
2018	60,16	31,34
2019	38	28,48
Total Geral	392,74	189,54

Fonte: Ascamar, 2012 a 2019.

No tocante ao tipo de material comercializado e o preço de merca-

do, considerando os dados de dezembro de 2019, são apresentados na Tabela 5 abaixo. Lembrando que antes da formação da associação alguns catadores só catavam a latinha de alumínio que tinha valor de mercado, todos os demais eram considerados rejeitos (lixo).

A venda direta aos grandes compradores propicia à Ascamar sair das mãos dos atravessadores, uma vez que a associação detém equipamentos, transporte e conhecimento do mercado para realizar a fase mais importante da cadeia produtiva da coleta seletiva que é a comercialização. Na tabela abaixo, podemos ver preços/kg de material reciclado que se fosse vendido a um atravessador de menor porte, por exemplo, a venda de Pet (branco, verde ou azul que está sendo comercializado a R\$ 1,50/kg pela associação, seria vendido ao atravessador pelo preço de R\$ 0,40/kg em média, desvalorizado em mais de 275%, e assim sucessivamente.

Nesse sentido, a política de coleta seletiva solidária de Bonito de Santa fé cumpre a meta estabelecida pela PNRS, em seu art. 15, V, “para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010).

Tabela 4 Material comercializado e preço de venda no mercado

MATERIAL COMERCIALIZADO	PREÇO DE MERCADO (R\$/KG)	Comprador
PET BRANCO	1,50	
PET VERDE	1,50	
PET AZUL	1,50	
PET OLEO	0,60	
BALDE BACIA COLORIDA	0,80	1
PE BRANCO/SORO	1,50	
PE COLORIDO	1,50	
PAPELÃO	0,35	2
BLOCO/ALUMINIO DURO	3,00	3
CHAPARIA	3,6	3
FERRO MISTO	0,15	3
LATINHA ALUMNIO	3,60	3
MARGARINA	0,80	
PANELA DE ALUMINIO	6,00	3
SANDALIA/MELLISA/KARINA	0,80	3
GRADE/CADEIRA (MISTO)	1,70	3
PLASTICO (PET, FILME, SOPRO)	0,80	3
CADEIRA E GRADE (MISTO)	0,40	3
FILME SACOLA	0,40	3
COBRE QUEIMADO	13,00	3

Fonte: Ascamar, 2019.

1- Tubo Dura Mais/Sousa-PB – (83) 3522-1653

2- Grupo Vó Ita/Sousa-PB – (83) 3522-6313

3- Reciclagem Mãezinha (Sales da Reciclagem)/Cajazeiras-PB – (83) 9172-8175

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo econômico atual tem estimulado o consumo de produtos de forma desenfreada e isso tem colaborado para a degradação ambiental. A coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos surgem como alternativas para minimizar os problemas decorrente desse consumismo de forma sustentável. Além do aspecto ambiental, a reciclagem favorece ganhos sociais para os catadores de materiais recicláveis, dentro do circuito produtivo. Por outro lado, apesar da importância de papel desses atores, nota-se que a atividade é desenvolvida, em diversos lugares, em condições insalubres.

Assim, o projeto apresentado torna-se referência de modelo para aplicação em toda e qualquer cidade que enfrente os mesmos desafios da sustentabilidade, o qual envolve o social que tem como atores, os catadores de materiais de recicláveis; o ambiental, pelo recolhimento dos materiais que irão retornar para a cadeia de produção; e o econômico, que é a comercialização desses materiais que são na maioria das vezes, a única fonte de renda para suas famílias.

A atuação da Ascamar desde 2011 indica que a organização coletiva dos catadores de resíduos constitui um passo essencial no sucesso dessa transição. O suporte da prefeitura – que se beneficia do trabalho dos catadores – e a parceria com a Universidade possibilitam a sustentabilidade da associação.

O estudo do caso da política de coleta seletiva solidária em Bonito de Santa Fé, na Paraíba, permite a análise da efetividade do modelo de política de inclusão proposto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. No ano de 2020, essa lei completa dez anos do início de sua vigência e a mesma ainda necessita bastante para alcançar os efeitos previstos em seu texto. Afinal, as cidades do país ainda convivem com lixões e o problema do “lixo” se encontra longe de ser resolvido.

Todavia, o modelo apresentado como parâmetro na PNRS mostra que é possível trazer uma série de benefícios econômicos, sociais e ambientais para as cidades, atrelando suporte, financeiro e administrativo

em parcerias com atores externos, a exemplos da FUNASA e a Universidade Federal. Cidades com poucos recursos podem realizar uma transição de um sistema informal de coleta para o sistema de coleta seletiva solidária. Este artigo foi nossa última parceria com Tarcísio Valério da Costa e foi finalizado em sua homenagem. O Tarcísio é um desses heróis que povoam nosso país. Rodando pelo sertão e ajudando os catadores a manter suas associações, Tarcísio contribuiu de forma concreta para a construção de um país mais justo. Nossas homenagens a ele.

REFERENCIAS

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2018. São Paulo: Abrelpe, nov de 2019.

BAPTISTA, R.S. **Reciclagem, Ação Social e Política de gerenciamento do Lixo em São Paulo**. São Paulo: ENPAD 2004, p33.

Brasil. Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002. **Inseriu na “Classificação Brasileira de Ocupações” (CBO), para uso em todo o território nacional, a profissão de “catador de material reciclável”, com o código 5192- 5.15**. Ministério do Trabalho. Brasília-DF, 2002.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/bonito-de-santa-fe.html>. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

_____. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2017. **Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**. Brasília-DF.

_____. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Política Nacional dos Resíduos Sólidos** [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 73p. (Série legislação; n.81). Disponível em: <http://fld.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2014.

CARVALHO, I. F.; GOMES, A. V. M.; MACIEL, L. B. M. **Direito à moradia: uma utopia para os catadores de resíduos sólidos na cidade de Fortaleza-Ceará**. In: Revista de Estudos Empíricos em Direito. V.7, p.28 - 49, 2020.

COSTA, Tarcísio Valério. “**Programa de coleta seletiva solidária da Universidade Federal da Paraíba – UFPB: avanços e desafios da gestão ambiental**”, Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2019.

COSTA, Tarcísio Valério e outros (2016), “**Modelo de gestão dos resíduos sólidos implementado pelo município de Bonito de Santa Fé no estado da Paraíba**”, *Revista Educação Ambiental em Ação*, Número 57, Ano XV.

COSTA, T. V. da.; SILVA, S. A. da.; FURTADO, G. D.; GOLÇALVES, A. F. **Modelos de desenvolvimento sustentável em gestão dos resíduos sólidos urbanos no estado da Paraíba**. In: GOLÇALVES, A. F.; ANDRADE, M. O. de; ROMERO, O. H. (org.). **Do desenvolvimento à sustentabilidade: políticas socioambientais e experiências comunitárias**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 33 – 50.

GALVÃO, M. **Reciclagem conquista o respeito do mercado**. In: Revista: Plásticos Modernos, nº 305, p.27, dez/jan. 2000.

GOMES, A. V. M.; DIAS, E. R.; MATIAS, M. L. **Catadores de resíduos e população em situação de rua: (in)visibilidade e cidadania nas ruas de Fortaleza**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. Disponível em: < <http://nedts.unifor.br/>>.

GOMES, A. V. M.; CAVALCANTE, D. G.; MACIEL, L. B. M.; COSTA, T. V. **Big Push para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil: o caso da política de coleta solidária de resíduos em Bonito de Santa Fé – PB**. Working Paper:CEPAL, 2020. Disponível em: <https://biblioguias.cepal.org/c.php?g=981128&p=7149925>.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade**. Estudos Avançados. 2011, vol.25, n.71. pp.135-158. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100010&lng=e

n&nrm=iso>. Acesso em Março de 2017.

MARANALDO, D. **Estratégia para a competitividade**. São Paulo-SP: Produtivismo, 1989.

MARCHI, C. M. D. F. **Cenário mundial dos resíduos sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente à logística reversa. Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 2, art. 7, p. 118-135, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTEIRO, J. H. P. **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro, Editora IBAM, 2001.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** Disponível em: <<http://mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

NASCIMENTO, A. G. do. **Relações de gênero e sustentabilidade com mulheres catadoras de materiais recicláveis em uma Associação em Natal/RN**, Natal, 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Organização Internacional do trabalho - OIT (2013), **Green Jobs: Draft guidelines for the statistical definition and measurement of employment in environmental sector**. General report-Ch.4. International Conference of Labour Statisticians, OIT.

SANTOS, T. F. R. dos, & GUEDES, D. M. B. A. (2017). **Novos Desafios da Economia Solidária**. Encontro de Ciências Sociais da UFCG. Sumé, PB, Brasil, 2017, p. 212.

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos (Orgs). **A Contribuição da Educação Ambiental à Caixa de Pandora**. São Carlos: Rima Editora, 2006.

SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA DO BRASIL. **Inscrições para o Prêmio Cidade Pró-Catador** terminam em novembro;

participe!. Disponível em:<<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/assuntos/noticias/noticias-em-acervo/2015/outubro/inscricoes-para-o-premio-cidade-pro-catador-terminam-em-novembro>>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

SORRENTINO, M; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. **A Educação Ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 1, n.2, p.285-299, mai/ago 2005.

TAVARES, M. **A Educação Ambiental, Estudo e Intervenção do Meio**. *Revista Iberoamericana de Educación*. 2005. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/index.php>>. Acesso em: 25out. 2020.

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE. **Relatório de Auditoria Operacional em Saneamento Básico – Resíduos Sólidos Urbanos** - Processo TC N° 05095/16, João Pessoa-PB, 2019.

WIRTH, L. G. **Entre o diálogo institucional e a luta nas ruas: Movimento dos catadores no Rio Grande do Sul**. 40º Encontro Anual da Anpocs ST, 2016.

CAPITULO 4

UMA TRANSPOSIÇÃO DE OLHARES SOBRE A CULTURA CARIRIZEIRA: ENTRE AS ILUSÕES E OS IMPACTOS DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Emerson Lopes Barbosa

INTRODUÇÃO

Este ensaio etnográfico e visual⁸, desenvolvido no âmbito do Programa “UFPB no seu município” e com financiamento por meio de bolsa de extensão à Projetos Estratégicos da Pró reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal da Paraíba, tem por objetivo recortar fragmentos de determinada constituição social humana, com vistas a abertura de discussões e análise de conflitos hídricos e sociais através da contemplação da paisagem enquanto “cultura, como uma ideação da imaginação humana sobre a própria natureza” (Schama, 1996:70) exposta em fotografias de determinado contexto/território/universo do que denomino de cultura (Geertz, 1989) caririzeira regional. Em busca de ler as entrelinhas contidas nos “genes culturais”, como bem nos trouxe Geertz, “antropologia é uma ciência semiótica”, a partir do fazer etnográfico, conceituado historicamente e valendo-se de subjetividade artística, trazendo à tona, novas estruturas sociais causadas pelo Programa de Integração da Bacia do Rio São Francisco - PISF, ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

8 Quanto ao conceito de Etnografia em antropologia consultar Gonçalves (2016).

Atualmente, muito se tem falado em agronegócio, agricultura, industrialização e desenvolvimento territorial em campanhas publicitárias midiáticas e tendo se intensificado este discurso a partir do governo eleito em 2019 por meio de publicidades como “O agro é Pop” veiculadas em rede nacional de onde afirmam que “agro é tudo”, reafirmando o projeto neoliberal. Mas pouco se reflete sobre o real impacto da utilização cotidiana da água na vida humana e na constituição dos processos de desenvolvimento nas camadas da sociedade e de seus impactos tanto sobre os grupos sociais mais apartados da sociedade, quanto sobre o meio ambiente.

Consequentemente as figuras fotográficas adquirem dois formatos de manuseio: o primeiro é para a expressão estática do mundo, com sentido de comprovação de existência do outro em si, e o segundo é do campo semiótico, enquanto formato provocador de reflexões e facilitador de compreensões epistemológicas. Sendo utilizadas como expressões da cultura em si, elas inserem-se na composição de estruturas analíticas, representantes da narrativa do etnógrafo. (BITTENCOURT, 1994).

A fotografia evoca experiências passadas, posicionando o observador numa condição de estabelecedor de conexões entre o contexto sociocultural apresentado no texto escrito e representado na linguagem visual. Possibilitando assim, que o observador seja capaz de transferir a distância da sua realidade e a do outro. (DANFORTH; TSIARAS 1982, p.7). De uma forma simples, as representações fotográficas podem ser símbolos mediadores da pesquisa etnográfica, demandando observações claras e participativas no procedimento criativo da fotografia e da realidade a qual a imagem se faz como objeto significante. Com isto, podemos considerar estas fotografias como “descrições densas”, tendo em vista que as diferenças entre análise, teoria e dados esvanecem (Geertz 1973, Caldarola 1988).

Portanto, para este estudo, proponho de forma provocativa a construção de um ensaio que mescle os dois níveis de leitura, seja da linguagem escrita, seja da linguagem visual, estabelecendo um diálogo com você, o leitor deste trabalho. É importante frisar que este texto não tem por objetivo trazer respostas, mas sim, despertar para a reflexão quan-

to aos impactos sociais causados pelos projetos de “desenvolvimento” a grupos que vivem duplamente a margem: seja a da sociedade, seja a dos leitos de rios.

A ÁGUA E A HISTÓRIA

A água, desde os primórdios das civilizações, sempre esteve vinculada a conflitos políticos, religiosos e territoriais, por conta da distribuição hidrogeológica desigual das águas sobre os países e continentes. Sendo estes conflitos acentuados pelos períodos de secas, nos registros históricos constam ao longo dos tempos, conflitos marcantes envolvendo a água.

Entre estes conflitos, destacam-se na Mesopotâmia - Suméria, amaldiçoada com uma terrível enchente causada pelos deuses (3000 a.c.). Mesopotâmia - Suméria, inserção de leis rígidas contra o roubo de água no Código de Hamurabi (1790 a.c.). Nabucodonosor construiu muralhas na Babilônia, usando o rio Eufrates e seus canais como trincheiras defensivas (605 a.c.). Leonardo Da Vinci e Maquiava] planejam o desvio do rio Arno para cortar a água de Pisa que estava em guerra com Florença (1.503 d.c.). Exército Britânico ataca os reservatórios de água de New York na guerra de independência dos E.U.A. (1777 d.c.). Holanda, durante a segunda guerra mundial, inunda as linhas das fronteiras para impedir o avanço alemão (1940 d.c.). Alemanha bombardeou os reservatórios da antiga União Soviética (1941 e 43 d.c.).

Estes são apenas alguns conflitos socioambientais aqui pontuados, entendendo-os a partir da concepção formulada por Paul Little (2006) como uma aglomeração emaranhada de disputas inter-relacionais por questões ecológicas entre determinados agrupamentos sociais nas mais diversas circunstâncias. Não há dúvidas de que toda a história humana foi marcada por embates desta mesma espécie, desde grandes secas, a má disponibilização da água no território ou, até mesmo, a água sendo usada um recurso bélico, etc.

Havendo este imenso histórico de má utilização, conflitos socioambientais, políticos e sociais, e ao mesmo tempo, tendo o conhecimento científico progredido exponencialmente no desenvolvimento de tecnologias voltadas aos recursos naturais, por que os recursos hídricos e sua inserção na sociedade continuam acontecendo de forma desigual? Por que ainda há uma má estruturação dos sistemas hídricos? Por que há a ausência de políticas públicas que venham a dirimir os impactos sociais nas comunidades, se são formados tantos acordos e tratados internacionais, como por exemplo, a agenda 2030, os objetivos do desenvolvimento sustentável?

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA

A Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, possui uma área de 20.071,83 km², é a segunda maior do Estado da Paraíba, abrangendo 38% do seu território do Estado, abriga 1.828.178 habitantes que correspondem a 46% da sua população total no ano de

2018. É composta pela sub-bacia do Rio Taperoá e Regiões do Alto Curso do rio Paraíba (6 717,39 km²), Médio Curso do rio Paraíba (3 760,65 km²) e Baixo Curso do rio Paraíba (3 925,40 km²).

Figura 1- Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba



Fonte: AESA (2018)

Por meio dos Governos Estadual e Federal, nas áreas situadas ao longo do leito do rio paraíba, foram realizadas diversas obras, entre elas a construção de açudes públicos, cujas reservas são utilizadas para o abastecimento das comunidades ao entorno e de seus rebanhos, irrigação, pesca, e em alguns pontos, como forma de turismo local e lazer.

Sendo que estes reservatórios são fundamentais para a região e nos períodos de secas prolongadas, muitos deles entram em crise, causando diversos conflitos socioambientais no uso dos recursos hídricos e problemas intensos na ordem econômica e social. Um dos maiores exemplos desses colapsos recentes é o Açude de Boqueirão, Epitácio Pessoa.

O açude de Boqueirão fica localizado em pleno semiárido nordestino, no cariri paraibano, mas precisamente no município de Boqueirão-PB. Esta barragem teve sua fundação no ano de 1957, tem capacidade de

armazenamento aproximada de 411.686.287 m³ de água, abastece cerca de 20 municípios paraibanos, em torno de 1 milhão de pessoas. Nesta última seca (2011-2019) devido a ausência de chuvas, o açude chegou num limite crítico de apenas 12 milhões de m³ (3%) de sua capacidade total, tendo sido este seu pior índice desde a década de 1990.

Em vista disso, pelo atual estado dos recursos hídricos da bacia hidrográfica e a proximidade com a conclusão das obras do Programa de Integração da Bacia do Rio São Francisco - PISF, se deu a curiosidade em saber como as águas iriam se inserir no cotidiano dos indivíduos residentes das comunidades ribeirinhas. Neste cenário, conflitos entre os usuários foram evidenciados no reconhecimento e estudo de parte de bacia hidrográfica: 1) restrição ao acesso à água potável pelos proprietários de terras onde passa o leito do rio; 2) dificuldade de mobilidade por entre as pontes de madeira improvisadas e passagens molhadas⁹ sobre o rio;

Nestes últimos anos de seca houve a intensificação dos racionamentos dos recursos hídricos pela fornecedora estatal, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Em algumas localidades a liberação de água era feita apenas uma vez por semana, sendo que essas águas vinham com uma coloração de tom marrom escuro e odor intenso, já em outras comunidades houve registro de meses sem sequer chegar água nas torneiras, o que levou a população desses locais a intensificar a compra de água em carros pipa.

Por outro lado, soma-se a este período de seca o aumento da poluição, da degradação ambiental e do assoreamento das margens do rio Paraíba, além de outras causas que nos aponta Silva (2017):

Ao longo do trajeto vários tipos de impactos ambientais foram identificados um deles foi o processo de desertificação, pois na medida em que o solo retirado está sendo depositado nas margens ao longo do canal, faz com que a vegetação ao seu redor seja impedida de se desenvolver, o processo erosivo que a partir da escavação faz com que o solo fique exposto aos agentes erosivos como o vento e a ação pluvial que ao precipitar faz com que aquele solo seja carregado e depositado em áreas mais baixas causando outro tipo de impacto ambiental, o assoreamento

9 Tipo de ponte de concreto.

Por entre diversos anos o rio Paraíba foi alvo de descaso das forças políticas representativas, as quais não se atentaram às necessidades das populações ribeirinhas e possibilidades de ações de políticas públicas que viessem a estruturar uma condição mínima de sobrevivência não só das comunidades mas também do Rio e de uma preparação deste para os períodos de cheias ou até mesmo o recebimento das águas do PISF.

O que está se desenhando para a região semiárida da bacia do rio Paraíba é que a situação existente continuará praticamente a mesma. A única garantia para as regiões que sofrem com a escassez é que haverá sempre a manutenção dos níveis de água para os reservatórios existentes ao longo do rio Paraíba e o abastecimento que é feito por meio de adutoras continuará o mesmo, podendo haver uma ampliação na sua rede, com a construção de novas adutoras. As comunidades que não são abastecidas pelas adutoras ou por estes reservatórios ficarão praticamente na mesma situação, ou seja, por fora de toda estrutura do projeto. Está se montado o palco de um futuro conflito. (ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2013)

De certo, não só a paisagem tem se degradado, mas também as relações sociais que são postas à mercê da incerteza política e da mão invisível da indústria da seca novamente, com isso o mapeamento georreferenciado¹⁰ dessas incógnitas e pontos conflituosos através do registro fotográfico como um marco cultural e socioambiental fez-se necessário para revelar o modo como estes grupos sociais estão se relacionando com estes diversos conflitos socioambientais.

Nesta perspectiva, Borba (2017) dissera que os dispositivos móveis, através de sua utilização e do georreferenciamento possibilitado por diversos aplicativos ligados a localização de seus usuários em tempo real, possibilitam uma construção etnográfica e o mapeamento de símbolos e signos histórico-culturais e sociais, estabelecendo um marco geográfico dentro de um banco de dados geolocalizados referenciando o espaço-tempo.

¹⁰ mapeamento georreferenciado é uma técnica de marcação espacial onde se utiliza uma ferramenta de Global Positioning System comumente chamado por GPS, que nada mais é do que um Sistema de Posicionamento Global que através da triangulação de satélites pontua a latitude e a longitude onde o dispositivo se encontra.

Em sua análise sobre as geotecnologias, Tavares (2016) nos traz:

A inserção e os avanços tecnológicos na Geografia possibilitam novas utilizações ao mapeamento, pois o cotidiano social também ganha espaço para representação, trazendo assim, novos discursos. Pensar nos espaços onde se vive diariamente é importante, pois age como forma de se situar geograficamente, tomar certos cuidados com o ambiente em que vive levando a mudanças de comportamentos, individuais e coletivos, que podem ter consequências socioambientais futuras. (TAVARES, G. et al. 2016, p.55)

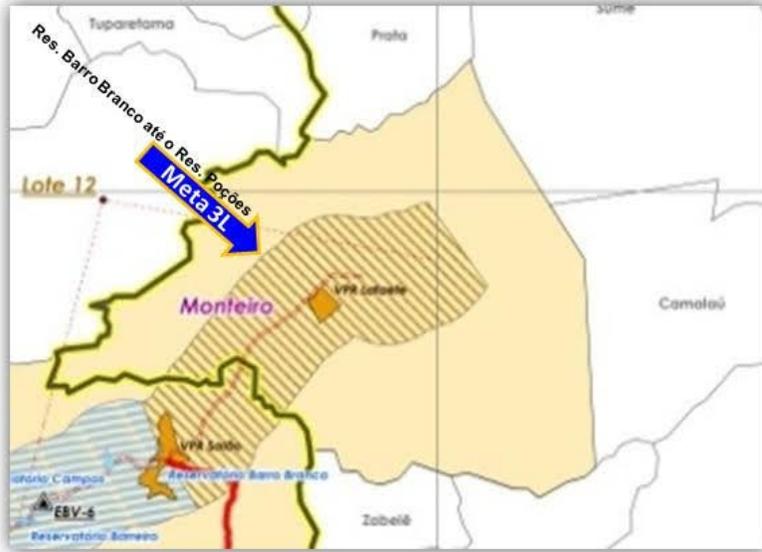
O georreferenciamento vem neste sentido, viabilizar além do mapeamento, o delineamento da realidade regional em torno do leito do Rio Paraíba, o que pode trazer subsídios para a análise conceitual e estrutural das políticas públicas de utilização de recursos hídricos por onde o rio está situado. Além disso, pode fomentar discussões também sobre a paisagem cultural e através da autocontemplação na fotografia na composição de imagens geolocalizadas dentro do espaço-tempo, uma reflexão de como os agrupamentos sociais tem lidado em relação ao controle destes recursos pelos cidadãos.

E AS ÁGUAS?

Para iniciar a pesquisa, baseei-me na chegada das águas da Transposição da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco ao Eixo Leste, por conhecer a fundo esta região e ter convivido com o Rio Paraíba durante o período de seca - que antecedeu a chegada das águas. Além disso, estava interessado em compreender se de algum modo o acesso às águas poderia transformar a realidade regional entorno do Rio Paraíba e quais os impactos socioambientais seriam gerados em agrupamentos sociais ribeirinhos. Atualmente, 33 cidades são contempladas pelo Eixo Leste: duas em Pernambuco e 31 municípios paraibanos. São quase um milhão de habitantes nessas localidades. Os municípios que receberam pri-

Fonte: O Autor (2018).

Figura 3 - PISF-Eixo Leste - Trecho V:Meta 3L



Fonte: TCU (2015)

Desde o início, foi identificada uma dificuldade na locomoção por entre as estradas que encontravam-se as margens do Rio Paraíba e o atravessavam. Sendo de conhecimento geral que há falta de estrutura nas estradas das zonas rurais no Brasil, no entanto isso não impedia os moradores de chegarem às suas propriedades.

A chegada das águas já havia estabelecido um fluxo contínuo no leito do rio Paraíba, no entanto, nos interessava saber se acaso houvesse chuvas constantes, isto poderia causar enchentes? Estas passagens ficaram completamente alagadas? Como os moradores chegariam ao outro lado da margem, fosse de moto, de carro ou a pé?

E AS PESSOAS?

Partindo da premissa de que eu, não era um nativo daquelas comunidades, procurei durante algum tempo um nativo que pudesse acompanhar-me por entre aquelas veredas, que conhecesse tanto a região quanto seus moradores. Conversando com alguns conhecidos, indicaram-me um mototaxista conhecido por Galego, este era morador do Sítio Bom-Nome no município de Monteiro-PB.

Sendo o Sítio Bom-nome próximo a região onde localizava-se tanto a Barragem São José, quanto o Açude de Poções, além de situar-se próximo a quatro passagens molhadas (no Sítio Santana I, no Sítio Santana II, no Sítio Barros e no Açude de Poções). Galego era sem dúvida um “bom nome” - trocadilho - para auxiliar-me nesta pesquisa.

Galego é um homem de meia-idade, típico morador de sítio, com trejeitos de agricultor¹¹, marcamos de nos encontrarmos na manhã do sábado, na praça João Pessoa -praça localizada no centro da cidade de Monteiro - cheguei por volta das 08:30, 30 minutos atrasado.

Ele estava embaixo de uma árvore em frente a loja Fit-Informática e ao lado de sua moto (da marca Honda, na cor vermelha, modelo CG 125) com um calção de jogador de futebol de campo de cor azul e com listras brancas nas laterais, uma camiseta vermelha, uma jaqueta de mototaxista amarela, chinelas havaianas “tradicionais”, um relógio de pulso na cor preta, e um óculos de grau.

Cumprimentei Galego, dando-lhe bom dia, ele respondeu cordialmente, e me perguntou por onde começaríamos, disse-lhe que estava interessado nas passagens molhadas que existiam ao longo do leito do Rio Paraíba, e que já havia passado lá anteriormente para fazer as marcações das geolocalizações, contudo, queria observar o atual estado do leito do rio por conta das chuvas.

Ele aprovou e então saímos na moto em direção a saída da zona urbana, pela via principal da cidade, passando pelo bairro da Quinta da Boa

11 No município de Monteiro é corriqueiro que os mototaxistas também tenham roçados e plantações nas zonas rurais para complementarem suas rendas

Vista, e chegando na Avenida Cidade Recife - BR-412 - neste momento, avistando a cidade, pude perceber o quão esta estava desenvolvendo-se ao ver um bairro completamente novo, num loteamento próximo a saída da cidade e do desemboque das águas no Rio Paraíba. Então tomamos o sentido contrário e seguimos pela estrada que dá acesso a Barragem São José, passamos em frente a Associação Atlética Banco do Brasil - AABB, e ao lado da Central de Tratamento de Esgoto do Município.

Seguimos na moto por cerca de uns 15 minutos, tendo em vista que por conta da chuva, a estrada estava alagada e com pontos de difícil acesso. Em um destes pontos, tivemos que passar pela margem lateral direita da estrada, e o pneu da moto derrapando, houve uma certa tensão da minha parte, assim que saímos, ele disse que era porque havia chovido muito nos últimos dias, a vegetação típica da caatinga estava toda num tom de verde leve, imaginei que estivesse assim por conta das chuvas, e as árvores estavam cheias de folhagens.

Perguntei-lhe se ele tinha dificuldade de se locomover constantemente ou só era difícil quando chovia, ele respondeu: “Essas duas passagens são difíceis de fazer quando o rio está cheio, a de Santana 02 e a de Poções, tenho que arrodar lá por baixo para pode chegar ao “Bom-nome”.

Prosseguimos, já próximos a passagem molhada do Sítio Santana I, a essa altura já havia perdido a conta de quantas vezes íamos derrapando na moto, entramos por um veio da estrada e chegamos a passagem molhada do Sítio Santana I, fiz algumas fotografias e vídeos, permaneci alguns instantes observando como o mato já tomava conta da margem do rio e de como seria difícil atravessá-lo.

Voltamos a estrada principal nos dirigindo a Barragem São José, fomos nos deparando com pessoas pelo caminho, umas voltando, outras seguindo em frente, em carros, motos e cavalos, percebi que estas pessoas sempre falavam umas com as outras, fosse com palavras, com o som da buzina ou com gestos corporais.

Esta comunicação me intrigou, peguei-me a refletir sobre esta ação comunicativa entre indivíduos que na maioria das vezes nem se co-

nheciam, para alguém acostumado com grandes centros nos quais isso é inimaginável e até mesmo na própria zona urbana de Monteiro esta ação não era facilmente identificável, porém ali na zona rural isto se dava como uma regra básica de convivência.

O que faria o cidadão da zona rural desenvolver este nível de comunicação, para não dizer cordialidade? Será que um certo distanciamento social em sítios torna as pessoas mais abertas, por assim dizer, a comunicação e conseqüentemente a interação humana? Ou será que a escassez cíclica de água, o que de certo modo contribui para a má lida com a agricultura de subsistência e a ausência de políticas públicas do Estado, desperta naquelas comunidades ribeirinhas uma certa consciência de convivência para cooperação e sobrevivência?

Em frente, chegamos à Barragem São José, outra vez compus mais fotografias e vídeos, não pude deixar de notar que algumas pessoas se encontravam ali para pescar, baseado nos rastros de moto, e confirmado por Galego, saímos da Barragem e voltamos para a estrada, a vegetação mantinha-se verde durante todo o trajeto, e víamos poucas moradas, sempre que Galego avistava a casa de algum conhecido seu, ele perguntava se queria que parássemos para conversar.

Chegando a passagem molhada que dá acesso ao Sítio Santa II, fiz mais algumas fotografias e vídeos, e observei a falta de estrutura e a impossibilidade de cruzar a passagem por conta das águas, retornamos para a estrada e seguimos para o Açude de Poções. Próximos a chegada acabamos nos perdendo por termos entrado numa via que dava para um Sítio privado, acabei alertando a Galego que a estrada estava fechada demais para ser uma via expressa, mas ele insistiu.

De fato, este comportamento de Galego me remeteu o pensamento de que isto demonstraria nele o excesso de entusiasmo em poder nos guiar ao destino da melhor e mais rápida forma, ou por indiferença em aceitar que eu, um indivíduo forasteiro da cidade grande, pudesse - independentemente do motivo que fosse ou de qualquer outra experiência que eu tivesse tido anteriormente com comunidades rurais - compreender estruturas básicas de estradas da zona rural.

Retornando por onde vimos, seguimos por um caminho um pouco mais distante que, no entanto, dava para a passagem molhada de Poções. Ao chegarmos lá, assim como as outras, esta estava transbordando a água, seis pessoas encontravam-se olhando para as águas que passavam e um menino numa bicicleta Monark vermelha, esforçava-se para chegar ao outro lado.

Numa luta contra a correnteza estava ele em sua bicicleta, impedido de prosseguir sem complicações, o que de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental -RIMA (2005) do Ministério da Integração Nacional - MIN não deveria estar ocorrendo. Afinal o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, um dos programas de diminuição dos impactos do PISF, iria fomentar a construção de estruturas de passagem terrestres e estradas de acesso que possibilitariam uma melhor locomoção tanto para seres humanos quanto para a fauna local.

Ficamos, Galego e eu, observando enquanto ele me falava da diferença que estas águas estavam fazendo para os moradores da região, informou-me ele que muitas pessoas na rua (zona urbana) ainda não ingeriam essa água e nem as utilizavam por não confiarem em sua procedência. De certo, era pouco provável que um indivíduo em condições minimamente dignas de sobrevivência fizesse a ingestão destas águas, pois havia um odor forte vindo daquele local.

Quase não se ouvia o som das pessoas conversando, na verdade durante todo o percurso foi difícil ouvir algo que não fosse o som das águas ou os dos motores quando passavam por nós.

Ao nosso lado parou um homem de aparentemente uns 35 anos, camiseta laranja e bermuda azul escuro, cruzou os braços e começou a conversar com Galego sobre as chuvas recentes, disse-nos que talvez ele lucrasse com suas plantações, perguntei-lhe se ele morava ali, e ele confirmou, pela forma como estava molhado e um saco com peixes pendurado em sua moto, presumi que estivera pescando, ele despediu-se e seguiu caminho em sua moto, fizemos o mesmo.

Ao voltarmos pela estrada Galego disse que estávamos próximos a casa de um conhecido dele, no Sítio Salinas, perguntou-me se queria

ir até para conversarmos com ele, respondi que sim, então nos conduzimos à uma casa num alto de uma ladeira, ao chegarmos na porteira, pude ver que o terreno tinha uma grande extensão territorial, mas a casa era pequena, continha aparentemente uns 10m de largura e uns 25m de comprimento.

A porta estava aberta, a casa não era rebocada e, ao lado direito, havia um alpendre de madeira coberto por palhas secas, este cobria uma mesa de bilhar, ao lado esquerdo da mesa, encostadas na parede estavam quatro cadeiras de bar na cor verde e mais à esquerda em cima de uma caixa de cimento - exposta ao sol - estava uma caixa de som de cerca de uns 50cm, com volume relativamente alto, e tocando a canção “sábado” do cantor José Augusto, mas esta versão era em ritmo de brega pela banda “Asas Livres”.

Nesta casa também funcionava um pequeno bar, no entanto estava fechado e isso é de se estranhar, pois os bares que ficam localizados nos sítios da região tendem a começar a funcionar mais cedo. Segundo Galego: “Eles não sabem ganhar dinheiro, há uma hora dessas e ainda fechados (risos sarcásticos).

Galego chamou pelo nome do conhecido dele e não obtive resposta, então ele bateu palmas e chamou novamente, nenhuma resposta e não ouvíamos som de alguém se movendo. Estávamos já subindo na moto para irmos à casa de outro conhecido de Galego e saiu uma mulher a porta. Ela emitia sinais de estar desconfiada e pelo modo como olhava, percebi que ela não conhecia Galego. Ele a cumprimentou e se apresentou informando quem eram seus parentes conhecidos e de que Sítio ele era, e depois perguntou por seu marido. Ela nos informou que ele havia saído e voltava logo.

Esta mulher de nome Edvania, aparentava ter uns 33 anos de idade, dona de casa, tinha uma estatura média, era branca, com cabelo castanho amarrado, um piercing na lateral direita do nariz e outro na sobrancelha esquerda, três brincos na orelha direita e um na esquerda, vestia uma camiseta branca, com tiras de pano entrecortadas, vestia uma saia curta também da cor branca, mas com ilustrações de flores rosas.

Galego apresentou-me a ela, perguntei se poderia fazer-lhe algumas perguntas, ela permitiu, fui perguntando e ela respondendo de forma ríspida. Ela ficou estática com os braços para trás do corpo, não pude deixar de notar que entre uma pergunta e outra ela evitava olhar diretamente para nós dois, sempre respondendo desviando o olhar ou olhando para o lado direito ou para o chão.

Este comportamento particular de Edvania soou-me intrigante, de certo modo, ela se punha de uma forma que parecia indiferente a nossa presença, no entanto, a fala breve, por vezes monossilábica, demonstrava uma posição de autodefesa e que a mesma se encontrava em estado de alerta como quem está num interrogatório, aparentando que estava desconfortável conosco. Em sua percepção, não haviam problemas significativos referentes às águas, ela continuava utilizando-as da mesma forma que sempre utilizou.

Primeiramente, não havia fluxo de águas anteriormente no rio Monteiro devido ao período intenso de seca; em segundo lugar, sua propriedade não tinha acesso as águas do rio, pois não estava às margens do mesmo, nem as águas eram conduzidas por tubulações para sua residência. Estas duas suposições me fazem pensar que ela deveria comprar água de carros pipas ou buscar em fontes de águas distantes.

Após terminarmos as perguntas, estive notando que havia quatro pessoas numa casa não muito distante e olhando para nós, entre as quatro havia um senhor e uma senhora, e dois jovens, perguntei a Edvania quem eram, e ela nos disse que eram seus pais, indaguei se eles nos receberiam, ela disse que sim. Agradecemos por conceder-nos a entrevista, nos despedimos e dirigimo-nos a casa de seus pais.

Paramos novamente numa porteira que estava aberta, agora havia três pessoas, um senhor em pé ao lado da porta, e um casal sentado junto ao batente da porta. A casa tinha uma porta de madeira que se divide ao meio, quatro jarros de plantas improvisados com baldes e garrafas pets na parede, estas paredes também não eram rebocadas. Havia uma pequena rampa de madeira pela qual deveria passar uma moto pela porta; ao lado direito da casa tinha uma antena parabólica e alguns entulhos mais ao fundo da propriedade, encostados numa pilha de tijolos.

Dentro do terreno estavam algumas cabras, que emitiam um constante soar do chocalho, o senhor demonstrava ter uns 65 anos de idade, cabelos e barba grisalhos, esta última por fazer. O rosto repleto de marcas de expressão, pele queimada pelo trabalho exposto ao sol, camisa xadrez de botão aberta até o tórax.

A mulher jovem estava com uma bermuda jeans e uma camiseta da cor rosa, esta tinha aproximadamente uns 28 anos, era morena e tinha longos cabelos presos, estava de chinelas da cor rosa, havia um bracelete em seu braço direito, usava brincos. O homem que estava ao seu lado vestia uma calça jeans escura, uma camisa azul escura, de pele também morena, usava óculos da armação de cor branca, estava usando uma sapatilha da cor preta e segurava uma chave de moto.

Cumprimentamos a todos e perguntamos se poderíamos entrar, o senhor assentiu, Galego novamente apresentou-se, falando sobre seus familiares e do sítio onde morava, o senhor disse que conhecia alguns familiares de Galego. Esta autoidentificação de Galego evidenciava, em minha opinião, uma necessidade de estabelecer parâmetros minimamente transparentes para a criação de relações sociais e vínculos entre seus interlocutores que possibilitasse um certo grau de confiança e abertura para a obtenção de informações.

Galego apresentou-me ao senhor e demais ouvintes, contando-lhes sobre o que viemos fazendo até aquele determinado momento, terminei de apresentar-me, falando sobre o trabalho de pesquisa e perguntei-lhe se o mesmo poderia responder algumas questões, ele consentiu.

Antônio, agricultor aposentado, viveu a vida toda neste mesmo local, respondeu às perguntas de forma tranquila e lúcida, diferentemente de sua filha, Edvania. Ele gesticulava e falava abertamente sobre a realidade local, ironizando algumas respostas de agentes públicos e populares da localidade, ao mesmo tempo em que propunha um olhar crítico enquanto nos informava o estado delicado em que se encontravam, mostrando em suas colocações sinais de preocupação.

Nos informou que ele e sua família sempre tiveram livre acesso às águas em períodos de cheias, todavia, por conta de negociações do go-

verno junto aos proprietários de terras às margens do leito do rio, ultimamente estava tendo dificuldades em obter água do açude de Poções.

Nos contou que os donos de terra cercaram suas propriedades e colocaram cadeados nas porteiras, o que dificultou a passagem dele e de seus familiares para buscar água. Falou-nos também que alguns destes proprietários de terras que são banhadas diretamente pelas águas do rio, produziram cópias de chaves para outros moradores, contudo, informaram que não iriam mais ceder novas cópias.

Porque aqui eles inventam de negociar e comprar os lotes, ninguém sabe como é isso, aí então o que eles fazem é botar cadeado, há várias cisternas com cadeado, a entrada da água para pegar no Açude muitas vezes vai pedir a chave a eles, eles dizem “má-criação”, eles têm o direito de entregar numa boa né?, porque sabe que nós precisamos de água, não vamos por cima das cercas, passar com a moto, com carro, com reboque ou com jumento numa carroça. Aí as águas são presas.

Enquanto conversávamos, ele andava pelo terreiro, indo para frente e apontando locais próximos, utilizando-os como referências, em determinado momento enquanto ele falava da compra de terrenos possivelmente ilegais, ele apontou para um morro atrás de sua casa e disse:

Aí, só quer dizer que só um querer ser dono ou dois ou três não pode, era tudo aberto, mas saíram comprando a terra e o governo já pagou. Quando o governo foi fazer esses açudes, pagou todas as propriedade para que depois ninguém ficasse morando dentro. Hoje mesmo, que nem aqui nesse alto que ali tem uma moradia, ali é do governo, quero ver quem é que bota um pé ali dentro, ninguém bota um pé ali dentro, se botar a macaca zoa.

Neste momento, ele faz referência há dois programas ambientais diretamente vinculados ao PISF, o Programa de Aquisição de Terras e Indenização de Benfeitorias, que tem como objetivo desenvolver meios de gerenciamento e administração mais efetivos das desapropriações de propriedades às margens do leito do rio, através da regularização dessas

terras e do registro rural de imóveis e moradores, evitando assim o aumento da especulação imobiliária destas terras (BRASIL, 2005:99).

E o Programa de Reassentamento da População, que visa amenizar a incidência do êxodo rural e da emigração da região, subsidiando ações para a fixação das populações no campo, fortalecendo assim a reprodução social e econômica nestas regiões (BRASIL, 2005 p.99).

Conforme fomos perguntando, ele aparentou estar mais à vontade e aberto a perguntas, nos convidou para entrar em sua casa, entrei e sentei-me no sofá com uma cobertura vermelha, ele sentou-se no sofá de frente para mim e dando as costas para uma janela por onde entrava a luz do sol, junto dele estava sua outra filha, que estava a porta quando cheguei, Josinalda expôs alguns problemas que a incomodavam em relação ao acesso às águas: “É tudo fechado, eles querem ser donos, fecharam tudo. Isso aqui era tudo aberto, o povo saiu fechando, danaram cadeados, vai pedir para abrir os cadeados, o povo quer brigar.”

Neste momento, vemos o reforço da divergência entre a situação exposta por sua irmã Edvania, uma vez que ela afirma não ter dificuldades quanto ao acesso às águas, em contraposição ao anteriormente exposto por seu pai e evidenciado por Josinalda, quando nos revela seu desconforto quanto ao cerceamento do acesso às águas imposto pelos proprietários de terras.

Nesta sala ainda estavam o seu genro Antônio e mais dois netos de aproximadamente 5 e 6 anos de idade. O interior da casa também não era rebocado e havia uma cortina na passagem que dava acesso a cozinha, um móvel com uma televisão de tubo e alguns discos compactos - ou cd's - estavam ao lado do sofá onde eu estava sentado.

Antônio foi nos esclarecendo algumas dúvidas prosseguindo em fala sobre a dificuldade de ter acesso às águas, sobre meu questionamento da locomoção por aquelas estradas e pela ponte (passagem molhada), ele disse:

Quando ele tá cheio mesmo, não tem como ir, que ela vem até aqui nessa cerca, ali onde você passou lá, eu acho você passou em cima de uma passagem? Pronto, ali ela fica já querendo transpassar quando ele enche.

Ao terminar as perguntas, agradeci-lhes pela cooperação e avisei que teria que partir, ao sair, todos ficaram na porta e o Sr. Antônio foi fechar a porteira quando nos despedimos, seguimos subindo no sentido do Açude de Poções, pois ainda havia algumas imagens por serem feitas.

Ao chegarmos num trecho da estrada que seguia para o Açude, encontramos uma propriedade com a porteira fechada, paramos a moto, descemos e um senhor de meia-idade veio nos atender, este senhor estava com uma calça e camisa vermelhas, moreno, de cabelo já claro por conta da idade e olhos claros, falar apressado e demonstrava feições infantilizadas, aparentemente era portador de alguma necessidade especial.

Ele abriu a porteira e entramos com a moto, paramos em frente à casa do dono da propriedade, saíram dois homens de meia-idade, um com uma camisa polo amarela e de gola azul, Francisco, boné preto, e óculos fechado por entre a abertura da camisa, um relógio dourado no pulso esquerdo. Este homem ficou o tempo todo na porta da casa, com os braços escorados num pequeno muro na varanda da casa.

O outro homem que igualmente aparentava ter meia-idade, Luciano, de camisa cinza com ilustrações de folhas em tom monocromático, boné vermelho, bermuda jeans e chinelos da cor preta. O local onde estávamos disseram eles, era o Sítio Porção de Barra Nova, que fica às margens do Açude de Poções.

Esta casa era grande, e completamente rebocada com tinta verde nas paredes, na varanda havia uma mesa coberta com um tecido verde-claro ao lado de duas cadeiras vermelha de plástico, duas plantas artificiais ao lado de uma televisão da cor preta de tubo e com uma tigela vermelha em cima, na parede estavam duas gaiolas, uma com um passarinho, que aparentava ser uma “maria-fita” (*Coryphospingus pileatus*) e a outra com dois passarinhos, uma “maria-fita” e um que assemelhava-se

com um “bigodinho” (*Sporophila lineola*), via-se muitas galinhas pelo terreiro e o cheiro forte de terra molhada.

Galego se apresentou novamente, falando de onde era e quem eram seus familiares, logo após me apresentou e eu informei-lhes sobre minha pesquisa, perguntei se poderia lhes fazer algumas perguntas sobre o convívio deles ali na região e com as águas do açude de poções. Dei seguimento às perguntas que havia feito anteriormente tanto sobre o acesso às águas, quanto a locomoção por aquela região.

Quanto ao acesso às águas, Francisco foi conciso, expondo que não havia faltado água depois que o bombeamento da transposição foi ligado, e que ele só teria receio que agora fosse diminuir a quantidade de água drasticamente, já que o bombeamento estava para ser desligado por conta de obras que seriam feitas no Açude de Poções e de Camalaú.

Já a respeito da locomoção por aquelas estradas ele dizia que como as águas estão baixando, já ia dar para passar de moto pelas passagens molhadas tranquilamente. Luciano também falou que utilizava a água no Lava-jato de seu pai e consumia constantemente a águas, mesmo que diversas pessoas ainda não consumissem por receio.

Agradei-lhes pela colaboração, e segui caminho de volta com Galego, no caminho acabamos por sermos pegos de surpresa por uma chuva, o que nos fez parar embaixo de um alpendre de uma casa antiga. Ela estava fechada e aparentemente não havia nenhuma pessoa residindo. Assim que a chuva diminuiu demos continuidade ao nosso trajeto de volta, passando por fazendas, pela estação de tratamento de esgoto, pela AABB, voltamos pelo centro da cidade, sábado é o dia da feira do município, no entanto, o movimento já começara a diminuir.

Passamos pela Praça João Pessoa, e tomamos a rua paralela a principal, para que Galego me deixasse em casa, agradei-lhe pela colaboração, sem dúvidas não haveria de ter conseguido entrar em contato com tantas pessoas, se não fosse por seus conhecimentos, paguei-lhe e me despedi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tom de ensaio, buscando observar e compreender de forma singular alguns traços destas comunidades, utilizando-me de pensamento crítico-reflexivo e de um método de pesquisa consolidado como a escrita etnográfica, tanto com caracteres quanto com luz e sombras, com vista a dirimir ruídos semióticos de minha experiência “nas estradas das areias de ouro¹²”, e como já dizia Geertz:

[...]o que o etnógrafo enfrenta, de fato...é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (1989)

O histórico de medidas e políticas públicas para combate e convivência com a seca já são seculares. Lembro de uma reunião que participei em 2007 sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, até então era um adolescente ouvindo adultos das mais diversas classes sociais, políticos, juristas, ambientalistas, agricultores, usuários das águas, e uma outra infinidade de entidades de classes.

A maioria emitindo falácias, utilizando de demagogia e verborragias, até então que um senhor, de idade por uns 60 anos, teve acesso ao microfone, pela voz e argumentação bem colocada não parecia ser agricultor, mas era um nativo. Até que ao fim de uma fala provocativa ele indagou: será mesmo que as águas da transposição trarão a redenção para resolver todos os nossos problemas?

Isso foi-me um motivo de reflexão por algum tempo, mas o que era que um garoto de 12 anos de idade poderia fazer a não ser refletir?

A pergunta para este ensaio não foi gerada para tentar me tornar nativo, ou simplesmente servir de registrador de sua cultura como alertava Geertz (1989), mas para de fato poder dialogar para nivelar conhe-

12 Canção Na Estrada das Areias de Ouro. Compositor: Elomar Figueira Melo

cimentos¹³, entendendo as especificidades do território. Como pôr em questão este pensamento idealizado instaurado pela chegada das águas do PISF ao leito do Rio Paraíba.

Constatou-se em nossa observação que há possivelmente uma linguagem padrão constituída por entre os moradores daquela determinada região, o que de fato soa intrigante, pois pessoas mesmo que desconhecidas mantêm um comprimento padrão, respondendo de forma cordial sempre que outro o fizesse, fosse um gesto com a cabeça, fosse emitindo palavras ou com o sinal sonoro das motocicletas e carros.

Refletindo sobre a localização e utilização das águas, foco inicial desta pesquisa, pode-se perceber uma certa discordância entre os indivíduos pesquisados, faz-se compreensível a existência de pensamentos diferentes, entretanto, analisando membros de uma mesma família, a do Sr. Antônio e a de suas filhas Josinalda e Edvania, não havia consonância.

Enquanto Sr. Antônio e Josinalda afirmavam que existiam diversos problemas para terem acesso às águas do Açude de Poções por conta das propriedades às margens do rio e do açude estarem fechadas a cadeados, Edvania contava que não havia problema algum para ter acesso a esta água, que o acesso sempre foi livre.

Eventualmente, esta disparidade pode traduzir-se de um desconforto de Edvania em relação a nossa presença em sua casa. De fato, imprevistamente ela foi abordada por dois indivíduos que não conhecia, na ausência de seu marido e num momento em que estava realizando seus afazeres domésticos. Esta interrupção pode ter sido sentida como um incômodo, o que explica sua rispidez e a necessidade de terminar logo com as perguntas para poder dar prosseguimento às suas atividades.

Um fato significativo a ser considerado foi em nossa tentativa de irmos às margens do Açude de Poções e no caminho que segue a estrada principal continha uma propriedade com porteira trancada, o que em síntese, fortalece os relatos de Sr. Antônio e Josinalda em relação ao impedimento do acesso às águas pela passagem na propriedade de Francisco, este que informava que não havia problemas com acesso às águas.

13 Quando falo “nivelar conhecimentos”, é de que eu possa compreender melhor suas relações sociais e o saber intrínseco a eles e não o contrário.

Isso reflete uma lógica, pois, sua propriedade encontra-se nas margens do açude.

No entanto, vemos uma desinformação e muita confusão acerca do PISF quanto a convivência para com suas águas, se elas são de fato públicas e devem permanecer abertas a todos os moradores daquela região, ou para negócios de terceiros, onde terras já desapropriadas pelo governo, foram vendidas pelos próprios ex-donos novamente. Mas, para poder adquirir mais dados e concluir de fato um rascunho epistemológico fundamentado será preciso uma intensificação de tempo no campo.

Este foi um breve ensaio, uma rápida incursão por entre o leito do rio paraíba, e um diálogo com os moradores que despertaram ainda mais questionamentos: Como alguém pode revender terras já indenizadas pelo governo? Até onde vai o direito de acesso às águas? Por onde caminha o direito de ir e vir? As águas trarão as empreiteiras e empresários? Será que ainda existirá pobreza as margens do rio?

E as Águas? Elas são a redenção dos problemas daquela população.

REFERÊNCIAS

PARAÍBA. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. **Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA. Bacia hidrográfica do Rio Paraíba.** João Pessoa, 2018. Color. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2018/06/Bacia-Hidrogr%C3%A1fica-do-Rio-Para%C3%ADba.jpg>. Acesso em: 18 set. 2021.

ARAÚJO SEGUNDO NETO, F. V. de. XIV EGAL 2013. **Análise espacial do eixo leste da transposição do rio São Francisco no Estado da Paraíba.** 2013.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BITTENCOURT, Luciana. 1994. **A fotografia como instrumento etnográfico.** Anuário Antropológico, 92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BORBA, Rogério Luís Ribeiro. et al. GEOSTREAM-API: Aplicação colaborativa para monitoramento e consumo de Informação Geográfica de Mídia Social. **Revista da Sociedade Brasileira de Cartografia**, (2017), N2 69/3: 585-597

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. (org.). Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional: **Projeto Básico Ambiental PBA**. 2005. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ProjetoRioSaoFrancisco/ArquivosPDF/PBAO 7.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASÍLIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Atuação do TCU no Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf): audiência pública, comissão externa , transposição do rio são francisco**. Brasília, 2015. 41 slides, color. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/audiencias-publicas/apresentacao-tcu>. Acesso em: 18 set. 2021.

CALDAROLA, V.J. 1988. **Imaging Process as Ethnographic Inquiry. Visual Anthropology** 1(4): 433-451

DANFORTH L. M. & A. TSIARAS. 1982. **Death Rituals of Rural Greece**. Princeton: Princeton University Press.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. Cap. 1 (Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura), pp. 03-21

GONÇALVES, A. F. Etnografia, etnologia & Teoria antropológica. **Política & Trabalho**, v. 1, n. 44, 30 nov. 2016.

HASSINGER, Hugo - **Fundamentos geográficos de la Historia**. Barcelona, Ediciones Omega S.A., 1958, 364 p.

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

PARAÍBA. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA. **Bacia hidrográfica do Rio Paraíba**. João Pessoa, 2018. Color. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2018/06/Bacia-Hidrogr%C3%A1fica-do-Rio-Para%C3%ADba.jpg>. Acesso em: 18 set. 2021.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIEGEL, L. **Being human in the age of the electronic mob**. Nova York: Random House, 2008.

SILVA, Ana Paula Da et al. “Impactos socioambientais e a transposição do rio são francisco: um olhar sobre o eixo leste”. **Anais III WIASB...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/39046>>. Acesso em: 24/08/2020 11:24

TAVARES, Gisleidy Uchôa. et al. **Mapeamento Colaborativo: Uma Interação entre Cartografia e Desenvolvimento Sustentável no Campus Do PICI** - Universidade Federal do Ceará. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. p.44-56

AMOSTRAGEM DO ENSAIO FOTOETNOGRÁFICO¹⁴



14 Acesse o Ensaio Fotoetnográfico completo em: <https://bit.ly/EAsAguas-Ensaio>

PARTE II

**A PESQUISA COM POPULAÇÕES
TRADICIONAIS, SEUS
TERRITÓRIOS E LUTAS**

CAPITULO 5

MOVIMENTOS CAMPESIÇOS DE MULHERES E RESISTÊNCIA AOS CULTIVOS TRANSGÊNICOS: BREVES ANÁLISES CRÍTICAS A REALIDADE DO BRASIL E ARGENTINA¹⁵

Márcia Maria Tait Lima

INTRODUÇÃO

A pesquisa (TAIT, 2014)¹⁶ da qual se originaram as reflexões deste artigo foi desenvolvida como um experimento teórico-metodológico que busca um diálogo respeitoso entre os conhecimentos acadêmicos e das mulheres camponesas. Dois teóricos que trabalham com o tema movimentos sociais e emancipação social foram fundamentais para esta abordagem: Boaventura Sousa Santos e Alberto Melucci. Também foram fundamentais as referências dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia,

15 As pesquisas que embasaram este artigo foram realizadas na Argentina e Brasil durante o doutorado realizado junto ao Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) da UNICAMP (2010-2014) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e resultou na tese Tait, Lima, Márcia Maria. “Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina”. Tese de Doutorado - IGE/DPCT - UNICAMP. Campinas, SP : [s.n.], 2014. Este trabalho foi publicado em livro em 2015 com o título “Elas dizem não: mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos” e recebeu em 2016 o prêmio Marcel Roche para obra de jovens pesquisadores pela Asociación Latinoamericana de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología (Esocite).

16 TAIT, Marcia Maria Lima. Elas dizem não!: Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina. Tese de defendida na Universidade Estadual de Campinas em agosto de 2014.

principalmente, em sua vertente de Estudos Ciência, Tecnologia e Gênero e Epistemologias Feministas.

Boaventura Santos (2006, 2007 e 2009) propõe um olhar sociológico para as emergências que se mostram nas práticas sociais coletivas não hegemônicas como uma forma de ampliar o presente e consequentemente as possibilidades de futuro. Essas práticas são reconhecidas como articuladas a saberes, conhecimentos, epistemologias. De um modo bastante complementar, Melucci (2001, 2002 e 2003) trabalha com a potência para construção de novos códigos culturais e sociabilidades pelos movimentos sociais. Aproximando-se desta definição, a identidade coletiva “mulheres camponesas” é entendida como processo, como um conceito operacional do ponto de vista teórico e como uma categoria político-cultural do ponto de vista da militância. Não deve ser entendida, portanto, como parte de processos de redução, mas sim de proliferação de identidades e códigos de cultura e resistência política.

Os Estudos Feministas da Ciência e Tecnologia (EFCT) ou Estudos de Ciência, Tecnologia e Gênero (CTG) destacam-se pela capacidade de problematizar e elaborar teoricamente a questão sobre porque e como repensar a relação pesquisa/pesquisador e os processos de construção de conhecimento. O Feminist Technoscience Studies (ÂSBERG e LIKKE, 2010) compartilharia características como: 1- Explorar a intersecção entre classe, raça, gênero e tecnologia. 2- Trabalhar com as implicações do conhecimento situado. 3- Perceber as relações de gênero não apenas como relações entre homens e mulheres, mas como forma de entender a agência, o corpo a racionalidade e a fronteira entre natureza e cultura.

Baseado nas propostas desses autores e autoras, a pesquisa foi entendida como um processo de criação de conhecimentos situados, no sentido de radicalidade, originalidade e capacidade de afetar gerar mudanças sociais. Esta potência foi evidenciada, como discutirei neste artigo, pela capacidade dos movimentos de mulheres camponesas de articular em suas demandas diversas dimensões das problemáticas atuais, como desigualdade social e de gênero, degradação ambiental, preservação da sociobiodiversidade e questões agrárias e alimentares.

As pesquisas de campo foram realizadas durante o período de doutoramento entre os anos de 2010 e 2012. Esta parte foi composta por três etapas de viagens para realização de observação participante e entrevistas semiestruturadas com mulheres de idade entre 25 e 60 anos que atuavam em coletivos e movimentos sociais camponeses. No Brasil, foram realizadas 8 entrevistas com integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (regional Santa Catarina) e observação participante em marchas e eventos relacionados a movimentos camponeses nas cidades de Londrina, São Paulo e Campinas. Na Argentina, foram feitas 10 entrevistas com integrantes de distintos movimentos e coletivos camponeses, entre os quais: Mujeres, Unión y Esperanza (Juan José Castelli/Chaco); Mujeres Agricultoras (General San Martín/Chaco); Junto Podemos (Goya/Corrientes); e Madres de Ituzaingó (Córdoba). Além das entrevistas, aconteceram diversas conversas com mulheres agricultoras que atuavam em feiras livres e com técnicos e pesquisadores no setor de agricultura familiar do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA) nas províncias de Chaco, Corrientes e Misiones.

As sementes e os cultivos geneticamente modificados, do ponto de vista tecnocientífico, são parte do desenvolvimento da biotecnologia aplicada à agricultura moderna (novas agrobiotecnologias). Essas, por sua vez, inserem-se no contexto da reestruturação produtiva e lógica de produção industrial no campo com o uso de maquinarias de alta tecnologia, agroquímicos, técnicas de hibridização e melhoramento dos cultivos. Uma série de transformações ocorridas entre a década de 1960 e 1970 que ficaram conhecidas como “Revolução Verde” e que determinaram um grande incremento na produtividade de alguns cultivos comerciais.

As mudanças nas técnicas de produção foram acompanhadas da ampliação do papel e do poder de empresas transnacionais no setor agrícola, surgindo complexos tecnocientíficos gigantescos. Para entender mais a fundo essas as implicações trabalhamos com o conceito de tecnociência, entendido a partir das formulações dos autores: Dagnino (2008), Latour (2000) e Castelfranchi (2008). A ênfase do termo está colocada na impossibilidade de uma separação entre ciência, técnica e os valores e/ou componentes culturais e econômicos. A tecnociência seria a configuração da produção científico-tecnológica atual, constituída pelo “agenciamento de três filetes: ciências, técnicas e capital” (CASTELFRANCHI, 2008, p. 9).

No artigo “Biotecnologia e Império: o poder global das sementes e da ciência”, Jasanoff (2006), analisou a biotecnologia e o controle sobre as sementes como parte de um panorama mais amplo de expansão do neoliberalismo por meio das corporações multinacionais. Estas corporações, segundo a autora, mostraram estar prontas para desenvolver a biotecnologia agrícola de forma a avançar em seus interesses em escala mundial. A intensa velocidade dos processos de fusão e aquisição de empresas aliada a P&D industrial voltada à biotecnologia constituíram os pilares do que autores como Jasanoff denominam de *bioeconomia*, descrita como uma nova forma de produção, que emerge quando o capital atingiu os limites da produção industrial. A bioeconomia estaria dirigida a privatizar e obter lucro a partir das dimensões reprodutoras da vida cultural e biológica. Estas dimensões seriam os novos espaços para a intensificação dos processos produtivos e de comoditização.

CONTEXTO- “TRANSGÊNESE DE UM CONTINENTE”?

A chegada das sementes transgênicas no Brasil e Argentina tem início na metade da década de 90 com a soja. Este cultivo se expandiu rapidamente nos dois países, ainda que de forma controversa (TAIT, 2011).¹⁷ Os cultivos transgênicos, basicamente de soja e do milho, das variedades comerciais tolerantes a herbicidas (RR e HT) e resistentes a insetos (Bt), passaram a ser cultivados primeiro na Argentina (1996-1998) e posteriormente no Brasil por volta de 2000. De acordo com dados fornecidos pelo Serviço para Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas (ISAAA, da sigla em inglês) no início dos anos 2000, a área global ocupada com cultivos transgênicos em todo mundo chega a 100 milhões de hectares. Ainda segundo o ISAAA, 10 milhões de agricultores em 22 países plantavam transgênicos em 2006, sendo os maiores produtores (em termos de área plantada) os EUA com 66, 8 milhões de hectares, a Argentina com 22,9 milhões de hectares e Brasil com 25,4 milhões de

17 A questão da regulamentação e decisões sobre as liberações comerciais de cultivos transgênicos no Brasil foi detalhada no livro: “Tecnociência a Cientistas: cientificismos e controvérsias na política de biossegurança brasileira” (TAIT, 2011).

hectares (MASSARANI, 2007 e 2013).

Na Argentina em 2006, dez anos após a incorporação das sementes transgênicas, praticamente 100% da superfície cultivada de soja no país já é transgênica e cerca de 70% do milho também (Pellegrini, 2013). No Brasil, segundo informações do Censo Agropecuário de 2006, a soja foi à cultura que mais cresceu 88% nos últimos 10 anos, sendo destacada a expansão da fronteira agrícola para as regiões do Mato Grosso e Amazônia. É importante observar ainda que 60% da área global ocupada por plantas transgênica em 2003 era constituída por cultivos resistentes a herbicidas, mas especificamente pela variedade de soja Roundup Ready (RR) da Monsanto (ALTIERI e PENGUE, 2006). Esse setor da economia tem apresentado duas características marcantes: alta rentabilidade e concentração. Os oito maiores grupos empresariais nas últimas décadas intensificaram o processo de fusão e compra. O mercado de sementes geneticamente modificadas é dominado mundialmente por basicamente três “megaempresas multinacionais”: a Monsanto (norte-americana), a Syngenta (comprada pela empresa pública chinesa ChemChina em 2016) e DowDuPont (fusão entre as norte-americanas Dow Chemical e DuPont, concluída em 2017).

A expansão do “sistema sojero” foi acompanhada de mobilizações sociais relacionadas à denúncia de processos de concentração da terra e de contaminação por agrotóxicos. No Brasil foi constituída a “Campanha Brasil Livre de Transgênicos” e produzidos três Dossiês Agrotóxicos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a terceira e última edição foi lançada em julho de 2018. A campanha é na verdade uma rede que abriga ONGs, associações, movimentos populares e grupos diversos e produz semanalmente um boletim eletrônico sobre a situação dos transgênicos no Brasil e no mundo. Os dossiês de 2012, 2015 e 2018 têm mostrado as consequências negativas para saúde humana e impacto ambiental das altas taxas de utilização no Brasil (um dos maiores consumidores mundiais deste produto) que persistem. Em artigo recente Pignati *at all* (2017), também corroboram em trabalho recente que analisa as principais regiões do Brasil e os seus cultivos, a utilização de agrotóxicos e os problemas de saúde. Segundo este trabalho os cultivos de soja, milho e cana, corresponderam juntos a 76% da área cultivada no Brasil no

ano de 2015, na qual se pulverizou 899 milhões de litros de agrotóxicos (PIGNATI, 2017).

Portanto para entender a mobilização e oposição de movimentos sociais e especificamente de camponeses, é importante entender sua vinculação com a produção tecnocientífica e um modelo agricultura industrial que se tornou hegemônico nos últimos 20 anos na América Latina. As transformações do modelo de agricultura industrial lograram incrementar a produtividade de alguns cultivos de exportação. Mas, em contrapartida, geraram muitos impactos negativos do ponto de vista social, territorial e ambiental, que acentuaram a degradação e concentração da terra e a perda de autonomia dos pequenos agricultores. Um processo progressivo de “artificialização da agricultura” que, segundo Pengue (2005), foi transformando o agricultor/a latino americano - antes “um inovador profundo que ao longo de sua história produziu sementes, práticas e tecnologias” - em um “mero produtor de monocultivos, comprador de sementes e dependentes de insumos químicos” (PENGUE, 2005, p. 42).

O qualificativo “camponês” quando adotado pelos próprios movimentos sociais remete a uma construção portadora de significados de valorização e resistência cultural, econômica e política. Mas, esta mesma “cultura camponesa”, também apresenta componentes de uma sociedade tradicionalmente patriarcal e machista que remete a questões de gênero como a divisão sexual do trabalho e naturalização de papéis atribuídos a mulher (como cuidado com a casa, filhos e alimentos) que podem justificar situações de dominação e exploração. A “agricultura camponesa também reproduziu padrões e limites da cultura patriarcal de opressão da mulher, do modelo capitalista de exploração da classe trabalhadora” e contribuiu para invisibilizar e inferiorizar o trabalho feminino (DARON e COLLET, 2008, p. 30).

DA PARTICIPAÇÃO AO PROTAGONISMO DAS MULHERES

A partir de 2000 as ações de mulheres rurais latino-americanas em movimentos sociais têm chamado atenção para a sua relevância enquanto sujeitos políticos (SILIPRANDI, 2009, 2011, 2015). Mobilizações como as realizadas no Dia Internacional das Mulheres em todo mundo e a Marcha das Margaridas, cuja primeira edição foi realizada no Brasil ano 2000 com o lema “marchar contra fome, pobreza e violência sexista”, é organizada desde então por mulheres rurais e camponesas. Na última edição de 2015 foi estimada uma participação de 100 mil manifestantes. O nome foi uma homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 (SILVA, 2014).

Na Argentina atualmente existe uma quantidade expressiva de grupos de mulheres rurais. Em pesquisa em nível nacional feita entre 2001-2006, Biaggi, Canevari e Tasso (2007) mapearam 452 grupos de mulheres rurais voltados principalmente à geração de trabalho e renda e formação/capacitação no país. Seria necessária uma pesquisa mais profunda considerando estes grupos e seus objetivos e motivações visando entender quais relações existiram com uma atuação vinculada à identidade camponesa e contraposição aos cultivos transgênicos.

Com características mais próximas a de um movimento social mais amplo e com tal denominação (como a apresentada pelo Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil) encontramos o Movimiento de Mujeres Agropecuarias em Lucha (MML), que ocupa um lugar destaque em termos de organização de mulheres rurais em nível nacional e a Asociación de Mujeres Campesinas y Aborígenes de Argentina (MUCAAR). Este movimento tem origem na década de 90 no contexto do “Projeto Mulher Campesina” do governo federal, em uma região grande produtora de cereais e gado (província de La Pampa) e posteriormente espalhou-se para outras regiões do país. Este Movimento teria surgido como reação ao processo de perda das terras sofrido pelos pequenos agricultores e em defesa de uma “produção agrária familiar capitalizada” (GIARRACCA, 2001). No contexto de contraposição aos transgênicos um movimento de destaque no país é o Movimento Madres de Ituzaingó. Este movimento

teve início em 2001, no bairro de Ituzaingó, periferia da cidade de Córdoba e ganhou relevância no cenário nacional e internacional pela luta contra a soja transgênica e utilização de agrotóxicos.

Por fim, merecem ainda ser desatacas na Argentina as iniciativas e as organizações em torno das feiras-francas. Segundo uma pesquisa realizada pelo CIPAF (Centro de Investigación y Desarrollo y Tecnológico para la Pequeña Agricultura Familiar) publicada em 2010, existem 144 feiras francas atualmente na Argentina, 94 delas estão na região NEA, com destaque para a província de Misiones.

Como importante conquista por suas mobilizações, nas últimas décadas a participação das mulheres também se ampliou dentro das políticas públicas voltadas a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil e o Pro-Huerta na Argentina.

Mas historicamente, a restrição do espaço político às mulheres e seus temas no interior de outros movimentos sociais é um dos principais motivos explicitados para a formação de grupos exclusivos de mulheres também no meio rural. O trabalho de Esmeraldo (2010) com as mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) descreveu como a formação de grupos de mulheres dentro de movimentos camponeses foi impulsionada inicialmente pela relação de poder desigual e pela falta de representatividade dentro do movimento. Encontra-se motivação bastante semelhante em outros trabalhos como movimentos de mulheres rurais, como os de Maria Ignez Paulilo (2016) que dedicou mais de quatro décadas aos estudos sobre essa temática. Segundo ela, os movimentos de trabalhadores “colocavam a luta de classe em primeiro lugar e tinham um modelo de participação machista” (PAULILO, 2016, p. 200).

Por isso as mulheres teriam iniciado grupos exclusivos para terem apoio e liberdade para construir um discurso político que problematizasse a luta da classe trabalhadora, considerando o gênero e as lutas das mulheres. A decisão de formar movimentos de mulheres foi motivo de críticas recorrentes por parte de sindicalistas e de movimentos sociais. As críticas geralmente giravam em torno de considerar este comportamento sectário e contraditório com o princípio de igualdade entre homens e mulheres e também como um fator de enfraquecimento da luta da classe trabalhadora.

No entanto, os trabalhos em campo e as leituras realizadas para esta pesquisa apontam que a formação de grupos autônomos de mulheres não tem gerado sectarismo. Pelo contrário, a ação dos movimentos de mulheres e a inserção de abordagens que agregaram as demandas políticas e promovendo uma maior interseção entre os diversos movimentos sociais, têm ajudado na constituição de uma visão mais abrangente, solidária e politicamente radical dentro do contexto mais amplo das lutas camponesas.

As integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC/Brasil) entrevistadas e também as mulheres de movimentos camponeses argentinos falaram sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro dos movimentos mistos. Uma das integrantes do MMC de Santa Catarina entrevistadas relatou que quando iniciaram as reuniões com grupos apenas de mulheres era comum em alguns momentos uma “choradeira”. Segundo ela, as companheiras compartilhavam as dificuldades vivenciadas em suas trajetórias de vida no grupo e se emocionavam e ainda, que momentos como este seriam impensáveis nos grupos mistos. Por isso para ela estava claro que:

Para mulheres, além da luta capitalista e contra esse modelo de exclusão também tem a luta contra o patriarcado (...). Nesse sentido houve a necessidade de criar espaços para as mulheres colocarem suas dificuldades (...). Por isso a gente trabalha no sentido de libertação das mulheres e de construir essas novas relações entre homens e mulheres (Entrevista com integrante do MMC, realizada em julho de 2011).

Segundo a Siliprandi (2009, 2011), a primeira década dos anos 2000 foi o período em que agricultoras brasileiras apareceram publicamente como produtoras rurais e reivindicam com mais ênfase ser atendidas pelas políticas públicas produtivas. No final de 2000 essas movimentações também incorporam o tema “anti-transgênicos”, assim como ações de resistência e alternativas como as Oficinas de Sementes Crioulas.

Atualmente, a influência do feminismo vem crescendo dentro dos movimentos camponeses. Em abril de 2013 foi criada a primeira Escola

Feminista dentro do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), presente em 15 estados brasileiros; e em 2000 foi criado o Setor de Gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Em estudos anteriores, autoras como Paulilo (2010) e Siliprandi (2011 e 2015) situaram a preocupação ambiental como um componente importante dos movimentos de mulheres rurais no Brasil. Paulilo e Siliprandi já identificavam em seus textos da primeira década de 2000 a preocupação dos movimentos de mulheres rurais e camponesas com a alimentação saudável, soberania alimentar e a agroecologia e sua proximidade com as temáticas do Ecofeminismo (PAULILO, 2010, p. 28). Dentre as ações promovidas por esses movimentos de mulheres, aquelas voltadas à conservação e cultivo de sementes crioulas (variedades tradicionais, utilizadas e melhoradas pelos camponeses) foram fundamentais para construção da resistência das mulheres camponesas e para preservação das sementes crioulas.

A origem de vários coletivos relatada durante a pesquisa na Argentina revela um impulso inicial para a mobilização das mulheres que tem como origem os impactos negativos - para elas próprias, suas comunidades ou famílias. Um impulso que parte de seus corpos e territórios que foram afetados diretamente pela contaminação, precarização das condições de produção e trabalho, perda da autonomia das famílias, situações de violência de gênero e conflitos territoriais e ambientais. Esta situação inicial de “vítimas”, no entanto, se transforma em um sentimento de negação, de não aceitação e luta, em força para ação e protagonismo. Um dos mais importantes movimentos argentinos de contraposição aos transgênicos, Madres de Ituzaingó (Córdoba/Argentina), por exemplo, surgiu justamente como uma reação das mães do bairro de Ituzaingó a contaminação por agrotóxicos, ou seja, motivadas por serem vítimas da contaminação e de suas consequências diretas para saúde, principalmente, de crianças e mulheres (transtornos respiratórios, leucemia, má formação fetal e aumento no número de abortos). Portanto, as ações que atingiram diretamente as moradoras do bairro acabaram também conduzindo a criação do movimento.

A SEMENTE COMO METÁFORA DAS (RE) EXISTÊNCIAS

Uma das principais ações dos movimentos de mulheres camponesas em todo mundo têm sido a defesa das sementes camponesas. A semente é um símbolo da resistência da luta por inúmeros motivos, materiais e simbólicos, que a tornaram uma metáfora da luta destas mulheres contra as sementes transgênicas. A semente também está no centro da obra de Vandana Shiva que desenvolveu uma proposta de uma transformação profunda na relação com as sementes e natureza. Esta transformação deveria nutrir-se de concepções de “continuidade ontológica sociedade-natureza”, como as que estiveram presentes em algumas civilizações antigas e que têm subsistido em diversas culturas, bastante distintas das dicotômicas e fragmentas associadas à ciência, ao masculino, e a concepções de dominação/violação da natureza e do associado ao feminino. A violência na relação com a natureza teria então uma relação profunda, e por vezes oculta, com a violência contra as mulheres, principalmente as que vivem nos países mais pobres (SHIVA, 1995, p. 81).

Fox Keller, bióloga e estudiosa do campo ESCT, também abordou a construção da metáfora do gene e sua influência dentro da visão moderna sobre a vida. Keller estudou como na biologia e as explicações baseadas na embriologia e em noções de desenvolvimento mais integrais perderam espaço para as explicações genéticas, o que ela chamou de discurso “ação-gene”, um discurso de “onipotência atribuída ao gene” e ao material genético masculino nas explicações científicas sobre a reprodução (KELLER, 2006, p. 20). Outros autores, inclusive de disciplinas como biologia molecular e comparada, também apontam com a “visão da biologia moderna” traria consigo “compromissos anteriores” relativos a uma determinada noção sobre o desenvolvimento dos seres vivos e como são constituídos. Uma noção na qual o ambiente é apenas um cenário e os genes e organelas celulares são os únicos responsáveis. Uma descrita como “simplista” sobre a vida na qual “os genes no ovo fertilizado determinam o estado final do organismo” (LEWONTIN, 2002, p. 11). O símbolo da semente e sua relação com os elementos da natureza e da vida é uma parte central dos discursos destas mulheres e está presente em vários manifestos e publicações dos movimentos de mulheres camponesas.

Assim, no contexto da crítica dos movimentos e da crítica feita ao reducionismo biológico, à resistência às sementes transgênicas e a defesa das variedades nativas ou crioulas se reveste de muitos significados. A semente é um símbolo fundamental nas lutas contemporâneas: como mercadoria, ela simboliza o poder de mercado, exportações/importações (commodities); como recurso regenerativo, ela simboliza as possibilidades do fortalecimento local, da autogestão, de toda a população ser bem alimentada, da preservação da diversidade cultural e biológica, da sustentabilidade ecológica, de alternativas à uniformidade das instituições políticas (LACEY, 2000). Os conhecimentos populares e tradicionais, entre os quais estão os camponeses, são parte constitutiva da chamada ecologia de saberes, uma das cinco ecologias propostas por Santos (2009). Esta ecologia se pauta na pluralidade epistemológica e justiça cognitiva e seria necessária para reverter os processos de colonização do saber-poder. A aspiração por descolonizar o conhecimento é o cerne da proposta de epistemologias do Sul, que propõe dar visibilidade e credibilidade as práticas cognitivas de classes, povos e grupos sociais que têm sido explorados pelo colonialismo e capitalismo global (Santos, 2009).

Merece também ser destacado, que muitas das mulheres entrevistadas colocaram sua percepção de que os conhecimentos e as atividades exercidas tradicionalmente por elas e suas ancestrais têm sido desqualificadas. Por isso, muitas de suas ações se configuraram em torno de formas de resistir e agir frente a estes processos de perda dos saberes populares herdados das matriarcas. A resistência à produção e utilização de sementes¹⁸ transgênicas, portanto, está implicada com a luta em defesa da preservação das sementes camponesas como parte da cultura camponesa.

18 Para obter uma discussão mais aprofundada sobre as dimensões de conhecimento, culturais e valorativas, referentes a atuação de mulheres na defesa e conservação de sementes indicamos: Tait (2015) e Marimon e Tait (2019).

AGROECOLOGIA E ARTICULAÇÕES POLÍTICO-EPISTÊMICAS

Ainda no âmbito das práticas e concepções alternativas ao modelo de agricultura industrial e cultivos de variedades transgênicas, nas últimas décadas a agroecologia vem se consolidando como referencial teórico e modelo prático para ações coletivas de base camponesa e familiar em toda América Latina. A agroecologia é considerada tanto um campo científico quanto uma prática tecnológica e um movimento social (TOLEDO, 2016; WEZEL *et al.*, 2009; GLIESMAN, 2002). Toledo (2016, p. 43) sintetiza os pilares do conceito de agroecologia colocando que: “representa um salto epistemológico e metodológico que propicia novas maneiras de fazer ciência”; que é também uma prática e movimento social; e finalmente, que evolui inovação tecnológica e o diálogo entre conhecimento camponês e acadêmico.

Com essas características é compreensível que a agricultura familiar camponesa veja na agroecologia um modelo mais adequado de desenvolvimento rural e produção agrícola e alimentar (TAIT e BRITO, 2017). Historicamente a organização produtiva familiar dispõe de poucos recursos, tem restrições para potencializar suas forças produtivas e, como afirma Wanderley, “é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco” (WANDERLEY, 1996, p. 7). Essas características potencializam a organização social campesina em torno de uma proposta que possibilite autonomia e diversidade produtiva.

Como desenvolvido em trabalhos anteriores (TAIT, 2015; TAIT e BRITO, 2017), mesmo com os inúmeros e persistentes desafios com relação à equidade de gênero, a agroecologia tem sido um campo privilegiado para atuação das mulheres e para aplicação de abordagens de gênero e feministas. Durante as discussões realizadas na Cúpula dos Povos em 2012, as atividades e os documentos finais afirmam o feminismo, a agroecologia e a soberania alimentar como os três eixos centrais de “um novo paradigma de sustentabilidade para a vida humana”.

No final de 2013, foi criado no Chile o Instituto de Agroecologia das Mulheres do Campo (Iala) pela Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (Anamuri), que reúne cerca de 10 mil mulheres camponesas e indígenas do país. O Iala foi o primeiro instituto da América Latina destinado somente às mulheres.

Nas manifestações públicas, publicações e relatos divulgados pelos coletivos de mulheres camponesas e mulheres agroecológicas são ressaltadas: a importância feminina na produção de alimentos, na preservação de espécies, também no preparo e na conservação dos alimentos; o ambiente entendido de forma ampla, como interação entre humanos e outras espécies e componentes (ar, terra, água). As práticas agrícolas e alimentares são parte dessa amplitude. Assim como as desigualdades de gênero e as práticas sexistas são parte de padrões sociais, culturais e econômicos, que precisam ser transformados para reduzir e, finalmente, cessar a violência contra mulheres, crianças e seres mais vulneráveis.

REFLEXÕES FINAIS

A participação e o protagonismo de mulheres dentro das ações coletivas de resistência ao modelo de agricultura industrial e a formação de movimentos de mulheres têm contribuído para transformar modos de agir, as concepções e as políticas relativas à produção agroalimentar.

A crítica à dicotomia entre produção e reprodução e a ênfase colocada na “sustentabilidade da vida”, articulando a “produção-reprodução”, o “cultural-material”, são características de muitas das ações e proposições dos movimentos e coletivos de mulheres com os quais dialoguei durante esta pesquisa - e considero suas principais potências político-epistêmicas.

Vários dos aspectos trazidos dialogam, direta ou indiretamente, com conceitos e noções da Economia Feminista e do Ecofeminismo, como: “esfera reprodutiva”; “sustentabilidade da vida”; “ética, política e economia do cuidado”; temas desenvolvidos com mais profundidade em

trabalhos anteriores (TAIT, 2015; TAIT e BRITO, 2016 e TAIT e BRITO, 2017; MARIMON e TAIT, 2019).

Na Economia Feminista destaca-se a relação entre trabalho e gênero e a invisibilidade e desvalorização dos trabalhos exercidos historicamente pelas mulheres. Essas contribuições evidenciam uma divisão com base no sexo entre trabalho “produtivo” e “reprodutivo” e suas consequências: sendo o primeiro o socialmente e monetariamente valorizado; e o segundo visto como privado, “não produtivo” e “sem valor econômico”. A Economia Feminista tem contribuído também para entender o trabalho reprodutivo em termos de “sustentabilidade da vida humana”. Cristina Carrasco (2003) e Amaia Orozco (2014) abordam a interdependência existente (e intencionalmente ocultada) no sistema capitalista entre a obtenção de lucro e sustentação do próprio mercado capitalista (suas jornadas e formas de organização do trabalho e produção) pelo cuidado realizado de forma não visível e não remunerada (ou precarizada) majoritariamente por mulheres e mulheres populares e racializadas.

Em suas práticas diárias - na casa, na horta, na lavoura, nos coletivos e movimentos - elas vêm construindo resistência, mas, para além, praticam “(re) existências” de cuidado mútuo, de interdependência e ecodependência.

Na negação das sementes transgênicas e defesa das sementes crioulas elas concebem uma nova base ética e política para as relações entre os seres humanos entre estes e a natureza. Em suas práticas, construções teóricas e simbólicas, têm questionado alguns pressupostos centrais que sustentam modelos de desenvolvimento antropocêntricos, androcêntricos, ambientalmente predatórios e socialmente excludentes.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel.; PENGUE, Walter. “La soja transgênica en America Latina: una maquinaria de hambre, deforestación e devastación socioecológica”, **Revista Biodiversidad**, n.º 47 (jan), 2006.
- ÄSBERG, Cecilia.; Lykke, Nina. “Feminist technoscience studies (Editorial)”, **European Journal of Women’s Studies**, p. 299-305, 2010.
- BIAGGI, Cristina.; Canevari, Cecilia.; e Tasso Alberto. **Mujeres que trabajan la tierra: Un estudio sobre las mujeres rurales en la Argentina**, PROINDER, Buenos Aires, 2007.
- CARRASCO, Cristina. “A sustentabilidade de vida humana: um assunto de mulheres?”, em NALU, F.; NOBRE M. (Orgs.): **A produção do viver**, SOF, São Paulo, 2003.
- CASTELFRANCHI, Jurij. **As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade** (Tese de doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2008.
- DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**, Editora Unicamp, Campinas, 2008.
- DARON, Vanderleia; Collet Zenaide. **Mulheres Camponesas em defesa da saúde da vida**, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul, MDA Comunicação Integrada, Brasília, 2008.
- ESMERALDO, Gema. “As mulheres sem terra e suas práticas políticas”, Anais Congresso Alasru, 2010.
- GIARRACCA, Norma “Crisis and Agrarian Protest in Argentina: The Movimiento Mujeres Agropecuarias en Lucha”, **Latin American Perspectives**, n.º 28, p. 38-53, 2001.
- GLIESSMAN, Stephen. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**, Catie, Turrialba, 2002.
- JASANOFF, Sheila. “Biotechnology and empire: the global power of seeds and science”, **Osiris**, vol. 21, n.º 1, Chicago, p. 273-292., 2006.

KELLER, Evelyn. “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”, **Cadernos Pagu**, n.º 27, p. 13-34, 2006.

LACEY, Hugh. “As sementes e o conhecimento que elas incorporam”, **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol. 14, n.º 3, p. 53-58, 2000.

LATOUR, Bruno. *A ciência em ação*, Editora UNESP, São Paulo, 2000.

LEWONTIN, Richard. **A tripla hélice – gene, organismo e ambiente**, Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

MARIMON, Alessandra S.; Tait, M. M. Lima. Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu. **Otra Economía Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. 12, p. 220-237, 2019.

MASSARANI, Luiza (coord.). **Relatório final do projeto Entendendo as dimensões sociais e de políticas públicas das tecnologias transformadoras no Sul: o caso da agricultura transgênica no Brasil**, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

MASSARANI, Luiza. *et al.* “O que pensam os pequenos agricultores da Argentina sobre os cultivos geneticamente modificados?”, **Ambiente & Sociedade**, vol. 16, n.º 3 (set), São Paulo, 2013.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**, Vozes, Rio de Janeiro, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia**, El Colegio de México, México, 2002.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes. Collective action in the information age**, Cambridge University Press, Cambridge/Nova Iorque, 2003.

OROZCO, Amaia. **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**, Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.

PAULILO, Maria Inez. “Movimientos de mujeres agricultoras y empoderamiento em Brasil”, **Perspectiva de gênero y desarrollo rural**,

Edición Asociación País Románico, Madrid, 2011.

PAULILO, Maria Inez. **Mulheres Rurais: Quatro décadas de diálogo**, Editora UFSC, Florianópolis, 2016.

PELLEGRINI, Pablo. A. **Transgénicos - ciencia, agricultura y controversias en la Argentina**, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2013.

PENGUE, Walter. **Agricultura industrial y transnacionalización en América Latina. ¿La transgenesis de un Continente?**, PNUMA, México, 2005.

PIGNATI, Wanderlei *et al.* “Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde”, **Ciênc. saúde coletiva**, vol. 22, n.º 10 (Oct), Rio de Janeiro, p. 3281-3293, 2017.

RAMILO, Diego. (coord.). **Atlas: población y agricultura familiar región NEA**, Ediciones INTA, Buenos Aires, 2011.

SANTOS, Boaventura S. **A Gramática do Tempo**, 1ª Ed., Cortez, São Paulo, 2006.

SANTOS, Boaventura S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**, Boitempo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Boaventura S. **Una epistemología del Sur**, Clacso, México, 2009.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida**, Horas y Horas Editorial, Madrid, 1995.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar** (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, 291 f.), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma. “Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar”, **Revista Pensamento Latino-americano**, n.º 9, p. 15-38, 2011.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o**

campo, as florestas e as pessoas, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Maria Claudia Ferreira da. **Marcha das margaridas**. Aeroplano, Rio de Janeiro, 2014.

TAIT, Márcia Lima. **Tecnociência e Cientista - cientificismo e controvérsias na política de biossegurança brasileira**, Editora Annablume, São Paulo, 2011.

TAIT, Marcia Maria Lima. **Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina**. 2014. 135 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

TAIT, Márcia Lima. **Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos**, Librum Editora, Campinas, 2015.

TAIT, Márcia Lima e Brito, Vanessa Jesus. Outras economias e propostas de ética ambiental: diálogo entre feminismos e ações coletivas de mulheres rurais. Em L. Ferreira da Silva. (Org.), **Ciência e Tecnologia**, Paco Editorial, 2016.

TAIT, Márcia Lima; Brito, Vanessa Jesus. “Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia”, **SCIENTIAE STUDIA**, vol. 15, p. 73. São Paulo, 2017.

TOLEDO, Victor. M. “A agroecologia é uma revolução epistemológica”, **Revista Agriculturas**, vol. 13, n.º 1, p. 42-5, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazaret. **Uma saber necessário: Os Estudos Rurais no Brasil**, Editora da Unicamp, Campinas, 2011.

WEZEL, Alexander *et al.* “Agroecology as a science, a movement and a practice: a review”, **Agronomy for Sustainable Development**, vol. 29, n.º 4, p. 503-15, 2009.

CAPITULO 6

PRÁTICAS ECONÔMICAS E CULTURAIS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS: INTERAÇÕES ENTRE CULTURA E AMBIENTE¹⁹

Maristela Oliveira de Andrade

Para compreender as interações entre cultura e ambiente através das práticas sociais de populações tradicionais, este estudo definiu alguns eixos teóricos para interpretar múltiplas realidades comunitárias, vivendo transformações em suas práticas de apropriação da natureza. Da antropologia ecológica, retemos a abordagem da cultura como processo construído por diferentes setores e classes sociais, através de “práticas e concepções referentes ao meio natural” (FOLADORI p.334 2004); da teoria das práticas de Bourdieu (2002) a concepção de um sistema de relações em campos de ação com um sentido coletivo; e da antropologia simétrica (LATOUR 2007) a concepção mesclada de cultura/ natureza, onde entram em interação humanos e não humanos, política e natureza; e por último a noção de sociedades sustentáveis de Diegues (2002). Com base nesta combinação teórica, marcamos as premissas do nosso percurso analítico.

Nossa escolha pela abordagem das práticas sociais teve por propósito desconstruir a ideia de totalidade, esboçada em Bourdieu (2002), apesar de sua escolha teórica não ter rompido com a visão estruturada e totalizante do mundo social. Por outro lado, o uso da noção de redes de Latour, como contraponto às estruturas sociais, reflete a ideia de que elas não se reduzem as relações sociais, mas envolve as relações com as

¹⁹ Este texto é fruto do relatório da pesquisa intitulada “Práticas sociais e formas de apropriação da natureza por populações tradicionais e a dimensão da sustentabilidade socioambiental” concluída em 2020.

coisas que adquirem vida. Contudo, esta abordagem implica na desvalorização do território (LATOURET 2007), dificultando a compreensão das práticas de populações tradicionais que mantêm relações estreitas com seus respectivos territórios e ecossistemas. Para Bourdieu (2011) as práticas ocorrem em campos de ação que produzem suas próprias formas de interesse, assim como de desinteresse. No campo estudado, as práticas de interesse econômico de exploração dos recursos que ameaçam a vida na terra, são confrontadas com práticas que refletem desinteresse, voltadas para conservação da biodiversidade, com base no valor intrínseco da natureza.

Os povos indígenas e tradicionais pesquisados, embora não se enquadrem de forma estrita na categoria de povos tradicionais definidos institucional e administrativamente pelo Decreto 6040/ 2007, conforme Cunha; Almeida (2017), eles começam a se aproximar desta categoria. De fato, eles já apresentam características como o uso de práticas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, e lidam ao mesmo tempo com legislação de agências governamentais e leis locais (CUNHA; ALMEIDA 2017), uma vez que habitam na vizinhança de Unidades de Conservação ou dentro delas. Com isso, eles começam a vivenciar um “processo autoconstituente” com a assimilação de “regras de conservação” (CUNHA; ALMEIDA 2017).

Assim, este estudo teve por objetivo analisar as práticas sociais vinculadas às formas de apropriação da natureza por populações tradicionais em seus respectivos ambientes, como possíveis geradoras de sustentabilidade socioambiental. Quanto aos objetivos específicos, realizar um levantamento das práticas sociais ligadas à dimensão material, associadas à exploração ou a conservação de recursos naturais, bem como as práticas sociais ligadas à dimensão cultural e simbólica, envolvendo as práticas corporais que expressam relações afetivas e a visão de sacralidade da natureza.

A metodologia visou realizar um estudo comparado das práticas sociais pesquisadas nos subprojetos integrantes de um projeto guarda-chuva vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente – GIPCSA. A perspectiva comparativa se fundamenta

na antropologia ecológica, que recuperou e renovou a comparação com o propósito de identificar e partilhar padrões ou tipos de práticas através de múltiplas experiências etnográficas (FOLADORI 2004). Para uma aproximação das diversas experiências baseadas em estudos etnográficos foi feito um mapeamento das práticas, classificadas em dois tipos (econômicas e culturais), praticadas por três grupos populacionais (indígenas, afrodescendentes e populações tradicionais) e seus respectivos territórios e ecossistemas com os quais interagem. Os tipos de uso dos recursos naturais se distribuem em um campo de relações com atores externos que executam políticas ou exercem controles e pressões sobre a comunidade; o uso de critérios comuns para cruzar as diferentes experiências das comunidades permitiu revelar suas interações com o lugar e seu ecossistema sob a ótica da sustentabilidade.

RESULTADOS

Começamos por apresentar a abrangência dos lugares das pesquisas dos subprojetos integrantes, que se expandiram para o âmbito internacional, graças à participação de uma mestranda colombiana e uma doutoranda em regime de cotutela com uma universidade francesa, assim como um mestrando com uma curta estadia de pesquisa na Espanha. As comunidades pesquisadas ocupam territórios diversos: no Sudeste espanhol, no Pacífico norte colombiano e no Sul da França, até comunidades dentro e fora da Paraíba como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Quadro 1. Lista dos subprojetos dos integrantes do GIPCSA/ nível de formação e período de realização da pesquisa

INTEGRANTE/ NÍVEL DE FORMAÇÃO	SUBPROJETOS	PERÍODO PESQUISA
Jeandelyne Sampaio (mestrado Prodemá)	A carcinicultura familiar na aldeia Indígena de Tramataia, Marcação-Paraíba: em busca da sustentabilidade	2013-2015
Fábio Lucio Guedes (mestrado PPGA)	Dietética natural: mulheres, ecologismo e espiritualidade na cozinha da Nova Era	2013-2015
Eddla Karina G. Pereira (doutorado Prodemá)	Tecendo redes a partir da aliança entre a economia solidária, o feminismo e a agroecologia: uma experiência de desenvolvimento alternativo no semiárido potiguar	2014-2016
Patricia Morais (doutorado Prodemá)	Associação Mãos que se ajudam: desenvolvimento local sustentável e empoderamento de mulheres no município de Lucena-PB	2014-2018
Laura Lozada Ordonez (mestrado Prodemá)	Serviços ecossistêmicos e interações com uma comunidade afrodescendente no Pacífico Colombiano: dos riscos à proteção da biodiversidade	2015-2017
Ivys Medeiros da Costa (doutorado Prodemá)	A gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos Potiguara na Paraíba.	2015-2019
Sonia Maria Bittencourt de Sá (mestrado PPGA)	O arco e a flecha como construtores do mundo: a prática tradicional do Kyudo e do Potiguara na Paraíba	2016-2018

Fabiana Bezerra Marinho (doutorado Prodemá)	Ostreicultores e ostreicultura: a sustentabilidade social e ambiental de sistemas produtivos nas zonas costeiras da Paraíba e Santa Catarina.	2016-2019
Juana O.Santos (doutorado cotutela Prodemá/IHEAL-U Paris 3)	La matérialisation des relations entre nature et culture dans les fêtes de l'oursinade de la baie de Suape (PE-Brasil) et de Carry-le-Rouet (Bouches-du-Rhone-França)	2016-2020

Fonte: Pesquisa 2020

Apesar da diversidade temática dos nove subprojetos, eles obedeceram ao critério de classificação de grupos étnicos e populações tradicionais. Entre os grupos étnicos pesquisados estão os indígenas Potiguara e os afro-colombianos de Nuqui; entre as populações tradicionais, estão pescadores artesanais, pequenos agricultores e artesãos, dos quais três grupos de mulheres (agricultoras, artesãs e terapeutas).

MAPEANDO E CLASSIFICANDO AS PRÁTICAS SOCIAIS E CULTURAIS

Diante da diversidade de práticas sociais arroladas pelo conjunto de subprojetos, foi construída uma classificação no intuito de destacar algumas convergências entre elas. As práticas sociais foram divididas em dois grupos: práticas produtivas e econômicas; e práticas culturais e simbólicas. De um lado, as práticas sociais constituem atividades produtivas para reprodução material dos grupos, com destaque para a produção de alimentos (Quadro 2), e do outro, práticas culturais e simbólicas (Quadro 3) podendo ser econômicas, mas se manifestam como formas simbólicas de expressar a vida comunitária.

Quadro 2 Práticas produtivas ligadas para reprodução material das populações tradicionais

Práticas produtivas	Produtores	Ecosistema	Local
Camarão em viveiro	Indígenas Potiguara	Manguezal e apicum	TI Litoral Norte-PB
Agricultura orgânica e permacultura	Famílias de agricultores espanhóis	Semiárido	Sudeste espanhol
Extrativas e não extrativas variadas inclusive turismo	Afro-colombianos de Nuqui	Rio, mangue e floresta úmida de altitude	Pacífico colombiano
Agricultura orgânica e economia solidária	Mulheres agricultoras	Semiárido	Oeste Potiguar-RN
Extrativas e não extrativas variadas inclusive turismo	Indígenas Potiguara	Rio, mangue, terra	TI Litoral Norte-PB
Ostras para engorda em estruturas de madeira ou tipo travesseiro	Indígenas Potiguara/ pescadores artesanais Florianópolis/SC	Estuário/ mar	TI Litoral Norte-PB Litoral Florianópolis-SC

Fonte: Pesquisa 2020

Partindo da relação entre a cultura e as formas de apropriação da natureza surgiu uma subclassificação para distinguir práticas tradicionais e não tradicionais. As práticas do primeiro grupo são atividades extrativistas, agricultura familiar convencional e artesanato; as do segundo grupo seriam fruto de inovações tecnológicas simples inseridas de fora, como plantio de cana de açúcar, aquicultura para criação de camarão e ostras, a agricultura com uso de práticas orgânicas e de agroecologia, e

atividades do turismo. Vale destacar que esta classificação se distanciou da formulada por Cunha e Almeida (2017) para definir as práticas dos povos tradicionais, tendo em vista a identificação de práticas com impactos significativos sobre o ambiente, como o plantio de cana e carcinicultura na Terra Indígena-TI Potiguara.

Dois subprojetos da lista (Figura 1) fizeram uso desta subclassificação em suas áreas de pesquisa: na comunidade de afrodescendentes de Nuqui no Pacífico colombiano (LOZADA; CRUZ; ANDRADE 2018), e na TI Potiguara no litoral da Paraíba (COSTA 2019). Embora com metodologias distintas, detectaram convergências nas práticas produtivas tradicionais, como pesca artesanal, agricultura e artesanato, e não tradicionais como o ecoturismo. Foram identificadas restrições legais de uso dos recursos naturais pela comunidade dos Potiguara, para os cultivos de cana-de-açúcar e de camarão, considerando a situação de sobreposição de TI com Unidade de Conservação-UC na Paraíba (COSTA 2019). Na Colômbia, os povos pesquisados estão sujeitos a restrições de uso por viverem no entorno do Parque Nacional Natural de Utria, Ensenada de Tribugá, Coqui e Cabo Correntes (LOZADA 2017). Esta relação das comunidades com as UCs tem gerado conflitos socioambientais frente as agências ambientais decorrentes de eventuais riscos a conservação da biodiversidade. O ecoturismo representa uma renda adicional, sendo estimulado pelas agências ambientais por representar baixo risco ambiental. Os afro-colombianos conseguiram constituir uma organização própria de ecoturismo e contam com a presença significativa de turistas estrangeiros (LOZADA; CRUZ; ANDRADE 2018); os Potiguara estão integrados ao ecoturismo gerido pelo ICMbio, com visitação em escala bem menor (COSTA 2019). Para ambas as comunidades, a renda com o ecoturismo é insuficiente e sazonal, de modo que necessitam combinar o turismo com outras atividades para garantir uma vida digna.

Dois outros subprojetos investigaram práticas produtivas não tradicionais, com a introdução de inovações para o cultivo de camarão e outras em aldeias Potiguara (SAMPAIO; ANDRADE 2018; MARINHO 2019) e em grupos de pescadores artesanais de Santa Catarina. A introdução destas inovações foi motivada por influência externa do mercado globalizado e o interesse dos pescadores, devido à redução no pescado e por

ocuparem áreas propícias aos cultivos. Com estas práticas os produtores tiveram aumento de renda, alguns já se dedicam exclusivamente a esta atividade, inserindo os filhos por acreditar no futuro da atividade. Problemas relacionados à falta de domínio da técnica entre os produtores indígenas, especialmente de controle das doenças dos camarões, resultou em grandes perdas (SAMPAIO; ANDRADE 2018). Os produtores de ostra de Santa Catarina receberam apoio técnico e capacitações, e por possuir muito mais tempo na atividade acumulam maior conhecimento e conseguem obter uma produção bem mais elevada com ganhos maiores (MARINHO 2019). Os produtores de ostra dos dois estados conheciam predadores naturais e doenças, porém indicaram o roubo como o maior fator de perda que afeta a produção. O estímulo à relação entre o conhecimento local e técnico pode propiciar um diálogo para um exercício democrático da construção de conhecimento (FOLADORI 2004)

Duas pesquisas se detiveram na análise de inovações em práticas de agricultura orgânica e agroecologia, sendo uma das experiências pesquisadas em unidades rurais do sudeste espanhol (GUEDES 2015) e a outra em comunidade rural no oeste potiguar-RN (PEREIRA; ANDRADE; GONÇALVES 2015). A pesquisa na Espanha foi possibilitada pelo acesso do pesquisador a uma rede mundial de produtores de agricultura orgânica que oferece estadias a quem quer conhecer e aprender este tipo de agricultura. A estadia se deu no entorno da cidade de Murcia em zona semiárida do sudeste espanhol, onde o pesquisador obteve depoimentos sobre mudanças nos *pueblos* espanhóis com o retorno dos filhos de famílias rurais com formações universitárias, que introduziram princípios da agricultura orgânica e da permacultura nestas áreas (GUEDES 2015). A pesquisa no Rio Grande do Norte envolveu um grupo de mulheres agricultoras da zona rural de Mossoró que recebeu incentivos de duas Ongs, uma feminista e uma de agroecologia, além da universidade local (UFERSA²⁰) que apoiaram a transição agroecológica. Com o apoio efetivo da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES foi implantada uma rede de comércio justo e uma cooperativa para a venda de produtos agrícolas das agricultoras, que abrange o oeste potiguar (PEREIRA, ANDRADE, GONÇALVES 2015) As duas experiências estão inseridas em redes

20 UFERSA: Universidade Federal Rural do Semiárido.

formais: a primeira através da WWOOF²¹ é uma rede educativa mundial de práticas orgânicas por proprietários de fazendas orgânicas; e a segunda a Rede Xique-Xique uma rede de comércio justo mantida e gerida por um grupo de mulheres agricultoras com assessoria da SENAES.

As redes tiveram um papel destacado nessas experiências de transição para agricultura orgânica por articular o processo educativo com novas práticas produtivas e de habitar o mundo. Esses grupos estariam se reposicionando em razão das transformações em seus modos de vida, de um lado, por estarem submetidos a pressões da globalização desenvolvendo uma etnicidade ecológica (PARAJULI 1998). Etnicidade construída a partir da assimilação de valores da conservação ambiental por grupos que dependem dos serviços ecossistêmicos para existirem, fortalecendo suas lutas identitárias e por terra frente a globalização.

As mudanças nas práticas produtivas nas diferentes realidades pesquisadas geraram mudanças culturais nas relações dos produtores/praticantes em seus respectivos campos de ação, como ganhos de capital social e simbólico (BOURDIEU 2011). Foram observadas mudanças provocadas por processos de globalização, abrindo um circuito formado pelas chamadas “drogas-alimento” conforme Sahlins (1998) nos casos estudados (açúcar, camarão e ostra), assim denominadas por aliviar os sofrimentos de setores populares. Contudo, para os indígenas pesquisados, esses produtos são menos para o consumo próprio do que mercadoria para o acesso a outros bens como educação e saúde privada (SAMPALIO; ANDRADE 2018). É possível utilizar a noção de rede para abordar todas estas experiências como narrativas discursivas (LATOURET 2007), de modo a expressar conexões unindo animais, plantas, artefatos e técnicas a produtores, agências ambientais, educacionais e ongs, leis sociais e naturais para formar a dinâmica da vida que une humanos a coisas e política a natureza.

21 Sobre a rede WWOOF, ver <https://wwoofinternational.org/>

PRÁTICAS CULTURAIS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Quanto às práticas culturais e simbólicas, os subprojetos revelaram uma diversidade de situações, requerendo uma segmentação maior, a partir de uma classificação das práticas corporais (MAUSS 1974), de cura e lúdicas; Ver o quadro 3 com a diversidade de práticas culturais, com as respectivas relações com os ecossistemas.

Quadro 3 Práticas culturais, corporais e rituais, relação com os ecossistemas

Práticas culturais e rituais	Praticantes	Ecossistema	Local
Terapias holísticas e cozinha natural/horta medicinal	Mulheres terapeutas	Ecossistema urbano	Bairro periferia João Pessoa-PB
Cocadas artesanais	Mulheres de pescadores/ artesãs	Zona de praia	Litoral Norte-PB
Construção de arco e flecha/ manejo de arco e flecha	Artesãos Indígenas Potiguara/	Fragmentos de mata Atlântica e vegetação exógena	TI Litoral Norte
Festa da Ouriçada	Pescadores artesanais/ Comensais franceses	Ilha/ recifes Pequena cidade litorânea	Praia Suape-PE Praia Côte d'Azur França

Fonte: Pesquisa 2020

Se no grupo das práticas produtivas a maioria estava voltada para produção de alimentos, no grupo das práticas culturais foram encontrados ritos ligados a comensalidade ou a mudança nas dietas alimentares. A festa do ouriço em sua versão francesa (SANTOS 2016) revelou a importância da comensalidade nos rituais de festa, e no grupo de mulheres terapeutas e praticantes da cozinha natural, a culinária cotidiana de alimentos saudáveis na busca da saúde. Nos encontros para os aprendizados das práticas terapêuticas as mulheres praticam uma cozinha sau-

dável e a comensalidade em uma grande mesa no centro de terapias holísticas (GUEDES; ANDRADE 2016).

As práticas ou técnicas corporais, conforme Mauss (1974) envolvem o uso do corpo em relação aos cuidados com a higiene e as práticas de consumo alimentar. No caso pesquisado o consumo de alimentos naturais (não processados) para cura de enfermidades diversas. Já a produção artesanal e o manejo de um artefato exigem várias operações e conhecimentos, conforme Leroi-Gouhan (1973). Práticas tradicionais como a confecção do arco e flecha indígena envolvem um conhecimento tradicional com transmissão intergeracional, quanto ao processo produtivo e sobretudo dos tipos das madeiras coletadas em reservas de mata de suas terras, e suas propriedades para obter a maior eficiência para lançar flechas e para o acabamento estético do produto, em que foi percebida uma relação afetiva e de respeito com a natureza (SÁ; ANDRADE 2017).

Já as terapias holísticas foram introduzidas de fora a um grupo de mulheres de um bairro da periferia de João Pessoa, que geraram mudanças dos hábitos alimentares, como a evitação do consumo de carne, para a cura de doenças, entendida também como resposta à crise ambiental (GUEDES; ANDRADE 2016).

Outro subprojeto investigou atividades artesanais de produção de cocada por mulheres, que poderia ser incorporada às práticas produtivas, tendo em vista que a pesquisa revelou que o interesse das mulheres era voltado para renda. Contudo, elas conquistaram a emancipação financeira como um poder simbólico (BOURDIEU 2011; AZEVEDO 2018). A pesquisa buscou avaliar o empoderamento das mulheres através do aumento da renda familiar, da autoafirmação perante a família e da capacidade de autogestão do seu empreendimento (AZEVEDO; ANDRADE 2018). Em contraste, a produção artesanal do arco e flecha é realizada apenas por homens, embora seja um artefato vendido para turistas, possui um forte significado simbólico e identitário para os indígenas, conforme depoimentos colhidos (SÁ; ANDRADE 2018). As duas práticas têm cunho tradicional por se basearem na transmissão intergeracional, e se manterem fiéis ao modelo original, apesar de terem adquirido algumas inovações. As cocadas ao obedecerem a critérios sanitários e receberem

um novo formato, enquanto o arco e flecha sofreu poucas mudanças no processo produtivo com uso de máquinas simples, tendo mudado sobretudo nos usos entre os indígenas. Mudanças no uso do arco e flecha surgiram com sua inserção nas práticas esportivas dos jogos indígenas, e nas manifestações e lutas políticas, como elemento simbólico e marcadores da identidade indígena (SÁ; ANDRADE 2017).

As festas da Ouriçada que acontecem anualmente em duas diferentes praias do Brasil e da França, em Suape, dentro da área do porto industrial de Suape em Pernambuco e em Carry-le-Rouet uma praia na costa azul francesa próxima ao porto de Marseille. A festa pernambucana ocorre todos os anos no dia 13 de dezembro (dia de Santa Luzia e do marinheiro) organizada por pescadores artesanais que foram removidos da praia para dar lugar ao porto (ANDRADE; SANTOS 2013). O ritual se processa com a coleta de ouriços do mar na linha de recifes da praia, e a festa é realizada na ilha de Tatuoca, para onde os participantes se deslocam de barco para a prática da comensalidade da ouriçada ao ar livre em barracas improvisadas. A festa francesa acontece na pequena cidade de Carry-le-Rouet, organizada pela prefeitura municipal e ocorre anualmente todos os domingos do mês de fevereiro, e se caracteriza como uma festa do mar para comemorar o ouriço e os demais frutos do mar, sendo voltada para comensalidade e a gastronomia francesa (SANTOS 2016).

Percebe-se no conjunto das práticas culturais, um propósito voltado para o fortalecimento das identidades dos grupos pesquisados, seja para os que estariam ameaçados de perda da identidade como os pescadores artesanais da festa da ouriçada, ou para os Potiguara diante das ameaças de perda de suas terras. Já para as cocadeiras, a cocada reafirma seus vínculos com uma memória do saber culinário e da vida de praia. Os rituais atuam como estratégias de reforço das identidades ao dar visibilidade aos grupos, seja nos jogos indígenas, ou de forma sazonal entre os pescadores de Suape e os comensais franceses do mediterrâneo, em que o ouriço é o elo de ligação com o mar, os pescadores e os comensais.

AS TROCAS/EXPLORAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Por fim, resta tratar das práticas de apropriação da natureza pelas populações tradicionais no sistema cultura/natureza em relação a sustentabilidade. O debate teórico em direção a uma superação das fronteiras entre este par dicotômico requer um diálogo com a antropologia simétrica de Latour (2007). Este debate teórico submetido a contextos empíricos, como a produção de camarão em viveiro e a festa da ouriçada, permitiu um diálogo interessante entre teoria e prática, em que se percebeu a perda da visão mesclada cultura/natureza pelas populações locais, com a introdução da prática de cultivo de camarão, em prejuízo da perda da cosmologia presa/predador (ANDRADE; SAMPAIO 2016).

As práticas produtivas e culturais arroladas nos subprojetos permitem avaliar a proximidade e o afastamento das relações de troca ou de exploração dos ecossistemas, para considerar onde é possível um ganho mútuo, capaz de gerar sustentabilidade, e onde as práticas geram danos à natureza, sendo mantidas por atender as necessidades de manutenção física das populações envolvidas. Estas relações de dependência das populações tradicionais com os ecossistemas, concebidas como comunidades etno-ecológicas, vêm sofrendo as pressões do capitalismo globalizado (PARAJULI 1998).

Assim, das relações de troca entre cultura e natureza surgiu o interesse de alguns subprojetos de avaliar estas relações sob a perspectiva da sustentabilidade. Do conjunto dos subprojetos apenas um fez uso de metodologia para medir a sustentabilidade dos cultivos de ostra comparando os cultivos da Paraíba e de Santa Catarina (MARINHO 2019). Os dados revelaram que os cultivos menos produtivos da Paraíba tiveram resultados mais baixos para sustentabilidade social, apesar de um pouco melhor para sustentabilidade ambiental, devido ao uso da ostra nativa. Porém a dependência da extração crescente de ostras jovens para engorda, ameaça a conservação da espécie e reduz a sustentabilidade ambiental. Mas, o caráter familiar e de pequena escala das organizações produtivas nos dois estados, reduz o impacto ambiental na avaliação da sustentabilidade

social e ambiental destas práticas. Já a sustentabilidade social atingiu níveis médio e baixo na Paraíba pela ausência de associações e baixo poder de negociação perante o governo para melhoria das condições de saneamento das áreas dos cultivos (MARINHO 2019).

A ideia de sustentabilidade para Diegues (2003) não está associada ao desenvolvimento sustentável por se constituir uma formulação de tecnocratas e políticos, mas à “sustentabilidade dos modos de vida” associada à noção de população ou sociedade sustentável (CHAMBERS APUD DIEGUES p.5 2003). Para Sachs o conceito de sustentabilidade comporta uma dimensão social que tem como pilar de sustentação a equidade com justiça social, em que defende a ideia de boa sociedade (SACHS 2008). Esta ideia sugere a criação de cenários em contextos familiares, comunitários e de redes produtivas menos dependentes do sistema global capitalista (SACHS 2008).

A busca da equidade e da justiça social se mostrou mais presente nas experiências em que as comunidades conseguiram o acesso às políticas públicas de maneira mais duradoura, como na produção de mulheres agricultoras que adotaram princípios da agroecologia em seus cultivos e incentivos da economia solidária na criação de uma cooperativa baseada no comércio justo. A outra experiência que teve êxito no acesso a políticas públicas foi a das cocadeiras artesãs, cuja associação conseguiu uma sede própria e uma cozinha dentro dos padrões exigidos pela certificação sanitária para produção das cocadas.

Os carcinicultores tiveram incentivo financeiro de agência governamental para iniciar com os viveiros, já os ostreicultores foram estimulados por um comprador externo e com recursos públicos conseguiram uma unidade de beneficiamento (em situação de abandono durante a pesquisa), graças à parceria com uma associação de marisqueiras (MARINHO 2019). Sem o devido acompanhamento técnico e financeiro, os produtores tem tido dificuldade de tornar suas atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental e social. A ação de agências de desenvolvimento pode contribuir para melhorar a sustentabilidade social e ambiental, porém a falta de continuidade nas ações impede que os resultados dos investimentos revertam em melhorias efetivas nas condições de vida dos pequenos produtores.

Quanto ao papel das tecnologias simples para a busca da sustentabilidade, as pesquisas empíricas revelaram que a introdução da agroecologia trouxe benefícios socioambientais inegáveis ao mudar sistemas tradicionais de agricultura. Outras inovações geraram impactos ambientais negativos como a carcinicultura e a ostreicultura, cada uma causando danos distintos pela especificidade de cada uma. As técnicas de carcinicultura introduzidas nas terras Potiguara provocam impactos nas áreas de despejo dos efluentes afetando espécies do estuário como o caranguejo (SAMPAIO 2018). Já as ostras cultivadas são nativas do mangue e extraídas em fase jovem para crescer em estruturas de madeira do mangue meio submersas em seu próprio habitat. Esta prática produtiva se mostra sustentável por não ser contaminante em relação à água, porém, a qualidade da água do cultivo se encontra sujeita a contaminação por despejos de esgotos domésticos, prejudicando a qualidade sanitária das ostras (MARINHO 2019). Ambas as atividades provocam desmatamento do manguezal, especialmente nas áreas dos tanques de camarão, e nos cultivos de ostra para uso nas estruturas de engorda. Porém, os carcinicultores por danos maiores são alvo de auto de infração por agências ambientais. Instalações de infraestrutura sanitária viriam melhorar a qualidade da água do estuário em benefício não só da população humana, quanto da vida do rio e das espécies que nele vivem.

As experiências demonstraram que as organizações produtivas familiares por produzirem em escala reduzida não implicam em menor dano ao ambiente, já que apresentaram maior dificuldade de aceitarem as inovações que tornariam os processos produtivos mais eficientes e ambientalmente mais sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após cinco anos de acompanhamento dos nove subprojetos de pesquisa sobre as práticas sociais de apropriação da natureza por populações tradicionais, procuramos reunir algumas lições a partir da combinação dos resultados apresentados, com base nos pressupostos da antropologia ecológica de Foladori (2002), teoria das práticas de Bourdieu (2002), da antropologia simétrica de Latour (2007), das dimensões da sustentabilidade de Sachs (1993) e Foladori (2002) e da sociedade sustentável de Diegues (2003).

Os campos de ação identificados pelas práticas sociais dos grupos pesquisados revelaram que as práticas produtivas, além de gerar aumento de renda para os envolvidos, gerou aumento do capital social através da vivência e interações com diferentes tipos de organizações produtivas. As comunidades ou grupos de produtores que não lograram construir organizações associativas, ou de integrar o conhecimento local a um diálogo democrático de saberes (Foladori 2004), não conquistaram as melhorias que são dever do Estado, devido ao baixo capital social. Nas comunidades em que houve uma articulação a redes formais ou informais foi constatada uma tendência a melhorar o regime das trocas ecossistêmicas, em que algumas comunidades estudadas se revelaram mais preparadas para se constituírem como sociedades sustentáveis (DIÉGUES 2003). Já as práticas culturais e simbólicas fortaleceram as identidades de alguns grupos, como os pescadores de Suape que mesmo vivenciando a remoção dos seus territórios reforçaram sua identidade através da festa; os indígenas vivenciando mudanças no uso do arco e flecha em eventos esportivos e políticos como marcador de identidade, aumentam seu capital simbólico nas lutas por suas terras. Quanto aos grupos de mulheres cocadeiras e terapeutas holísticas angariaram capital simbólico através do empoderamento perante suas famílias.

Para a análise das interações entre cultura e ambiente das populações tradicionais, partimos da proposição de Latour (2002), de superação da relação dicotômica natureza x cultura para a ideia de que só existe natureza/cultura, onde prevalece uma mistura de coisas e pessoas. As relações entre produtores e espécies animais, como camarões, peixes, ostras e ouriços, ou ainda plantas como hortaliças e raízes, e artefatos como o arco e flecha, cocadas e técnicas produtivas, encontradas nes-

tas pesquisas, são compreendidas a partir da noção de rede. Partindo da antropologia simétrica de Latour (2007) que se baseia no princípio da simetria generalizada, que retira o peso das explicações de instâncias purificadas como a sociedade ou a natureza, para destacar o papel dos quase-objetos que “se convertem no terreno de todos os estudos empíricos efetuados sobre as redes” (LATOURE 2007 p. 143).

Com a rede, percebemos o caráter mutante dos processos culturais/naturais, e das mediações que atravessam as organizações sociais de populações tradicionais em constituição, com diferentes agências que regulam ou estimulam novas interações com territórios e ecossistemas, mediadas pela técnica e o diálogo de saberes.

REFERENCIAS

ANDRADE, Maristela; SAMPAIO, Jeandelynne. Cultura e Natureza no pensamento antropológico: do debate epistemológico à pesquisa com uma população local. **Gaia Scientia**, v.10, 1, p.160-167, 2016.

AZEVEDO, Patrícia M.; ANDRADE, Maristela O.: Empreendedorismo de mulheres artesãs: caminhos entre o capital social e a auto-gestão. **Política & Trabalho**. V.47, p173-189, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Celta Editora: Oeiras, 2002.

_____, **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11ªed. Campinas-SP: Papirus. 2011.

COSTA, Ivys Medeiros. A gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos Potiguara na Paraíba. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Cunha, Manuela C. **Cultura com aspas**. São Paulo: UBU, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedades e Comunidades Sustentáveis, Nupaub-USP, 2003**

FOLADORI, Guillermo; Taks, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental *MANA* 10(2):323-348, 2004

GUEDES, Fábio L. Dietética natural: mulheres, ecologismo e espiritualidade na cozinha da Nova Era. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPB, 2015.

GUEDES, Fábio L.; ANDRADE, Maristela. A cozinha natural como lugar de reencantamento do corpo feminino. **Demetra**. V.11, 4, p.897-916. 2016

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru-SP: Edusc. 2004.

_____, **Nunca fuimos modernos: ensayo de antropología simétrica**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2007.

LEROI-GOUHAN, André. **Milieu et technique**. Paris: Albin Michel, 1973.

LOZADA, Laura. Serviços ecossistêmicos e interações com uma comunidade afrodescendente no Pacífico Colombiano: dos riscos à proteção da biodiversidade. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2017.

LOZADA, Laura; ANDRADE, Maristela; CRUZ, Denise. “Ecosystem services and use of Afro-descendent land in the Colombian North Pacific: transformations in the traditional production system”. **Land Use Policy**. V.73, 2018.

MARINHO, Fabiana B. Ostricultores e ostricultura: a sustentabilidade social e ambiental de sistemas produtivos nas zonas costeiras da Paraíba e Santa Catarina. Tese doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFPB 2019.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: **Sociologia e Antropologia**, v.II, São Paulo: EPU/EDUSP, 1974,

PARAJULI, Pramod. Beyond capitalized nature: ecological ethnicity as an

arena of conflict in the regime of globalization. **Ecumene**, v 5, 2, p186-217, 1998.

PEREIRA, Eddla Karina G.; ANDRADE, Maristela O.; GONÇALVES, Alícia F. Economia Solidária e a sua contribuição para o semiárido nordestino. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**. v.5, 173-201, 2015.

SÁ, Sonia Bittencourt.; ANDRADE, Maristela O. O que as flechas do Kyudo e dos Potiguara nos contam no seu trajeto entre o passado e o presente em suas cerimônias e rituais. **Áltera**. V.5 (2), p.199-229. 2017.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

SAHLINS, M. "Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do 'sistema mundial'". In **Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia**. Campinas-SP, p.47-106, 1988.

SAMPAIO, Jeandelynn A. A. y ANDRADE, Maristela O. A introdução de viveiros de camarão na Terra Indígena dos Potiguara no Litoral Norte da Paraíba: Impactos ambientais e globalização. In: SEGATA, Jean; VIEIRA, José Glebson; NEVES, Rita de Cássia; MILLER, Francisca (orgs.). **Populações tradicionais, ambientes e transformações** [recurso eletrônico]: Natal, RN: Editora UFRN. 2018.

ANDRADE, Maristela; SANTOS, Juana O. Festa da Ouriçada e devoção a Santa Luzia na praia de Suape-PE: expressão sincrética e simbólica da biodiversidade e do território de pescadores artesanais. **Horizonte**, n 30, v.11, 2013.

SANTOS, Juana O. Comensalidade e gestão de recursos naturais na festa Oursinade – Costa Azul Francesa. **Gaia Scientia**, v.10 (1) 2016.

CAPITULO 7

O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES COCADEIRAS: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA ARTESA²²

Patrícia Morais de Azevedo

INTRODUÇÃO

Na sociedade a mulher sempre foi discriminada e sempre ocupou uma posição socialmente subordinada, entretanto, o movimento feminista segundo Sardenberg (2006) tem dado ênfase ao empoderamento, no campo das relações de gênero, a fim de desconstruir essa imagem social em contextos específicos. Para isso, o empoderamento feminino passa a ter uma conotação de emancipação e de resistência (BATLIWALA 1994).

O conceito de empoderamento que embasa este trabalho permite reconhecer que o aumento de poder das mulheres na sociedade está associado à capacidade destas de adquirir autoconfiança, e não no sentido de dominação sobre os outros. Assim, a mulher desenvolve a capacidade de controlar os seus recursos e fazer suas escolhas, tornando-se dona de si (MOSER, 1991).

Um empreendimento social constitui uma organização econômica voltada para um grupo de trabalhadores que promovem a socialização dos meios de produção e a autogestão, que busca sua eficiência nos re-

²² Este capítulo é resultado da tese de doutoramento 'Associação Mãos que se ajudam: desenvolvimento local sustentável e empoderamento de mulheres no município de Lucena-PB', gerada entre 2014 e 2018.

sultados (SACHS 2009). Daí ser um espaço privilegiado para uma análise sobre o empoderamento. Por ser a autogestão uma forma autônoma de trabalho, seu processo é dinâmico, promovendo constante mudança em suas atividades e decisões estratégicas ao longo do tempo.

Este estudo foi realizado junto a um empreendimento social formado por mulheres artesãs que fundaram a Associação Mãos que se Ajudam - AMQSA no Município de Lucena/PB, com o objetivo de avaliar o processo de empoderamento de mulheres artesãs para o desenvolvimento local sustentável. Embora a proposta da AMQSA seja de um empreendimento social, que envolve a autogestão, participação, cooperação, desenvolvimento humano, responsabilidade social, entre outros fatores, foram detectados problemas em relação a autogestão.

A experiência de realizar uma pesquisa num empreendimento social em uma realidade contrastante em diversos aspectos, a começar pela diversidade de relações sociais e de poder desenvolvidas entre os sujeitos e as instituições com as quais se relacionam. Além disso, essas relações também se refletem na convivência doméstica, uma vez que as mulheres vivem num contexto familiar e social, onde há desigualdade e submissão aos maridos; no mercado de trabalho, as relações entre patrões e empregados organizam-se de forma hierárquica muito bem marcada.

Com isso, o contexto social no qual se insere a AMQSA interfere diretamente na cultura organizacional, criando vários obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma cultura associativa mais eficaz num empreendimento social. Por outro lado, o tipo de gestão do empreendimento, requer relacionamentos com diversos públicos para as vendas, em que a gestora anterior não compartilhava esse processo com as associadas, o que implicava em falta de transparência e dificuldade de acesso a documentos da área financeira.

Este artigo objetiva analisar o processo de empoderamento das mulheres artesãs, com o acompanhando da trajetória de vida de uma das artesãs que revelou ter vivenciado melhor que as demais mulheres, um empoderamento coletivo e individual, com capacidade de obter um engajamento de todas.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido junto a Associação Mãos que se Ajudam, no município de Lucena/PB. Ao se reunirem em busca de um trabalho que lhes proporcionasse renda, as mulheres que integram a referida Associação, fizeram uso de seu conhecimento para produzir a Cocada na Kenga e o Artesanato na fibra de coco. Fundada em 2003, a AMQSA está vivenciando sua terceira gestão, sendo as duas primeiras exercidas pelas fundadoras (externas à comunidade) e a atual por uma das mulheres artesãs.

Para a realização deste estudo, foi utilizada a pesquisa empírica de cunho qualitativo através de um estudo etnográfico a fim de obter uma melhor compreensão da dinâmica das relações sociais no cotidiano do grupo estudado conforme afirma Gil (2006). Participar do cotidiano de um empreendimento social, conhecer sua história, conviver com os personagens, fazer parte de sua rotina com total consentimento e aceitação de todos, permitiu identificar a artesã que teria vivenciado melhor um processo de empoderamento.

Foi utilizado como método de pesquisa a trajetória de vida (BORN 2001) para a coleta de narrativas da experiência vivida por uma das mulheres da Associação através de entrevista. Para representar o grupo de mulheres foi escolhida a que assumiu diferentes funções e vivenciou uma mudança de status ao se tornar presidenta da AMQSA. A trajetória de vida é definida como “um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente, é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida” (BORN, 2001, p. 243). Segundo Haguette (2013), o objetivo de levantar, por meio de depoimentos, informações relativas ao entendimento das mulheres artesãs sobre sua experiência de trabalho é gerar subsídios para análise do empoderamento das mulheres e do desenvolvimento local sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A desigualdade social e o aumento da pobreza são fatores que fizeram os governos repensarem as políticas públicas para o processo de desenvolvimento dos territórios, em busca da sustentabilidade (ONU 2010). Assim como Muhammad Yunus (2006), fundador do Grameen Bank, a escolha da mulher como agente de políticas públicas para o desenvolvimento se dá pelo seu senso de responsabilidade com os filhos, com a administração da casa e, conseqüentemente, com a administração financeira, apesar do pouco recurso.

Enquanto objetivo do desenvolvimento, o empoderamento visa estimular grupos carentes de recursos e de acesso a instituições que favoreçam a competitividade e o sustento para a sobrevivência. Os indivíduos são vistos a partir de suas habilidades e competências, e não como um reflexo da pobreza. Entretanto, aos órgãos de fomento compete não só disponibilizar os recursos, mas, igualmente, monitorar e avaliar os resultados das ações desenvolvidas, seja por meio de indicadores, de relatórios, de pesquisas, seja por uma avaliação, para que o processo de desenvolvimento seja contínuo.

Para a ONU (2010), há um viés muito forte para o desenvolvimento do empoderamento das mulheres. Inserindo-as no mercado de trabalho, é possível o crescimento da economia de maneira estável e forte, assim como promover uma sociedade mais justa, tendo em vista que é por meio delas que se atingirá tanto os objetivos internacionais estabelecidos, como uma qualidade e um padrão de vida melhor para as mulheres e toda a sua família, o que reflete diretamente na sociedade.

De acordo com Rowlands (1997), o processo de empoderamento pode ser explorado em três níveis: 1) pessoal: desenvolver um sentido de autoestima e capacidade; 2) relacional: desenvolver a habilidade para negociar e influenciar na natureza das relações, com os diversos públicos e nas decisões tomadas; 3) coletivo: há indivíduos que trabalham para gerar um impacto maior, como a formação de uma cooperativa ou o envolvimento com as estruturas políticas. O exemplo da aplicabilidade destes níveis será visto tanto na AMQSA de forma geral, como na trajetória de vida de uma associada.

O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS ARTESÃS DA AMQSA

Para uma compreensão do processo de empoderamento pesquisado se fez necessário conhecer a perspectiva das mulheres que formaram este empreendimento e que, efetivamente, são responsáveis pela produção e continuidade do negócio.

Para tanto, identificou-se entre os atuais associados, uma mulher que participa da Associação desde a sua concepção e criação, e que seguiu sua trajetória como parceira da Associação antes de ingressar como cocadeira. Foi indicada para ser tesoureira e, atualmente, com a indicação e eleição dos associados, assumiu a Presidência da Associação em abril de 2017. Por isso, foi a associada escolhida para a análise do empoderamento das mulheres neste empreendimento, através de sua trajetória de vida, seu entendimento sobre o processo de desenvolvimento e de empoderamento individual e das mulheres artesãs que formam a AMQSA.

Por ter características inerentes ao perfil de um empreendedor, ou seja, por ser uma pessoa persistente, criativa, que assume riscos, busca sempre inovar com relação aos produtos oferecidos na Associação, a associada J sempre se destacou dentre as demais mulheres da Associação, galgando a confiança das gestoras e fazendo a intermediação, em alguns momentos, das relações e nos conflitos existentes entre a segunda presidente (SP) e associadas e/ou entre as associadas.

A seguir, serão transcritos os relatos da trajetória de vida desta associada:

Tenho 38 anos. Sou casada e tenho dois filhos. Estudei até a 8ª série, não terminei. Antes de entrar para a Associação eu era só dona de casa e fazia faxina, ia tomar conta de umas casas e meu marido sempre foi agente de saúde, concursado. Sempre teve o trabalho fixo. Agora eu que não tinha. Eu vi a Associação começar. Não tava desde o início porque, na época que elas começaram, eu tava trabalhando. No caso, eu trabalhava na pouxada da primeira presidente (PP). Então, eu acompanhei todo

o início. Sempre fui envolvida. Por isso que eu digo tô desde o início, só não fiz fazer as primeiras cocadas. Mas eu acompanhei tudo. Aí foi no tempo que eu parei de trabalhar e engravidei do meu filho. Quando foi para eu começar a trabalhar novamente, eu entrei aqui na cocada. Eu entrei, acho que uns dois anos que já existia a Associação. Mas antes de entrar, na outra sede lá que era alugada, à noite tinha lanche. Cada uma vendia...eu vendia hambúrguer, a outra menina vendia pastel, outra vendia torta salgada, nos finais de semana sexta, sábado e domingo, eu tava lá trabalhando. Eu não trabalhava aqui na cocada, fazendo cocada, mas eu já era da Associação. (Associada J, 2017)

A fala anterior demonstra que desde o início, houve uma visão e um comportamento empreendedor por parte desta mulher. A iniciativa de vender lanches, de forma terceirizada, junto à AMQSA, a observação do trabalho que estava sendo realizado fizeram com que ela adquirisse um conhecimento do processo que estava sendo desenvolvido e que, posteriormente, seria favorável a ela, no decorrer de suas atividades.

A partir do momento que eu entrei na cocada, comecei a trabalhar, ter meu próprio dinheiro, todo mês tinha meu dinheiro certo, então daí eu comecei o quê? Minha independência, né?! Comprar tudo que eu queria. Mudou, mudou totalmente porque saí de ser dona de casa pra começar a trabalhar fora. (J, 2017)

Para esta mulher, o fato de não ter um emprego fixo como de seu marido, ainda que trabalhasse como diarista, fazendo faxina, não representava para ela um “emprego seguro”, com todos os direitos trabalhistas e um salário certo no final do mês. Quando ingressou na AMQSA, mesmo sem ter carteira assinada e salário fixo, mas só por uma renda mensal, ainda que com valor indefinido, o sentido de independência relacionado à questão financeira aflorou num contexto pessoal e familiar, pois o fato de contribuir financeiramente para a aquisição de bens materiais para a família, de poder comprar seus objetos pessoais e de contribuir na educação e bem-estar dos filhos fortalecia sua autoestima, seu sentimento de estar sendo empoderada financeiramente.

O processo de empoderamento, na perspectiva individual desta associada, se deu com base em três níveis, conforme apontou Rowlands (1997) e será analisado ao longo da análise de sua trajetória de vida. O primeiro nível de empoderamento é o pessoal: a conquista de um emprego, assim como o investimento na educação dos filhos foram pontos fundamentais para o aumento da capacidade de realização pessoal, o consumo de bens desejados e, também, para o aumento de uma autoconfiança em sua força produtiva.

De acordo com Sen (2010), há dois tipos de liberdade. O primeiro é a liberdade vista como processo, ou seja, os direitos civis, as políticas públicas que promovem liberdade de ações e decisões. E o segundo tipo de liberdade são as oportunidades reais que o indivíduo possui mediante circunstâncias individuais e sociais. No caso da associada J, podemos encontrar, em sua fala, o sentimento de liberdade expresso em suas palavras, ou seja, o segundo tipo de liberdade apresentado por Sen (2010) se faz presente mediante a oportunidade real de um emprego e de uma renda que contribuíram para a realização de seus desejos e o auxílio nas despesas da casa, conforme o relato a seguir:

Por exemplo: computador pra minha filha. Geladeira frost free da maior que tinha (risos). Quando chegou disse: menina tu comprou essa geladeira? Porque eu sempre fui atrevida. Se tiver que comprar uma coisa, é para comprar uma coisa boa. Nem que eu divida, mas é boa. Então, comprei televisão, comprei dois guarda-roupa, comprei cama, tudo. O dinheiro do meu marido era para feira, porque o restante das coisas era comigo. Estudo de filho, porque minha filha sempre estudou no IF em Cabedelo. Estudou o tempo todo aqui, passou para Cabedelo, então tinha transporte que tinha que pagar, isso era comigo, roupa, calçado, tudo. Meu marido nem se preocupava com esse lado, era só comigo. Então tudo que eu tinha vontade, eu fazia. Mas isso no início, que a gente ganhava bem. Nossa! só felicidade! (J, 2017)

Nas suas relações sociais, a pesquisada J demonstra que há, entre as mulheres cocadeiras, um entrosamento, e apesar de ter critérios entre elas para aceitação de um novo membro no grupo, os conflitos existem.

Há divergência de opinião, o que reforça o ponto de conflito detectado na pesquisa. Entretanto, as mulheres cocadeiras sempre prezam por chegar a um consenso e manter a harmonia entre elas, conforme relato abaixo:

Com relação às meninas...Assim, acho que a gente se considera tipo família, uma família, porque aqui todo mundo conhece umas às outras. Eu entrei, aí tem fulana, a gente é amiga, a gente conhece ela, dá pra conviver com a gente. E brigas existem, né? Mas aquela briga saudável, não aquela briga. Briga não – a gente discute. Briga no agora, no mesmo dia tá se falando, coisa de família mesmo. Não aquela briga, briga mesmo não. (J, 2017)

A associada J pode ser considerada uma líder nata (SROUR, 2005), ou seja, possui características de liderança em sua personalidade, além de ser legitimada pelos demais componentes do grupo, inclusive pelas mulheres que ocuparam a presidência. Sua liderança ficou demonstrada quando os cargos foram passados para ela, pois foi indicada pelas próprias cocadeiras para ser tesoureira, conforme diz:

Hoje, além de fazer cocada eu sou tesoureira, mas eu não sei como eu cheguei até ser tesoureira. Mas assim, desde o tempo da presidente fundadora (PF), eu sempre fiz a diferença porque, sei lá, não sei como eu cheguei a ser tesoureira. Mas eu sempre me empenhei. Esses doces, esse bombonzinho, o rocambole fui eu que fiz, sempre tive esse dom de inovar, de fazer isso, fazer aquilo. E daí, nessa última vez, vamos colocar alguém da Associação, sei que as meninas me indicaram. (J, 2017)

Além disso, houve um empoderamento diante de sua relação familiar e social, afinal, ela enfrentou e superou o preconceito para se posicionar no mercado de trabalho. Há, também, uma mudança nas relações de gênero, no contexto familiar. A mulher que, antes, era dependente do salário do marido para todo tipo de necessidade pessoal, dos filhos e da casa, hoje contribui financeiramente e divide as despesas com ele (SCOTT 2016). Se ela não tinha apoio dele para trabalhar na Associação, a partir de sua participação financeira na casa bem como da participação

da sogra na AMQSA, ela obteve incentivo para continuar no trabalho, conforme relata abaixo:

No início meu marido não queria. Porque ele falava que cocada não dava dinheiro. Porque antigamente vendia em pedacinhos e as meninas começaram vendendo na rua, os pedacinhos. Então, via-se que não era futuro deixar o serviço de casa ou deixar outro serviço como faxineira ou outras coisas pra entrar na cocada, entendeu? Tinha aquilo de não dar certo, mas aí minha sogra entrou primeiro, depois eu entrei e daí foi melhorando cada vez mais. Aí depois que era só a cocada em pedacinho, veio a Cocada na Kenga, pela ideia de colocar na quenga, aí daí que começou a fazer sucesso, de ficar conhecido, porque cocadinha pequena todo mundo sabe fazer, então o diferencial da nossa é a quenga. Então, daí que começou a dar tudo certo. Aí começou a ganhar dinheiro, né? Todo mundo contente, o marido já começava a dar a maior força: ah, vai trabalhar! Por quê? Tava ajudando também dentro de casa, e foi assim. Nossa! Ajudando em muita coisa, viu. Muita coisa. Comprei tudo que eu tinha vontade.

Devido ao machismo presente na cultura local as mulheres sofreram com o preconceito, por causa do nome dado pela primeira presidenta da AMQSA a cocada – Cocada na Kenga. O termo quenga tem duplo sentido na fala dos nordestinos e, para a comunidade local, o fato de mulheres estarem nas ruas vendendo uma Cocada na Kenga, este sentido pejorativo foi ressaltado e associado às mulheres cocadeiras.

As idealizadoras do projeto e primeiras presidentes da AMQSA, por terem atuado profissionalmente em grandes empresas no Sudeste, orientou as mulheres a forma de reagirem às possíveis ofensas na venda das cocadas. Esse tipo de orientação foi fundamental para que o projeto da AMQSA desse certo e, ao mesmo tempo, demonstrou uma forma de empoderamento coletivo, em que as cocadeiras demonstraram defender sua atividade profissional de um preconceito social e reposicionar o termo “quenga”.

Embora o empreendimento seja social, a motivação das pessoas é o financeiro, tendo em vista a necessidade de suprir suas necessidades.

Porém, no nível de empoderamento coletivo, o fato de a associada J estar presente na Associação desde sua concepção faz com que ela busque o desenvolvimento da mesma, embora ainda falte melhorar sua capacitação para que possa conhecer e entender os trâmites burocráticos que regem esse tipo de negócio. Um empoderamento do saber ajudaria a melhorar a gestão e o desempenho da AMQSA reposicionando-a melhor no mercado.

Já com relação as demais associadas, na visão da associada J, há uma dificuldade maior em retomar os estudos, tendo em vista que há outros fatores, como cultura, educação, modo de ver a vida, que podem interferir nesta decisão de empoderamento do saber. Embora ela também acredite que, se houver uma contrapartida que atenda às necessidades dessas pessoas, haverá mais possibilidade de estímulo.

Eu acho que voltaria a estudar se fosse preciso, mas teria que uma pessoa para dizer: 'J., a gente tem tudo pra melhorar isso aqui, vai vir isso, isso e aquilo pra melhorar e vocês ter o salário de vocês fixo, então pra isso você tem que voltar a estudar e terminar. Todo mundo, não só olhando o meu lado, mas o do grupo. Então você precisa estudar para a gente poder ganhar o salário de vocês fixo, você tem que fazer isso, eu voltaria. Fazia uma EJA, fazia qualquer coisa e fazia não só pensando em mim, mas pensando no grupo.

Não sei se as outras mulheres faziam isso também. Mas, conhecendo bem elas, eu acho nem todas, mas algumas eu acho que faziam também. Só melhora se você terminar os estudos. Eu acho que todo mundo, se fosse pra ganhar um salário, todo mundo ia voltar a estudar. Nossa, ganhar o salário mínimo tava ótimo. Não bastava mais que um salário. (J, 2017)

No relato acima, percebemos que a ação das mulheres para o desenvolvimento está sempre atrelada ao retorno financeiro. Mesmo identificando a necessidade de dar seguimento aos estudos, buscar capacitação para aprimorar seu conhecimento e contribuir com o crescimento da AMQSA, ela usa um argumento financeiro como vetor motivacional

para essas mulheres. A associada J não tem foco em ampliar seus conhecimentos, concluir seus estudos; na sua visão, para que isso acontecesse, seria necessária uma contrapartida financeira como estímulo. Neste depoimento ela expressa o desejo de ter um salário, um emprego fixo e até se dispõe a voltar a estudar para alcançar seus objetivos.

A aplicabilidade dos níveis de empoderamento de Rowlands (1997) na AMQSA demonstra que poucos associados tiveram desenvolvimento em nível pessoal. De forma resumida, o quadro 01 relaciona os fatos que demonstram cada tipo de empoderamento definido por Rowlands (1997) e identificado na AMQSA, sendo que os tipos pessoal e relacional estão relacionados diretamente à Associada J e ao empoderamento coletivo que envolve todos os associados, a partir da fala da referida associada.

Quadro 01: Tipo de empoderamento na AMQSA

Empoderamento Pessoal Associada J	Empoderamento Relacional	Empoderamento Coletivo
Conquista do emprego com renda mensal	Superação de preconceito familiar e social.	Defesa do nome da Cocada na Kenga diante do preconceito social.
Investimento na educação dos filhos	Melhoria nas relações de gênero, no contexto familiar.	Consciência da crise financeira no mercado.
Consumo/aquisição de bens desejados	Influência junto aos demais associados para a tomada de decisões.	Necessidade de investir no conhecimento coletivo para ampliar os negócios.
Autoestima	Conquista da confiança da presidência.	Consciência da necessidade de reposicionar a AMQSA no mercado.

Liberdade por liberdade.	O marido da entrevistada aceitou o trabalho dela ao ver que era rentável.	Decisão sobre horário de trabalho e forma de remuneração de associados.
Aprendizado para autogestão da cocadeira que assumiu a presidência.	Por meio do trabalho, a artesã conseguiu investir nos estudos dos filhos.	As artesãs decidiram não ter mais uma presidenta externa e elegeram uma das cocadeiras para presidenta.

Fonte: Pesquisadora, Novembro/2017

O caso mais relevante foi o mencionado pela líder Cocadeira/tesoureira/Presidenta, como será visto mais adiante. Com relação ao empoderamento coletivo, apesar de o envolvimento conjunto das mulheres ter proporcionado um melhor posicionamento no mercado e projetado uma imagem positiva da Associação, isso se deu com a gestão de pessoas que já tinham conhecimento sobre trâmites burocráticos. Com a condução da AMQSA por um membro interno, integrante da produção, em convivência direta com o dia a dia das mulheres, foi possível avaliar um processo de empoderamento coletivo efetivamente.

A trajetória relatada demonstra que o papel da Associação Mãos que se Ajudam é muito maior do que de incluir as mulheres da comunidade no mercado de trabalho. Durante a trajetória de vida da entrevistada, percebe-se que há um processo de empoderamento individual muito forte. Mas também de forma lenta, a mudança recente no processo de gestão, as associadas participam mais da administração do negócio, de modo que possam se sentir donas do empreendimento, deliberando sobre definição de horário de trabalho e remunerações, demonstrando um empoderamento coletivo sobre a organização laboral.

De acordo com Oakley e Clayton (2003, p. 24) existem seis dimensões para atingir o empoderamento: 1) Psicológicas – envolve a formação da identidade, da autoimagem, da criação de espaços e da aquisição de conhecimentos. 2) Cultural – envolve a redefinição de normas e regras de gênero, e a recriação de práticas culturais. 3) Social – esta dimensão re-

quer uma liderança em atividades comunitárias, ações por seus direitos, inclusão social e alfabetização. 4) Econômica – refere-se à obtenção de segurança econômica, posse de bens produtivos e habilidades empresariais. 5) Organizacional – está focado na identidade coletiva, no estabelecimento de uma organização representativa e na liderança organizacional e, por fim, 6) Política - participação em instituições locais, negociação de poder político e acesso ao poder político.

Analisando o relato da associada J e diante da pesquisa realizada, verifica-se que a AMQSA encontra-se num processo lento de desenvolvimento e de empoderamento. É necessário fortalecer a dimensão psicológica, tendo em vista que foi detectada uma baixa autoestima em seus associados, assim como elevar o nível de conhecimentos através dos estudos e da capacitação profissional. As dimensões cultural e social do empoderamento com as lutas por direitos poderão ser atingidas com o aumento da educação e da autoestima. A dimensão econômica e organizacional está sendo reposicionada a partir de uma nova gestão, com a liderança oriunda do quadro de associados e que conhece a real necessidade da AMQSA e de seus associados, e com a melhoria do processo de empoderamento coletivo. A dimensão política tem progredido, graças as primeiras ações de aproximação com o poder público local para negociar novos espaços para comercialização e auxílio financeiro para solucionar problemas da AMQSA.

Além disso, quando se trata do segundo nível de empoderamento – o relacional- verificou-se o perfil de liderança desta associada e o poder de influenciar nas decisões da equipe, assim como mediar possíveis conflitos. Daí porque, a negociação com os clientes, os fornecedores e o poder público também estão a cargo dela, por sua maior capacidade de se relacionar com os diversos tipos de públicos. No contexto familiar, o fato de ela ter conseguido o respeito e o apoio do marido, da sogra e dos filhos demonstra que, também, desenvolveu um empoderamento relacional no contexto doméstico.

O processo de gestão da AMQSA começa a se caracterizar como autogestionário. O medo de assumir a presidência, fez com que a então Tesoureira, a associada J, eleita pelos demais membros da Associação em

assembleia, colocasse a condição de gestão compartilhada, exigindo a participação de todos no processo decisório, a partir daquele momento.

Sabe-se que é necessário aumentar a visibilidade da AMQSA no mercado; A associada J tem consciência de que há concorrência e que o mau uso do espaço ocioso da Associação pode interferir nas vendas. Porém, a falta de orientação e capacitação com foco no negócio prejudica a associada J na hora de sistematizar as ideias e colocá-las em prática. Ela poderia reunir as mulheres e fazer um plano de ações dentro da realidade de instrução delas, para a melhoria do todo.

Os resultados são tímidos, afinal, o aprendizado é contínuo e muita coisa precisa ser conhecida e melhorada. De acordo com a associada J, as vendas estão muito fracas e o resultado do Salão de Artesanato em João Pessoa, em 2018, foi péssimo. Alguns fatos concorreram para este resultado, o Salão aconteceu no final de janeiro, período em que já tinha passado o alto fluxo de turistas, além do deslocamento para o Espaço Cultural, distante da praia atraindo menos turistas.

A relação com os demais associados continua da mesma forma e, muitas vezes, a associada J é chamada a atenção, ou lembrada de seu cargo para conduzir certas situações. A nova diretoria é composta por associadas da cocada nos cargos de Vice-presidente, Tesoureiro; do artesanato, no conselho fiscal e por um membro externo, uma associada que não atua mais diretamente na AMQSA porque passou no concurso público da Prefeitura, porém, sempre que pode, contribui de alguma forma. Ela assumiu o cargo de Secretária.

Quando questionada sobre os planos que tem para a Associação, a presidenta responde:

Planos tem vários. Só falta só botar em prática. Menina, a gente sonha, a gente fala, a gente só falta botar em prática. Mas a gente tá vendo ai alguma coisa. É que eu tô meio que perdida. Eu disse a você que ia ser um desafio pra mim. Eu nunca imaginei. Querendo ou não, é uma empresa. É responsabilidade... (J, 2018)

Enfim, a presidenta reconhece que está lidando com uma empresa, um passo fundamental para a gestão, já que em outra fala, ela sonha em ser assalariada. O aprendizado da gestão é contínuo e não se encerra num período delimitado para uma pesquisa. Diante do relato de sua trajetória, apresentado neste trabalho, e agora sendo eleita presidenta da AMQSA reitera que seu perfil empreendedor e de liderança a estava conduzindo a isso. O medo é inerente ao novo, mas, com pouco tempo de gestão, demonstrou proatividade para solucionar problemas, como a estratégia de novos espaços de venda, como o que conseguiu para o artesanato. Iniciou novos relacionamentos, demonstrando um crescimento do seu empoderamento individual. Entretanto, é preciso capacitação, conhecimento e recursos para que de forma sustentável, se possa alcançar o crescimento da Associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação Mãos que se Ajudam é um exemplo desta relação entre gênero e desenvolvimento, conforme os princípios da ONU (2013). O empreendedorismo destas mulheres tem demonstrado, ao longo de seus 15 anos de existência que, apesar das dificuldades, as oportunidades geradas por políticas públicas e o uso do capital social, por parte das associadas, podem tornar esta experiência um êxito que contribua para o desenvolvimento de todas. A Cocada na Kenga é, hoje, um produto que representa o município de Lucena e desperta o interesse dos turistas, devido a sua embalagem diferenciada.

Constata-se, também, que o conceito de desenvolvimento com liberdade apresentado por Amartya Sen (2010) se faz presente nesse empreendimento social, na medida em que os associados que integram a AMQSA, especificamente as mulheres, por serem maioria, buscam o aprendizado da autogestão, que tem se concretizado pela decisão das associadas de rejeitarem mais um presidente externo à comunidade e à Associação. Conduzir o próprio negócio tem sido uma experiência de muito aprendizado e fortalecimento da identidade de empreendedora.

Com a nova liderança, há uma expectativa de que a cultura associativa na AMQSA seja mais participativa, que haja o compartilhamento de decisões (SCHEIN 1992) e que a presidenta eleita consiga influenciar as demais associadas sobre mudanças que devem tomar; porém há muita resistência das empreendedoras em retomar os estudos, buscar cursos de capacitação, ter mais consciência quanto a evitar os desperdícios no uso da matéria-prima e no consumo pessoal da cocada. Compreender que ser dono do próprio negócio não significa fazer o que der na cabeça, mas que, num empreendimento coletivo, é preciso ter união, objetivo, foco e determinação para se buscar os resultados almejados.

Ao analisar o processo de empoderamento das mulheres artesãs que conduzem a Associação Mãos que se Ajudam em Lucena/PB, verificou-se que o empreendedorismo feminino, nesta associação, permitiu o empoderamento das mulheres artesãs em vários níveis. (ROWLANDS, 1997). Com relação ao empoderamento pessoal, constatou-se que o fato de ter um trabalho e uma renda proporcionou a estas mulheres o direito do consumo, da autoestima, de sentirem-se produtivas e participativas quando contribuíram com as despesas de suas famílias. Tratando-se do nível relacional, houve um fortalecimento nas relações familiares mediante o apoio de maridos, filhos e parentes para a participação na AMQSA, no respeito e na visibilidade pela comunidade devido o trabalho desenvolvido e ao apoio e incentivo entre as mulheres, mediante dificuldades enfrentadas.

O empoderamento coletivo demonstrou que, em vários momentos, as mulheres tomaram decisões que favoreceram este empoderamento, tais como: superar o preconceito inicial devido ao nome “Cocada na Kenga”, que gerou preconceito e discriminação na comunidade; a decisão de participar de forma mais efetiva na gestão anterior; estabelecer os critérios de horário de trabalho e remuneração; continuar com a gestão da AMQSA após o falecimento da presidenta anterior e decidir sobre quem deveria assumir a presidência da Associação após este ocorrido. Além disso, há, ainda as dimensões psicológicas, culturais, sociais, econômicas, organizacionais e política do empoderamento (OAKLEY; CLAYTON, 2003) que precisam ser aperfeiçoadas como já foi dito.

Porém, o empoderamento, enquanto meio para que haja um desenvolvimento sustentável, deve atingir outros aspectos, além do financeiro, reforçado pelas associadas. As mulheres ainda precisam aprimorar seu conhecimento sobre a gestão financeira, administrativa, devem voltar a estudar, pois é com o estudo que elas vão aperfeiçoar o trabalho, conseguir um melhor posicionamento no mercado, conhecer as instituições de fomento e suas políticas públicas, a fim de estreitar os relacionamentos e as relações de poder existentes em todas as esferas na qual estão inseridas.

Acredita-se que diante de todas as mudanças ocorridas no último ano, o empoderamento das mulheres artesãs da AMQSA está sendo desenvolvido e, com um acompanhamento de profissionais e ou órgãos que promovam sua capacitação, orientação, seu monitoramento e a avaliação do que está sendo realizado, haverá um fortalecimento da identidade institucional, elevando a autoestima e proporcionando uma autogestão favorável ao empoderamento.

Por fim, com o relato dessa trajetória de vida de uma liderança na associação de artesãs, nas diversas formas de relacionamento interno e externo, com o engajamento de todas as partes interessadas a AMQSA tem potencial para alcançar o desenvolvimento local sustentável.

REFERÊNCIAS

BATLIWALA, S. (1994). "The meaning of women's empowerment: new concepts from action". In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**, pp.127-138. Boston: Harvard University Press.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan-jun/2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos de pesquisa social**. 5 ed. 7 reimpressão - São Paulo: Atlas, 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2013.

MOSER, C. **Gender Planning and Development**. London: Routledge, 1991.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

ONU. Erradicação da pobreza. 2010. Disponível em https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Tem%C3%A1tico-ODS-1-Eradica%C3%A7%C3%A3o-da-Pobreza_11junho2017.pdf Acesso em Outubro de 2017.

ONU Mulheres. **PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES: Igualdade significa negócios**. Disponível em http://www.pactoglobal.org.br/doc/Traducao_dos_Principios_de_Empoderamento_das_Mulheres.pdf acessado em 10 de Agosto de 2013.

ROWLANDS, J. Questioning Empowerment. Oxford: OXFAM, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SARDENBERG, Cecília M.B.. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. **I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’**, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SCHEIN, Edgar H. **Organizational culture and leadership**. 2 ed. San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf acesso em Junho de 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos pobres.** São Paulo, Ática, 2006.

CAPITULO 8

COMUNIDADES AFRODESCENDIENTES EN EL PACÍFICO COLOMBIANO: RELACIONES CON EL TERRITORIO Y LA BIODIVERSIDAD²³

Laura Victoria Lozada Ordonez,
Maristela Oliveira de Andrade
Denise Dias da Cruz

INTRODUCCIÓN

Colombia se reconoció como un Estado pluralista con la presencia de tres grupos étnicos: los indígenas (3,4%), negros o afrocolombianos (10,6%) y Roma (gitanos) (0,015) al ratificar la Convención 169 de la OIT del año de 1989. Así, el Estado colombiano se comprometió a adaptar la legislación nacional y desarrollar acciones necesarias para salvaguardar las personas que pertenecen a estos pueblos, sus instituciones, propiedades, trabajo, cultura y el medio ambiente (DANE, 2012).

En Colombia es posible pensar que un ejemplo de la vinculación entre biodiversidad y etnización de las comunidades afrodescendientes se manifiesta claramente en los procesos de titulación colectiva asociados a la Ley 70 de 1993 (RESTREPO, 2013), porque el reconocimiento de la

²³ Este capítulo foi gerado a partir da dissertação de mestrado da autora 'Serviços ecossistêmicos e interações com uma comunidade afrodescendente no Pacífico Colombiano: dos riscos à proteção da biodiversidade' gerada entre 2015 -2017.

propiedad colectiva sobre las tierras habitadas por las “comunidades negras” supone una manera de conservar la biodiversidad. “Las ‘prácticas tradicionales’ y la ‘racionalidad económica’ radicalmente diferente de la ‘occidental’ atribuidas a esas comunidades han sido uno de los factores por los cuales se ha conservado esa biodiversidad, y se perfila como una estrategia para que no se desaparezca en el futuro” (RESTREPO, 2013, p. 194 e 195).

Téngase en cuenta que el medio ambiente desempeña un rol importante en la construcción de la identidad cultural de las sociedades y está en estrecha conexión con los valores étnicos, espirituales, históricos y artísticos de determinadas sociedades (ANDRADE E ROMERO, 2009). De hecho existen comunidades tradicionales o étnicas que usan y dan significado a la naturaleza y a las plantas de diversas maneras: como alimentos y medicamentos, para magia, música, trabajo y diversión. Esas comunidades incluyen campesinos, pueblos de la selva, pastores nómadas además de otros grupos marginados en el proceso de expansión del capital global (PARAJULI, 1998). Para ellos, los ecosistemas tiene una relación simbiótica entre los servicios de abastecimiento y cultural

Inclusive, estas interacciones son aún más complejas cuando la etnicidad pasa a ser una variable del análisis. La etnicidad es una entidad relacional construida en el contexto de relaciones y conflictos intergrupales. “La forma de contraste que caracteriza la naturaleza del grupo étnico resulta de un proceso de confrontación y diferenciación” (LUVIZOTO, p. 32, 2009). En este contexto, el concepto de etnodesarrollo pasa a tener un significado especial por el hecho de ser concebido como “la capacidad autónoma de una sociedad culturalmente diferenciada para guiar su propio desarrollo” (BONFIL, 1982, p. 142). En otras palabras, el etnodesarrollo constituye una relación de poder en que los grupos sociales que luchan por el desarrollo de una cultura propia (etnias, regiones, poblaciones) logran un reconocimiento político en el que se les permite tomar decisiones.

Es por esto que la implementación de procesos de etnodesarrollo experimenta una constante tensión entre la autonomía cultural del grupo étnico frente al Estado nacional y la operativización de las diferentes for-

mas de integración del grupo a las estructuras de la economía nacional e internacional. Generalmente cuando la economía neoliberal es dominante, las prácticas de etnodesarrollo tienden a ser posicionadas como prácticas alternativas de desarrollo (LITTLE, 2002). Para comprender mejor el sentido de esas tensiones, se toma como caso de estudio un municipio de la región del pacífico colombiano. Esta región está conformada por cuatro departamentos y tiene una extensión de aproximadamente 130.000km² (UNIVERSIDAD DEL ROSARIO, 2015). Específicamente, se observa el municipio de Nuquí por ser un punto de altísima biodiversidad, especies endémicas y un alto grado de conservación de los ecosistemas. Además, en este territorio se han presentado algunos procesos de desarrollo territorial con enfoque étnico.

De esta forma, el objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la construcción de identidad étnica de comunidades de afrocolombianas habitantes del Pacífico Norte colombiano, con base en sus relaciones con el territorio y la biodiversidad, teniendo en cuenta la actuación del Estado hasta el 2018, a través de políticas que promovieron los derechos culturales y territoriales de esta población, así como la protección de la biodiversidad.

Se trata de una investigación bibliográfica con uso de datos secundarios y que parte de la observación de la política pública, para contextualizar el escenario de las interacciones de ese grupo con el ecosistema en que viven.

DERECHOS CULTURALES Y TERRITORIALES DE LAS COMUNIDADES AFROCOLOMBIANAS

En 2005 las comunidades negras de Nuqui, localizadas en el Pacífico Norte de Colombia, iniciaron un proceso de reivindicación con respecto al conocimiento local, documentando su historia, prácticas culturales, económicas y la existencia de una cosmovisión que afirman estar en ‘armonía’ con los ciclos vitales de la naturaleza. Este proceso resultó en la

elaboración del Plan de etnodesarrollo: visión de vida de las comunidades negras del Golfo de Tribugá 2007-2020, y algunos documentos suplementarios que recuperan datos de muchas investigaciones realizadas sobre ellos, pero que a diferencia de este Plan de etnodesarrollo, tenían vacíos al momento de reflejar su pensamiento, sentimiento y visión de mundo. Algunas de esas pesquisas fueron consideradas interpretaciones equivocadas que no respondían a los intereses y expectativas de las comunidades negras de este lugar (RISCALES, 2005).

Para pueblos que viven en estrecha interacción con el ambiente cuyas formas de uso y apropiación generan conflictos que surgen de las relaciones con el otro; la definición de la identidad del grupo se construye a partir de su visión de medio ambiente, así como de la relación con los recursos que utilizan. De esta manera, se detecta ese perfil en las comunidades afrodescendientes del caso de estudio porque la definición de biodiversidad es ampliada e incluye también conceptos de territorio y cultura.

Además, según investigadores de la región, en el Pacífico colombiano se construyó una definición de biodiversidad donde el territorio, la etnicidad y la cultura se suman para construir el concepto de región-territorio:

El Pacífico colombiano es una región-territorio de grupos étnicos, o sea, una unidad ecológica y cultural amalgamada por prácticas cotidianas de las comunidades. La región-territorio es una categoría de administración que está dirigida a la construcción de modelos alternativos de la vida y de la sociedad. Es un intento de explicar la diversidad biológica desde el interior de la lógica eco cultural del Pacífico [...] es diseñada como una construcción política que defiende los territorios y su sustentabilidad (ESCOBAR, 1999, p.18).

Esta región-territorio es un espacio rico en recursos naturales que posee un extensa e imponente selva húmeda tropical con acceso a recursos de ecosistemas lóticos y entornos marinos en abundancia. En ese sentido, además de la diversidad de especies o de ecosistemas están presentes las interacciones humanas y la diversidad cultural que esa biodiversidad sostiene para dichas comunidades.

En ese sentido, en el Pacífico colombiano se observa una clara construcción de territorio como una red cultural y biológica que no corresponde exclusivamente a una continuidad espacial, sino que a la construcción de una identidad étnica y política. Es interesante que la construcción de la identidad negra tiene una característica propia, ya que fue modelada a partir de la experiencia indígena con el objetivo de simplificar su proceso de inserción política dentro del modelo de Estado Nacional diverso y pluriétnico descrito en la Constitución colombiana de 1991 (ARRUTI, 2000; ESCOBAR, 2010).

Es decir, en el caso colombiano, los derechos indígenas fueron delineados primero, y como se ha mencionado, a partir de esa experiencia se establecieron las bases de la negociación con las comunidades negras.

Las identidades étnicas negras fueron modeladas a partir de la experiencia indígena, son relacionales y concebidas principalmente como distinta del otro euro-andino (blancos ou *paisas*²⁴). La construcción de la identidad negra como una herramienta moderna, puede ser entendida como parte del proceso de negociación de un nuevo modo de inserción dentro de la vida nacional con el Estado y la sociedad en su conjunto (ESCOBAR, 2010, p. 244).

En este contexto se identifica que la territorialidad fue demarcada a partir de la identidad étnica y cultural, es decir, “el fenómeno territorial también empieza a ser reconocido como producto de las relaciones sociales de poder que se manifiestan en las acciones de los más variados agentes sociales y no sólo como producto de la acción estatal” (COELHO NETO, 2013, p.49). Así mismo, con los acuerdos internacionales de protección de la biodiversidad surgió en Colombia una política con enfoque territorial y ambiental, que fue incorporada al modelo conceptual del Sistema de Información Ambiental Territorial del Pacífico Colombiano (SIAT-PC). El concepto de ambiente para esa política sigue el modelo trípode que considera que la biodiversidad es el resultado de la relación entre la cultura, el territorio y el ambiente (Figura 1). Llama la atención que este

²⁴ *Paisas*: comunidad blanca de noroeste de Colombia, tradicionalmente con poder económico, político y social.

concepto sea expresado como una fórmula matemática, dificultando el análisis de la complejidad de estas relaciones.

Figura 1 – Fórmula para explicar la biodiversidad en la región Pacífica de Colombia.

$$\text{Biodiversidade} = \frac{\text{Diversidade cultural + diversidade biológica}}{\text{Território}}$$

Fonte: IIAP (2006)

Otros autores exponen más claramente la fuerza de las relaciones entre territorio y diversidad cultural y biológica, así como igualmente los activistas de los movimientos sociales étnico-territoriales negros e indígenas de la región. Para ellos la lucha por el territorio es la lucha más vital: “sin territorio no hay cultura, no hay diferencia, no hay vida. Perder su territorio es perder la identidad, la autonomía, el derecho a ser, pensar y hacer...” (OSLENDER, 2007, p. 19²⁵).

Por lo tanto, el territorio está asociado al concepto de poder. De acuerdo con Rafestin: “el territorio [...] es un espacio donde se proyectó un trabajo ya sea energía o información, y que en consecuencia revela relaciones marcadas por poder” (p.92, 1993). Para las comunidades indígenas y afrodescendientes, así como otras comunidades en América Latina, durante la década de 1990 tuvieron el reconocimiento de su derecho a la diferencia cultural (LITTLE, 2002) y desde entonces se empezó la lucha por la reivindicación de sus territorios. Una lucha que aún continua pero que define sus características como grupo social y étnico.

De acuerdo con el Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible – MADS y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD (2014), el 30% del territorio colombiano es considerado como un territorio colectivo con sistemas de gestión y gobernanza propios. Por otro lado, estos son considerados territorios de gran importancia para la gestión de la biodiversidad, tanto por la extensión como por la variedad de ecosistemas que alcanza. “El total del 53% del territorio continental está

25

Este texto fue tomado del prólogo del libro, presentado por Arturo Escobar.

cubierto por bosques y de estas más del 50% está bajo control colectivo: comunidades indígenas (45,4%), territorios colectivos de comunidades afrodescendientes (7,3%), y campesinos (1,9%)” (MADS; PNUD, 2014, p. 12).

Para comprender un poco más este escenario, se examinan las acciones y respuestas del poder público hasta agosto de 2018 en búsqueda de atender a las exigencias de estos grupos, así como de las agencias de protección ambiental. Este documento no propone un análisis exhaustivo de estas acciones, pero trae una visión amplia de las macro políticas que involucran la región del Pacífico.

LAS POLÍTICAS AMBIENTALES Y EL MODELO DE DESARROLLO PARA EL PACÍFICO COLOMBIANO

Para las comunidades afrodescendientes del Pacífico colombiano este proceso empezó con el Proyecto BioPacífico (una iniciativa del gobierno colombiano financiada por el Fondo Mundial para el Medio Ambiente y administrada por el PNUD en la década de los 90), y con la Ley 70 de 1993. El Proyecto BioPacífico estaba basado en la idea de que el valor ganado por la biodiversidad reflejaba la cosmovisión de cada cultura y los sistemas de control social de la intervención antrópica del medio ambiente (CASAS, 1994). El proyecto partió de premisas tales como:

1. La biodiversidad es un bien público, patrimonio nacional y de interés para la humanidad, motivo por el cual se debe proteger prioritariamente y aprovecharla de manera sostenible (Ibidem, 1994).
2. Las comunidades localizadas en el territorio del *Chocó Biogeográfico*²⁶ históricamente ha mantenido una relación armónica con el medio ambiente, permitiendo conservar y utilizar de manera sostenible los recursos naturales (Ibidem, 1994).

26 De acuerdo con Casas (1994), el proyecto define el Chocó Biogeográfico como una región que comprende el límite oeste de la Cordillera Occidental de los Andes y las tierras bajas del litoral del Pacífico.

Tales hipótesis instituyeron el modelo de desarrollo que surgió de una estrecha relación entre las comunidades afrocolombianas y la naturaleza, entendiéndolo como una expresión de su cultura, de su identidad y hasta de su sujeto político (RESTREPO, 1999).

En el año 2001 fue publicada la Agenda Pacífico XXI, enmarcada dentro del Proyecto BioPacífico y en estrecha relación con la Agenda XXI Global, con la intención de reflexionar acerca de la visión de desarrollo de los grupos étnicos y con el objetivo de presentar un proyecto regional formulado desde lo local.

Esta Agenda fue concebida en un momento en que el conflicto armado, el narcotráfico, y el desplazamiento forzado era una realidad inminente en las comunidades étnicas. Además, los indicadores sociales para el Estado eran alarmante y se reportaban altos indicadores de pobreza y degradación acelerada de los ecosistemas (IIAP; MADS; PNUD, 2001).

De acuerdo con Fonseca (2007), los programas y estrategias de la Agenda Pacífico XXI con enfoque ambiental son:

- Programa de reconocimiento de los derechos de los grupos étnicos sobre la propiedad y acceso a los recursos;
- Investigación sobre las dinámicas y estructuras de los ecosistemas existentes;
- Programa de gestión integrada de los recursos forestales con énfasis en los territorios colectivos;
- Programa de ordenamiento de cuencas hidrográficas y gestión del agua;
- Programa de valoración y desarrollo bio empresarial basado en la oferta natural;
- Programa para la implementación de iniciativas MDL (Mecanismo de Desarrollo Limpio) en el Pacífico;
- Programa de Mercados Verdes.

Esta propuesta a pesar de incluir la participación de las comuni-

dades étnicas, todavía parece centrarse en una evaluación ambiental de la zona con el objetivo de encontrar alternativas 'limpias' de producción que puedan ser incorporadas al mercado nacional e internacional, sin articular de manera contundente el etnodesarrollo y la conservación o recuperación de los ecosistemas.

Por otro lado, tomando en cuenta la necesidad de una reorientación en el abordaje de administración del territorio, su biodiversidad y los Servicios Ecosistémicos – SE, con el foco en la relación de los SE con la calidad de vida y desarrollo fue formulada una Política Nacional de Gestión Integral de la Biodiversidad y sus Servicios Ecosistémicos (PNGIBSE) 2012-2020 (MADS; PNUD, 2014). Esta política establece el marco conceptual y estratégico para otros instrumentos ambientales como normas, planes, programas y proyectos para la gestión de la biodiversidad a nivel nacional que va a ser tratada después de una forma más detallada.

La PNGIBSE entiende el ser humano como una fuerza mayor que determina la dinámica de los ecosistemas para degradarlos o conservarlos (MADS; PNUD, 2014). La visión de esta política se articula con el Plan Nacional Estratégico para la Diversidad 2011-2020 y sus ejes temáticos fueron las bases para su construcción. Estos ejes son (MADS; PNUD, 2014):

1. Biodiversidad, conservación y cuidado de la naturaleza;
2. Biodiversidad, gobernanza y creación de valor público;
3. Biodiversidad, desarrollo económico, competitividad y calidad de vida;
4. Biodiversidad, gestión del conocimiento, tecnología e información;
5. Biodiversidad, gestión de riesgo y suministro de servicios ecosistémicos;
6. Biodiversidad, corresponsabilidad y compromisos globales.

Se destaca que en el primer eje temático hay una orientación específica para la protección y reducción de captura accidental de tortugas

marinas en líneas de anzuelo en la Costa del Pacífico. Asimismo, en el eje dos se propone tener insumos para la gestión de la protección del conocimiento tradicional asociado a la biodiversidad, así como la construcción de agendas ambientales con pueblos indígenas, comunidades negras, afrocolombianas y locales (MADS; PNUD, 2014). Esto es relevante porque este instrumento expone el escaso reconocimiento de los saberes tradicionales que se diferencian del saber científico como fuentes válidas de conocimiento, que permiten aportar acciones locales de planificación territorial, conservación de la biodiversidad y sus servicios ecosistémicos (MADS, 2012).

La ausencia de un reconocimiento más explícito con respeto al conocimiento tradicional en la PNGIBSE permite inferir que existe un vacío entre el conocimiento tradicional y el conocimiento científico, aunque las propuestas del Plan de Desarrollo Nacional para la región sean prometedoras en torno al objetivo de gestión para la región del Pacífico orientado para el “desarrollo socio económico con equidad, integración y sostenibilidad ambiental” (PND, 2015, p. 1).

Los principales ecosistemas protegidos en el área del estudio están localizados en el Programa *Mosaicos de conservación*²⁷ que define ese espacio como el único lugar de la región del Pacífico colombiano, en donde convergen corales, manglares y bosques tropicales húmedos en un área relativamente pequeña, pero con alta biodiversidad vegetal y animal. Una de las regiones biológicas más importantes del país y en buen estado de conservación que garantiza la conexión entre los ecosistemas (VARGAS, 2007), considerada como *hot spot* mundial, lo que indica su relevante biodiversidad, un gran número de especies endémicas y la vulnerabilidad impuesta por acciones antrópicas (MYERS, 2000). En ese sentido, se puede decir que hace parte de la lista de áreas prioritarias para la conservación mundial.

27 Estrategia de gestión de la conservación orientada hacia la articulación y complementariedad de la conservación en áreas del Sistema de Parques Nacionales Naturales con distintas formas de manejo de los territorios circundantes. Esta iniciativa estuvo encuadrada en el Proyecto GEF (Fundo para el Medio Ambiente Mundial).

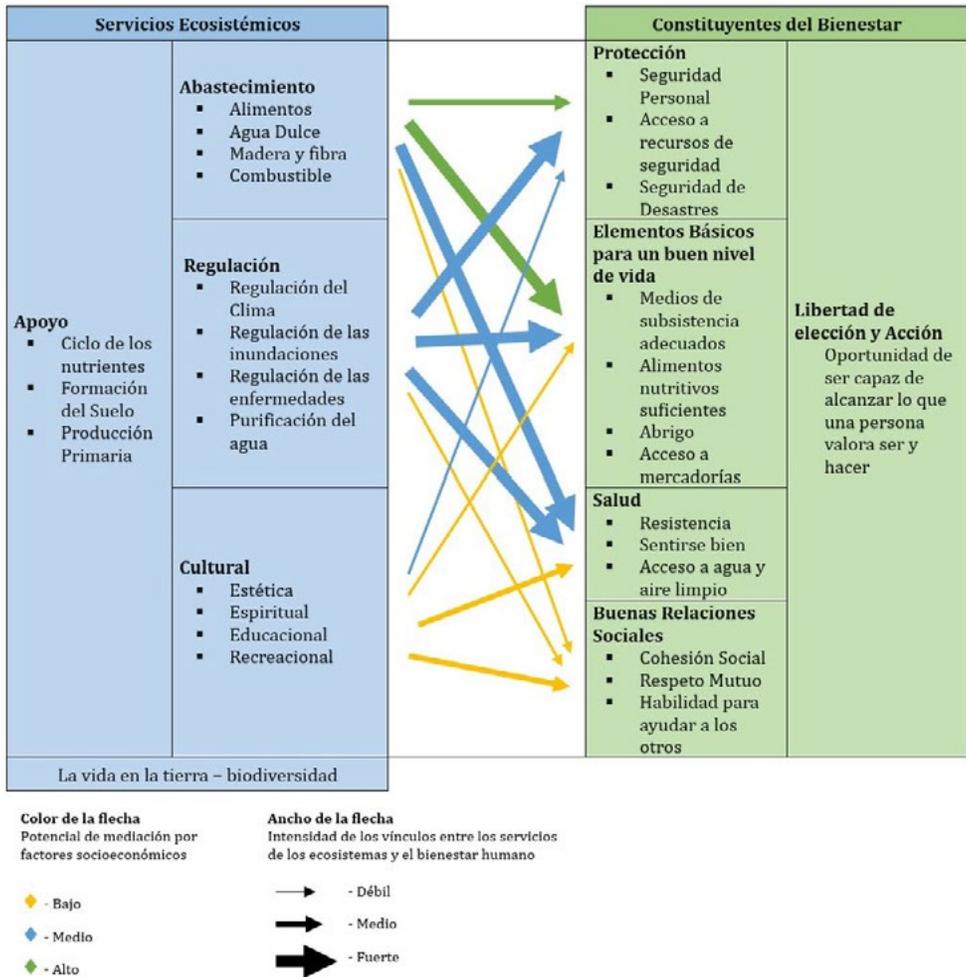
LOS SERVICIOS ECOSISTÉMICOS Y MILLENIUM ECOSSYSTEM ASSESSEMENT – MEA

El concepto de servicios ecosistémicos es entendido como los beneficios que las personas obtienen a partir de ellos (MEA, 2005) y no necesariamente tienen un valor monetario asociado (ARIAS-ARÉVALO et al., 2007; MARTÍN-LÓPEZ; MONTES, 2011). Es un concepto útil para entender las dinámicas de los sistemas socio-ecológicos. Además, ese concepto ayuda a comprender mejor porque los daños sufridos sobre los ecosistemas están alterando su capacidad de ofrecer servicios ecosistémicos con considerables consecuencias económicas y sociales (KOSMUS; RENNER; ULLRICH, 2012). En este trabajo, las funciones ecosistémicas son definidas como la capacidad de los procesos y estructuras naturales para suministrar productos y servicios que hagan frente a las necesidades humanas, ya sea directa o indirectamente (GROOT; WILSON; BOUMANS, 2002).

El sistema denominado Millenium Ecosystem Assessement - MEA identificó cuatro grandes categorías de servicios ecosistémicos: soporte, abastecimiento, regulación y cultural (Figura 2, lado izquierdo). Cada una de ellas está dividida en subcategorías que indican más específicamente el tipo de beneficio que se puede obtener de los diferentes ecosistemas. La *UK National Ecosystem Assessment* (2012) afirma que estos grandes grupos han sido cada vez más aceptados como categorías de análisis en las evaluaciones sobre servicios ecosistémicos. Esas categorías son las más utilizadas, pero es posible encontrar autores que propongan alteraciones a esa clasificación y otros organismos solo consideren tres categorías (PARRON et al, 2015).

Además de las cuatro categorías de servicios, la evaluación propone que existen conexiones entre las categorías y los componentes del bienestar humano, o sea, entre la seguridad, salud, las buenas relaciones sociales y la libertad de elección y acción (Figura 2, lado derecho)

Figura 2 – Relación entre los servicios ecosistémicos y el Bienestar Humano.



Fonte: Adaptado de MEA, 2005

Así, el bienestar entendido como la presencia en las comunidades de estos cinco factores presentados en la Figura 2, puede ser afectado por cambios en los servicios ecosistémicos, “las relaciones entre el bienestar y los servicios ecosistémicos son complejas y no lineares” (ANDRADE; ROMEIRO, 2009, p. 17). Por ejemplo, cuando el servicio ecosistémico es

relativamente escaso, una disminución en su flujo puede reducir substancialmente el bienestar (ANDRADE; ROMEIRO, 2009).

La Figura 2 demuestra las fuerzas de estas relaciones e incluye indicaciones sobre hasta que punto los factores socioeconómicos pueden mediarlas. El potencial y la fuerza de mediación difieren según los tipos de ecosistemas y las regiones (MEA, 2005). Además, otros factores – incluyendo factores ambientales, sociales, tecnológicos y culturales – han influenciado el bienestar humano. Por ello, esta relación es recíproca y los ecosistemas a su vez son afectados por las alteraciones en este conjunto de prácticas (MEA, 2005).

Igualmente, la evaluación identifica que hay factores directos e indirectos que generan cambios en los ecosistemas, siendo necesario estrategias que atiendan a diferentes niveles (global, regional, local) y que incluyan intervenciones a corto y largo plazo (Figura 2) (MEA, p. vii, 2005):

Los cambios en los factores que indirectamente afectan a la biodiversidad, entre ellos la población, tecnología y estilo de vida (parte superior derecha), pueden implicar cambios en los factores que afectan directamente la biodiversidad, entre ellos la pesca y la aplicación de fertilizantes (parte inferior derecha). Eso resulta en cambios en los ecosistemas y en los servicios que se ofrecen (Parte inferior izquierda), afectando así el bienestar humano. Esas interacciones pueden ocurrir en más de una escala y pueden también atravesar escalas. Por ejemplo, una demanda internacional por madera puede llevar a una pérdida regional en la cobertura forestal, lo que aumenta la magnitud de las inundaciones en la parte específica de un río. De manera similar, las interacciones pueden ocurrir a lo largo de diferentes escalas de tiempo. Diferentes estrategias e intervenciones pueden ser aplicadas en muchos puntos de esa estructura, con el fin de asegurar el bienestar humano y conservar los ecosistemas.

De ese modo, los servicios ecosistémicos son generados en espacios y escalas temporales diversas y beneficia grupos humanos específicos en diferentes territorios, con intereses económicos, sociales y culturales diferentes. Por eso es importante entender las particularidades del

territorio y las dinámicas ecológicas y sociales que lo diferencian (MADS; PNUD, 2014).

LAS COMUNIDADES AFRODESCENDIENTES Y LOS SERVICIOS SISTÉMICOS (MEA)

Una muestra de la utilización de las categorías de clasificación de los SE aplicada en las comunidades afrodescendientes puede ser encontrada en el V Informe sobre Biodiversidad para la Convención de Diversidad Biológica (2014).

Este informe identifica algunos ejemplos de SE (clasificado de acuerdo con la MEA, 2005) asociados al modo de vida local en Colombia y su relevancia en las cinco ecorregiones del país. Aunque el uso de la metodología MEA haya proporcionado una evaluación amplia, considerando varios grupos poblacionales con énfasis en los indígenas, es importante tener en cuenta que su metodología tuvo que ser adaptada para representar las necesidades e intereses de las comunidades locales (MEA, 2005). La Figura 3 presenta los datos para la ecorregión marino costera y poblaciones locales.

Figura 3 – Servicios ecosistémicos asociados a algunos modos de vida de las comunidades, p. vii 00

Servicio ecosistémico y modos de vida asociados					
Ecorregión	Grupo humano	Soporte	Regulación	Provisión	Culturales
	Marino costera del caribe y caribe (continental)	Raizales de las áreas insulares	Hábitat para especies pesqueras con base en el arrecife coralino manglar; litorales rocosos, pastos marinos	Protección frente al cambio del nivel del mar con base en bosque de manglar y arrecifes coralinos	Proteína a partir de especies pesqueras; agua
Afrodescendientes en zonas costeras del continente				Proteína a partir de especies pesqueras; agua	Identidad cultural asociada a los ambientes marino; turismo
Colonos de la Sierra Nevada de Santa Marta		Suelos para agricultura y ganadería; ciclado de nutrientes	Regulación climática e hidrológica con base en el bosque	Provisión de alimentos cultivados; productos no maderables del bosque; agua	Turismo
Indígenas pastores de zonas áridas y semi áridas		Suelos para pastoreo de cabras	Regulación climática e hidrológica en el bosque de ecosistemas secos	Agua	Identidad cultural asociada a los ambientes áridos
Grupos con ganadería extensiva		Ciclado de nutrientes en suelos	Regulación climática con base en ecosistemas de paramo; control de erosión y remociones en masa con base en el bosque andino	Proteína a partir de especies pesqueras	Identidad cultural asociada a los pulsos de inundación del río
Marino costera del Pacifico	Afrodescendientes en zonas costeras de la selva húmeda tropical	Hábitat para especies pesqueras; provisión de suelo para agricultura	Regulación climática e hidrológica; control de erosión y remociones en masa	Proteína a partir de especies pesqueras; agua	Identidad cultural asociada al bosque húmedo y los ecosistemas marino-costeros
Chocó (Pacifico)	Colonos campesinos	Formación de suelo y retención de humedad; ciclado de nutrientes; polinización	Regulación climática e hidrológica; control de erosión y remociones en masa; protección frente al aumento del nivel del mar con base en el manglar	Madera; leña; productos no maderables del bosque;	Turismo con base en la belleza escénica y procesos ecológicos (p.eje. migraciones de mamíferos acuáticos y reptiles)
	Comunidades indígenas	Formación de suelo y retención de humedad; ciclado de nutrientes; polinización	Regulación climática con base en el bosque	Proteína a partir de especies pesqueras; agua	Identidad cultural asociada a la dinámica del bosque húmedo

Fonte: Adaptado do V Informe sobre Biodiversidad para la Convención de Diversidad Biológica de Colombia, 2014.

Esta diferenciación, aún incipiente, permitió identificar para las comunidades afrodescendientes de la Costa del Pacífico colombiano los siguientes servicios:

- Servicio de soporte: hábitat para especímenes pesqueras y producción del suelo para agricultura;
- Servicio de regulación: regulación climática e hidrológica, control de erosión y remoción en masa, protección frente al aumento del nivel del mar basado en el manglar;
- Servicio de abastecimiento: proteína a partir de especímenes pesqueras y agua;
- Servicio cultural turismo basado en la belleza del paisaje y procesos ecológicos como la migración de mamíferos acuáticos y reptiles.

Aquí, es importante revisar el concepto de “*trade-off*” o los llamados conflictos de interés (CUNHA et al., 2011). Por que nos permite comprender que la diversidad de intereses de las partes involucradas para promover uno u otro servicio, genera conflictos sociales ya que, como ha sido indicado, la promoción de un servicio es realizada en detrimento de otros (MARTÍN-LÓPEZ; MONTES, 2011).

CONCLUSIÓN

Por todo lo expuesto anteriormente, existe gran complejidad en la comprensión de los servicios de los ecosistemas en esta región-territorio: por una parte son bienes público-privado, en tanto cumplen una función dentro la dinámica de los ecosistemas y al mismo tiempo, se relacionan con los sistemas sociales, étnicos y políticos que definen a estos grupos.

Además, los sistemas de gobernanza, mercados, el uso informal de la tierra y otras formas de utilizar y beneficiarse de los sistemas ecológicos plantean dinámicas e interactúan con las diferentes categorías de

benefícios, exigindo diversas respostas sociais para cada categoria. (FISHER; TURNER; MORLING, 2009).

Por ello, queda abierto un reto para la comunidad, para los formuladores de política pública, los promotores del etnodesarrollo sobre cómo mantener una cosmovisión que es importante en términos culturales y ambientales pero que rápidamente, se transforma por la influencia del modelo neoliberal dominante. Modelo que también marginaliza y establece estas visiones como formas “alternativas” de desarrollo pero que difícilmente se viabilizan en las estructuras económicas de este Estado.

Es por esto que se sugiere crear incentivos (monetarios y no monetarios) para que las prácticas tradicionales sean de interés para las actuales y las nuevas generaciones, apoyando a los proyectos de vida comunitarios e individuales en los cuales las prácticas tradicionales sean viables en el contexto actual, valorándolas o en otras palabras resignificar el sentido de ‘ tener éxito en la vida’. Para esto, la articulación de los actores presentes en la zona de estudio es esencial: se hace urgente que los actores del desarrollo dialoguen y cuestionen los actuales parámetros de desarrollo, que en la teoría ofrecen una alternativa sostenible pero en la praxis, resultan insuficientes.

REFERENCIAS

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. Texto para discussão. **IE / Unicamp serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. 2009. p. 44.

ARIAS-ARÉVALO et al. Widening the evaluative space for ecosystem services: a taxonomy of plural values and valuation methods paola. **Forthcoming in environmental values**, 2007.

ARRUTI, J. M. A. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política

de índios e negros. **Horizontes antropológicos**, 2000. v. 6, n. 14, p. 93–123. Disponible en: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

BONFIL, G. et al. **América latina: etnodesarrollo y etnocido**. Ediciones ed. San José de Costa Rica: Ediciones Flasco, 1982.

CASAS, Fernando. **Proyecto Biopacífico: hacia una cultura de biodiversidad en el pacífico**. In: Política ambiental de fin de siglo: una agenda para Colombia. Ministerio del Medio Ambiente, Bogotá. Disponible en: <http://biblovirtual.minambiente.gov.co:3000/> Acceso em: 19-07-2013.

COELHO DE SOUZA, G., TAVARES, F.B., RAMOS, M.O., ADOMILLI, G., PIEVE, S.M.N., MELLO, R.S.P.; KUBO, R. Etnobiologia, multidisciplinaridade e extensão: conflitos de uso dos recursos naturais e a etnoconservação. In: Araújo, T.A.S., Albuquerque, U.P. (org.). **Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica: os desafios do trabalho de campo**. 1a ed. Recife: NUPEEA - Núcleo de Publicações em Etnoecologia e Etnobotânica Aplicada, p. 45-74p., 2009

CUNHA, A. A. et al. **Pagamento por serviços ambientais na mata atlântica - lições aprendidas e desafios**. Série biodiversidade, 42. Brasília: [s.n.], 2011.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Censo general 2005: perfil Nuqui, Chocó**. Boletín. Bogotá. Disponible en: https://www.dane.gov.co/files/censo2005/PERFIL_PDF_CG2005/27495T7T000.PDF, 2010. Acceso em: 19-07-2014.

_____. **La visibilización estadística de los grupos étnicos colombianos**. Bogotá D.C. Colombia.: [s.n.], 2012. Disponible en: <http://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/visibilidad_estadistica_etnicos.pdf>. Acceso en: 27 ago. 2016.

ESCOBAR, Arturo. **Comunidades Negras de Colombia**: en Defensa De Biodiversidad, Territorio y Cultura. University of North Carolina at Chapel Hill. Disponible en <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/>

biodiv223aescobar.pdf, p.15-20p. 1999. Acesso en: 19-07-2014.

_____. **Territorios de diferencia:** Lugar, movimientos, vida, redes. Departamento de Antropología, Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill. 1a ed. em espanhol, Popayán, Colombia, 2010. 365p

FISHER, B., TURNER, R. & MORLING, P. **Definig and classifying ecosystem services for decision making.** Revista: Ecological economics v.68, p.643-653p. 2009.

GROOT, R. S. DE, WILSON, M. A., BOUMANS, R. M. J. A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological economics**, 2002. v. 41, n. 3, p. 393-408.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Disponible en: SciELO Books <<http://books.scielo.org> . Acesso em: 02-11-2015

MENESES, Lucía. AGENDA DE INVESTIGACION AMBIENTAL REGION DEL PACÍFICO COLOMBIANO. Estratégias, programas y acciones. IIAP, 2006.

KOSMUS, M., RENNER, I., ULLRICH, S. Integração de serviços ecossistêmicos ao planejamento do desenvolvimento. **Deutsche gesellschaft fur internationale zusammenarbeit**, 2012.

MARTÍN-LÓPEZ, B. et al. Biodiversidad y bienestar humano: el papel de la diversidad funcional. **Revista ecosistemas**, 2007. v. 16, n. 3, p. 69-80. Disponible en: <<http://revistaecosistemas.net/index.php/ecosistemas/article/view/94>>.

MARTÍN-LÓPEZ, B., MONTES, C. Biodiversidad y servicios de los ecosistemas. **Biodiversidad en España: base de la sostenibilidad ante el cambio global. observatorio de la sostenibilidad en España**, 2011. v. 8.

MINISTERIO DE AMBIENTE Y DESARROLLO SOSTENIBLE DE COLOMBIA (MADS; PNUD). Programa De Las Naciones Unidas Para El Desarrollo. **Quinto**

Informe Nacional de la Biodiversidad de Colombia ante El Convenio de Diversidad Biológica. Bogotá, D.C., Colombia. 101 p. 2014. Disponible en: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Bio-diversidad+de+Colombia#4>>. Acesso em 07-07-2016.

MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESMENT (MA). **Ecosystems and Human Well-Being: biodiversity synthesis.** Relatório. World Resource Institute. Washington, DC, 2005. 87p.

MYERS N, MITTERMEIER R, MITTERMEIER C, FONSECA GAB., KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** 403, 853–858, 2000.

OSLENDER, Ulrich. **Comunidades negras y espacio en el Pacífico colombiano: hacia un giro geográfico en el estudio de los movimientos sociales.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História - ICA-NH, 2008

PARRON et al. **Serviços ambientais em sistemas agrícolas e florestais do bioma mata atlântica.** Brasília, DF: [s.n.], 2015.

RESTREPO, Eduardo. Imaginando comunidad negra: etnografía de la etnización de las poblaciones negras en el Pacífico sur colombiano. In: **Acción colectiva, estado y etnicidad en el pacífico colombiano.** Instituto Colombiano de Antropología e História, Colciencias, Bogotá, p.41-70p., 2001.

TOLEDO, V. M., BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, 2009. v. jul./dez., n. 20, p. 31–45. Disponible en: <<http://www.antropologiasocial.com.br/a-etnoecologia-uma-ciencia-pos-normal-que-estuda-as-sabedorias-tradicionais.pdf>>.

UK NATIONAL ECOSYSTEM ASSESSMENT. **2011 ecosystem services: seminar series.** Gordon and Betty Moore Foundation. Disponible en: <<http://uknea.unep-wcmc.org/EcosystemAssessmentConcepts/EcosystemServices/tabid/103/Default.aspx>>. 004

UNIVERSIDAD DEL ROSARIO. 2015¿ **Cómo vamos en las regiones? Región Pacífico.** Disponible en: <https://www.urosario.edu.co/Home/Principal/boletines/Ediciones-OPIP-Regionales/Edicion01-Regiones/Como-vamos-en-las-regiones-Region-Pacifico/>

SOBRE OS AUTORES

ALÍCIA FERREIRA GONÇALVES

Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). Pós doutorado em antropologia social - Ciesa/MX, na área de Antropologia, Itinerários Intelectuais e Etnografia dos saberes. Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA) vinculado ao PPGA/UFPB.

Contato: aliciafg1@gmail.com

ANA VIRGINIA MOREIRA GOMES

Ana Virginia Moreira Gomes é professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1994), LL.M na Faculdade de Direito da University of Toronto (2009), doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (2000) e Pós-Doutorado na School of Industrial and Labor Relations da Cornell University (2007). Coordena o Núcleo de Estudos em Direito do Trabalho e Seguridade Social na Universidade de Fortaleza.

Contato: avmgomes@gmail.com

DENISE DIAS DA CRUZ

Professora Associada do Departamento de Sistemática e Ecologia da Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado e dou-

torado em Ecologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós doutora pelo Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente no Programa no Pós Graduação (Prodema - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Contato: denidcruz@dse.ufpb.br

EMERSON LOPES BARBOSA.

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Bacharel em Comunicação em Mídias Digitais na UFPB, é bacharelando do Curso de Gestão da Tecnologia Educacional na UNIASSELVI. Membro da Rede Educomunicadores do Nordeste (EDUCOMNE) e Sócio da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEDUCOM). Pesquisador com interesses em Educomunicação, Midio-logia, Ciberpolítica e Cibercultura. Contato: elkarkaroff@gmail.com

GIVANILTON DE ARAÚJO BARBOSA

Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), Licenciado em Ciências Sociais com aprofundamento em Antropologia (2017); é membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente vinculado ao PPGA/CNPq todos pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Atualmente dedica-se a pesquisa de mestrado em estudos, pesquisa e extensão em antropologia sobre Fotoetnografia: usos de fotografias na investigação antropológica, a fotografia na história da antropologia, Imagem e memória de atingidos por barragem para políticas sociais. Contato: givaniltonbarbosa@gmail.com

GLAUCO MACHADO

Doutorando em Antropologia pelo PPGA/UFPB. Formado em de Arte e Mídia (UFMG) e mestre em Antropologia (UFPE), atua no Laboratório de Antropologia Visual da UFPB – ARANDU e como fotógrafo e professor de fotografia na Faculdade Reinaldo Ramos, Contato: glaucomachadofotografia@gmail.com

HUMBERTO BISMARCK SILVA DANTAS [TAPUYA-TARAIRIÚ]

Indígena Tapuya-Tarairiú, membro do Conselho Indígena dos Kariris Velhos da Paraíba. Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFPB. Pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA/PPGAntropologia/UFPB) desde 2017. Contato: humbertobsdantas@gmail.com

IVYS MEDEIROS DA COSTA

Doutora e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (PRODEMA/UFPB). Graduada em Direito pela UFPB. Professora do Centro Universitário de João Pessoa (UNIFE). Contato: ivysmedeiros10@gmail.com

JAQUELINE FELIX DOS SANTOS [POTIGUARA]

Indígena Potiguara, graduada em Ecologia/UFPB e estudante de graduação em Antropologia/UFPB Campus IV. Contato: iaguaranaro.potiguara@gmail.com

JOÃO MARTINHO BRAGA DE MENDONÇA

Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba nos cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia; graduação em Ciências Sociais/Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, mestrado em Multimeios/Antropologia Visual/Unicamp e doutorado em Multimeios/Antropologia Visual/Unicamp. Coordenador do grupo de pesquisa AVAEDOC (Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários), desenvolve pesquisas com acervos de imagens e memória oral/visual. Contato: bragamix@gmail.com

LAURA VICTORIA LOZADA ORDONEZ

Nacionalidade colombiana com graduação em Ciência Política e Governo da Universidad del Rosario (Colombia). Especialista em Responsabilidade Social Empresarial da Universidad Externado (Colombia) Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Experiência em consultoria, formação e investigação em responsabilidade social empresarial. Contato: lalozada@gmail.com

MARIA ELENA MARTÍNEZ-TORRES

Nacionalidade mexicana com Licenciatura em Geografía na Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, 1994. Pós-doutorado no Center for the Study of the Americas (CENSA, Berkeley, USA: 2005). Doutorado em Estudios Latinoamericanos pela Universidad de California de Berkeley, 2003. Atualmente é Investigadora/Professora no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - Unidad Regional Sureste (CIESAS-Sureste) e professora visitante na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde investiga os povos indígenas do Nordeste do Brasil. Contato: martineztorres@ciesas.edu.mx

MÁRCIA MARIA TAIT LIMA

Pós-doutoranda bolsista PNPd/Capes no Departamento de Política Científica e Tecnológica e Professora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural da Unicamp. Doutora em Política Científica e Tecnológica (DPCT/Unicamp) com estágio no exterior (bolsa BEPE/FAPESP) na Cátedra de Estudos de Gênero da Universidade de Valladolid-Espanha com o tema gênero, meio ambiente e ecofeminismo. e Pós-doutora em Filosofia (FFLCH/USP). Mestre em Política Científica e Tecnológica (DPCT/Unicamp); Graduada em Comunicação Social (Unesp) e especialização em Jornalismo Científico e Editoração eletrônica/Unicamp. Contato: marcia.tait@gmail.com

MARISTELA OLIVEIRA DE ANDRADE

Professora Titular (aposentada) Universidade Federal da Paraíba; graduação em Psicologia - Universidade Católica de Pernambuco; especialização em antropologia cultural UFPE e doutorado em Études Latino-Américains - anthropossociologie des religions- IHEAL - Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle). professora voluntária dos programas de pós-graduação em Antropologia e em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Coordenadora adjunta do GIPCSA e integrante da Rede de Pesquisa em Turismo Religioso no Nordeste Brasileiro -REPETUR Contato: andrademaristela@hotmail.com

MELBA GODOY

Graduada em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Voluntária PROBEX 2020 e Bolsista PIBIC/CNPq 2020; Integrante do grupo de pesquisa de Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários (AVAEDOC) vinculado ao Arandu Laboratório – Campus IV. Contato: melbagodoi@gmail.com

ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR FILHO

Professor Associado do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA; mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (Campus Campina Grande); especialização em Gerenciamento da Construção Civil - (USP); graduação em engenharia civil pela Universidade Federal da Paraíba; Foi Vice-Diretor e Diretor do Centro de Tecnologia/UFPB. Foi presidente da SCIENTEC, Associação para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. Participou da criação do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental. Membro Titular Fundador e Ex-Vice-Presidente da Academia Paraibana de Engenharia (APENGE). Foi Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB (2012-2020). Contato: villarorlando@hotmail.com

PALLOMA DAMASCENA MORAIS

Mestra pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente- Universidade Federal da Paraíba- UFPB, e graduada em Engenharia Ambiental também pela UFPB. Além disso, possui o técnico em Controle Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB. Realizou intercâmbio no Institute of Technology Tralee (ITT) na Irlanda, no período de outubro/2013 até janeiro/2015 e fez parte do Programa de Coleta Seletiva Solidária e Compostagem da Comissão de Gestão Ambiental do campus I da UFPB. Contato: pallomamorais92@hotmail.com

PATRÍCIA MORAIS DE AZEVEDO

Professora do Departamento de Comunicação da UFPB; Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPB e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Comunicação Social com ha-

bilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal da Paraíba.
Contato: patriciamoraisrp@gmail.com

SILVANO ABADE

Graduando em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); bolsista PROBEX 2019 e integrante do grupo de pesquisa de Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários (AVAEDOC) vinculado ao Arandu Laboratório – Campus IV.
Contato: silvanoabade1@gmail.com

TARCÍSIO VALÉRIO DA COSTA (*IN MEMORIAM*)

Economista da Pró Reitoria de Extensão/UFPB. Mestre do PRODEMA – UFPB. Diretor Executivo do Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária - GETEC (ONG). Membro da Rede Paraibana de Educação Ambiental e da Comissão de Gestão Ambiental/UFPB. Em 18 de abril de 2021, Tarcísio veio fazer parte das mais de 373 mil vítimas fatais da Covid-19 no Brasil.



**GRUPO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA
EM CULTURA, SOCIEDADE E AMBIENTE**

